



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**Instituto de Economia**

**EVOLUÇÃO RECENTE DO TERCIÁRIO (SERVIÇOS) NO BRASIL**

**Ricardo Azevedo Silva**

Defesa de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Doutor em Ciências Econômicas**, sob a orientação do **Prof. Dr. Cláudio Salvadori Dedecca**.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Ricardo Azevedo Silva** em **01/9/2009** e orientado pelo **Prof. Dr. Cláudio Salvadori Dedecca**.*

*CPG, 01/9/2009.*

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "R. Azevedo", written over a horizontal line.

Campinas, 2009

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca  
do Instituto de Economia/UNICAMP**

<b>Si38e</b>	<p>Silva, Ricardo Azevedo. Evolução recente do terciário (serviços) no Brasil / Ricardo Azevedo Silva. Campinas, SP: [s.n.]. 2009.</p> <p>Orientador: Cláudio Salvadori Dedecca. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Serviços (Economia) – Brasil. 2. Produto interno bruto. 3. Ocupações - Brasil. I. Dedecca, Cláudio Salvadori. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">09-029-BIE</p>
--------------	---

**Título em Inglês: Recent tertiary (services) evolution in Brazil**

**Keywords:** Services sector (Economy); Gross domestic product; Employment - Brazil

**Área de concentração:** Economia Social e do Trabalho

**Titulação:** Doutor em Desenvolvimento Econômico

**Banca Examinadora:** Prof. Dr. Cláudio Salvadori Dedecca  
Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni  
Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota  
Profa. Dra. Anita Kon  
Profa. Dra. Maria Helena Lavinias de Moraes

**Data da defesa:** 01-09-2009

**Programa de Pós-Graduação:** Desenvolvimento Econômico

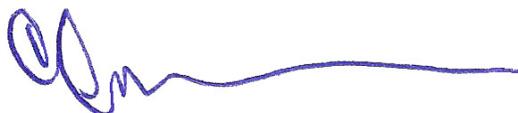
# Tese de Doutorado

Aluno: **RICARDO AZEVEDO SILVA**

**“EVOLUÇÃO RECENTE DO TERCIÁRIO (SERVIÇOS) NO BRASIL”**

Defendida em 01 / 09 / 2009

## COMISSÃO JULGADORA



---

**Prof. Dr. CLAUDIO SALVADORI DEDECCA**

Instituto de Economia / UNICAMP



---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. ANITA KON**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP



---

**Prof. Dr. FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA**

Instituto de Economia / UNICAMP



---

**Prof. Dr. MARCELO WEISHAUPT PRONI**

Instituto de Economia / UNICAMP



---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. MARIA HELENA LAVINAS DE MORAIS**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Dedico este trabalho à minha tão amada filha Maria Beatriz, grande alegria com a qual fui presenteado no decorrer dessa jornada.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram, direta ou indiretamente, para tornar essa jornada menos árdua, trazendo contribuições das mais variadas. Registro aqui meus sinceros agradecimentos a todos e meu reconhecimento pela importância de cada participação.

Agradeço, de forma muito especial, à minha mãe e a meu pai Heloisa e Adilson, pelo apoio e incentivo em várias ocasiões. Agradeço também o apoio de meus irmãos Priscila, Patrícia e Marcelo. Entre os familiares, ainda agradeço o apoio e carinho de minha avó Helena, meus tios Liliana e Marcos, e, especialmente, minha segunda mãe, M<sup>a</sup> da Penha. Agradeço ainda à Denise pelo apoio importante.

Registro aqui também minha gratidão aos colegas da pós-graduação, principalmente, os caríssimos amigos Marcelo Carvalho, Hipólita e Murilo, que além da amizade prestaram colaborações importantes.

Agradeço profundamente ao meu orientador e conselheiro, Prof. Dr. Cláudio Salvadori Dedecca, por seu empenho na condução desta tese, total disponibilidade, preocupação com meu desempenho e pela estrutura física diferenciada que me proporcionou ao longo do meu doutorado.

Deixo aqui meus agradecimentos ao ex-coordenador da Pós-Graduação e atualmente diretor do IE Prof. Dr. Mariano Laplane, entre outras coisas, por propiciar aos alunos as condições básicas ao cumprimento de mais essa etapa de sua formação acadêmica.

Agradeço aos professores do Instituto de Economia da Unicamp, entre eles os Profs. Drs. Carlos Antônio Brandão (Coordenador da Pós-Graduação) e Fernando Cezar Macedo, amigos desde o mestrado e, especialmente, ao grande colaborador Prof. Dr. Marcelo W. Proni, amizade que surgiu ao longo do doutorado que talvez tenha sido a conquista mais importante dessa fase de minha vida. Agradeço também às Professoras Anita Kon (PUC-SP) e Maria Helena Lavinias

(UFRJ) que ao participarem da banca de defesa enriqueceram o debate com contribuições importantes.

Deixo aqui minha sincera gratidão a todos os funcionários do Instituto de Economia, especialmente aos sempre solícitos Alberto, Cida, Regina, Marinete, Alex e Regis da Secretaria, Lourdes, Almira, Dora e Ademir da Biblioteca, Marly, Tanabe, Giovana e Tânia do SPD e ao grande Licério do Cesit que, com paciência e profissionalismo, me dispensaram assistência inestimável.

Também registro meus agradecimentos aos colegas Cassiano Trovão e Adriana Jungenth pela ajuda importantes com os dados da PNAD.

Agradeço ainda ao importante apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ao propiciar a importante oportunidade em participação como bolsista por quatro anos do Programa de Experiência em Docência.

Por último, mas não menos importante, agradeço sinceramente aos amigos, especialmente, Samira, Maria Luiza, Fernando, Vamerson, Emerson, Enilda, Eliana, Edimar, Liana e Marcelo que além do apoio, ajudaram a me lembrar que a vida supera os livros e o trabalho acadêmico.

Finalmente, deixo aqui documentado que jamais me esquecerei dos que me ajudaram, mesmo daqueles não mencionados diretamente neste breve relato.

## RESUMO

Esta tese trata de questões referentes ao papel de determinados serviços no desenvolvimento econômico. No caso da experiência brasileira, o desenvolvimento do Terciário no contexto da recente reestruturação econômica teve participação importante. Na década de 1990 a economia nacional foi palco de grandes transformações, nas quais alguns serviços reestruturados e/ou “modernizados” e mais dinâmicos permitiram maior agilidade econômica. O reordenamento da economia nacional e as novas formas de inter-relacionamento setorial vêm exercendo efeitos sobre a localização de muitas atividades econômicas, abrindo novas janelas de oportunidade. Temia-se que essas transformações levassem à “desindustrialização” e uma concentração do PIB e das ocupações nas macro-regiões e nos estados mais desenvolvidos (notadamente os que apresentam as maiores estruturas industriais). Mas a análise dos dados sobre o crescimento do PIB no Brasil nos leva a crer numa forte interdependência dos serviços com o desempenho da Indústria e da Agricultura. Não há elementos suficientes para afirmar que tenha havido uma autonomização apontando um rearranjo no qual o Terciário passe a ditar a dinâmica do desenvolvimento econômico. A evolução das ocupações mostra um crescimento maior justamente de serviços distributivos e produtivos, fortemente influenciados pelas atividades produtivas industriais e agroindustriais. Mesmo que se trate de uma estratégia de redução de custos frente à elevada tributação da folha de pagamento, isso não afasta as evidências de que a sinergia de determinados serviços com outros setores da economia não tenha aumentado consideravelmente nas duas últimas décadas. Quanto à concentração regional foi possível constatar uma redistribuição do PIB (IBGE) e das ocupações (PNAD/IBGE) em direção das macrorregiões periféricas. O papel dos setores recentemente reestruturados do Terciário nacional nesse processo é o objeto de estudo dessa tese. Esses setores fortaleceram seu poder de influir no desenvolvimento econômico setorial e regional do Brasil. Mas mesmo esses setores tendo aumentado sua contribuição ao crescimento do PIB do Brasil, este aumento foi pequeno perto do aumento das ocupações (PNAD) nos grupos de apoio a produção a que pertencem (serviços distributivos e serviços produtivos) e o aumento das ocupações nos setores tradicionais foi muito elevado (serviços coletivos e serviços pessoais).

Palavras-chave: Setor Serviços (Economia), Brasil, Produto interno bruto, Ocupações

## ABSTRACT

The following thesis discusses some issues on the role played by some specific kinds of services in economic development. Within Brazilian experience, the Tertiary Sector development was very significant in the context of recent economic restructuring. Through the 1990's Brazilian national economy was a scenario of great transformation in which a few restructured and / or modernized, more dynamic services made room for greater economic agility. National economy's rearrangement and the new features of economic sectors inter-relations have been causing impacts on economic activity location and presenting new opportunities. One feared these transformations would cause "de-industrialization" and GDP and occupational concentration on more developed macro-regions and states (especially within those which hold the biggest industrial structures). But analysis on Brazilian GDP growth data leads to the finding of great service interdependency regarding Industry and Agriculture economic performances. There are no sufficient elements to support the theoretical point of view that there has been a tertiary self-determination, a change towards an economic arrangement in which the Services Sector would guide the dynamics of economic development. Labor market behavior shows a higher occupational growth precisely on productive and distributive services, which are strongly influenced by industrial and agri-industrial productive activities. Even when that kind of behavior is guided by a firm strategy of cost reduction – due to high payroll taxation – it does not erase strong evidence of increasing synergy between certain services and other economic activity sectors in the two last decades. As to regional concentration of economic activities, it has been possible to identify redistribution of GDP (IBGE data) and occupations (PNAD-IBGE data) towards peripheral macro-regions. The role of recently restructured activities of the national Tertiary Sector within that process of change is the aim of this thesis. These activities have strengthened their power of influence on Brazilian sector and regional economic development. Despite having an increased in Brazilian GDP growth, these tertiary activities are more significant when it comes to their higher labor increased (PNAD-IBGE data), i.e., the volume of occupations provided by production-support service activities (distributive and production services); and the increase of occupations in the traditional sectors was high to (collective and social services).

**Keywords:** Services sector (Economy), Gross domestic product, Employment, Brazil

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1 – Interpretações teóricas sobre a evolução do Terciário</b> .....	11
1.1 Referência Histórica aos Antecedentes Teóricos.....	12
1.1.2 Um marco divisório relacionado ao debate sobre os serviços .....	23
1.2 Conceituação: caracterização, definições e classificações .....	26
1.2.1 Caracterizações e Definições .....	27
1.2.2 Classificações setoriais.....	31
1.3 Teorias e estudos sobre as causas do crescimento e importância dos Serviços .....	33
1.3.1 Lei de Engels .....	34
1.3.2 Lei do diferencial de produtividade.....	37
1.3.3 Terceirização .....	40
1.3.4 Urbanização.....	41
1.3.5 Outras interpretações e considerações sobre o papel econômico dos serviços e a Terceirização.....	42
<b>Capítulo 2 - Aspectos do cenário econômico da década de 1990 e do papel dos serviços modernizados no caso do Brasil</b> .....	49
2.1 Aspectos do reordenamento da economia brasileira: preocupações da década de 1990 .....	52
2.1.1 Reflexões e preocupações sobre os efeitos regionais.....	55
2.2 Considerações sobre críticas e preocupações ao reordenamento econômico da década de 1990 .....	57
2.3 Aspectos do envolvimento dos serviços no processo de reordenamento econômico .....	58
<b>Capítulo 3 - Serviços no Brasil: mediações e questões metodológicas</b> .....	61
3.1 Limites ao crescimento do macro-setor Serviços no Brasil .....	61
3.2 Questões metodológicas sobre a análise estatística dos Serviços no Brasil .	63
3.2.1 Esclarecimentos metodológicos sobre os dados do VA do terciário no Brasil.....	64
3.2.1 Breve esclarecimento sobre a metodologia de cálculo do PIB .....	69
3.2.2 Dificuldades e limites da mensuração do VA do Terciário Brasileiro .....	70
3.3 Adaptação metodológica do VA setorial do macro-setor Serviços no Brasil, conforme a classificação de setorial escolhida (Browning & Singelmann).....	72
3.4 Nota metodológica sobre os dados de ocupação da PNAD: limites e alcance.....	75

<b>Capítulo 4- Uma análise macroeconômica do macro-setor Serviços no Brasil</b> .....	77
4.1 Análise setorial e regional de dados do VA da contas regionais .....	77
4.1.1 Análise da dinâmica e crescimento setorial do VA dos Serviços no Brasil.....	78
4.1.2 A estrutura do VA sob a ótica regional.....	87
4.2 Estudo do macro-setor Serviços pela ótica das ocupações da PNAD .....	94
<b>Considerações Finais</b> .....	103
<b>Bibliografia</b> .....	111
<b>Anexo</b> .....	119

## Introdução

O papel dos serviços na economia tem sido o de facilitar as operações econômicas e atender as necessidades de consumo final da sociedade, podendo inclusive estimular o consumo e conseqüentemente a produção. Dada a crescente importância do seu papel econômico e a complexidade crescente de suas atividades, os serviços ganharam maior destaque na pauta dos estudos econômicos.

Terciário, macro-setor Serviços ou Serviços são denominações dadas às atividades econômicas não consideradas atividades industriais ou agrícolas. A divisão em três macro-setores, alvo de várias críticas, persiste desde os primeiros estudos econômicos e ainda é utilizada para o cálculo do PIB pelas instituições de pesquisas internacionais como forma de compatibilizar as contas nacionais. Os três macro-setores (Indústria, Agricultura e Serviços) são subdivididos em ramos e setores e atividades (ou setores como usualmente são chamados) Quando falarmos de segmentos do macro-setor serviços trata-se de atividades que englobam mais de um ramo como o turismo que envolve o ramo alojamento e alimentação e os setores de transportes, comércio e aluguéis. Segmentos são de difícil delimitação, assim como os complexos industriais e agroindustriais, não só na mensuração do PIB mas também pelo número de ocupados dadas as inter-relações setoriais.

Desde meados do século XX os estímulos a estudos de caráter regionais focando o macro-setor Serviços se intensificaram, entre outros motivos, porque mesmo nas economias em estágio mais avançado de industrialização, os ramos que compõe este macro-setor aumentaram significativamente sua participação nas ocupações (emprego) e no Produto interno bruto (PIB) das economias.

Especialmente na segunda metade do século XX, com o avanço da informática esse macro-setor foi alvo de “modernização”: transformações, inovações técnicas e organizacionais importantes, processo anteriormente mais voltado à Agropecuária e Indústria. Estabeleceu-se maior sinergia dos serviços

com esses dois macro-setores e os Serviços aumentaram sua participação no processo produtivo da economia contemporânea. Nas atividades que compõem o macro-setor Serviços ocorreram processos de modernização, de reestruturação e de adoção de novas formas de prestação de serviços e distribuição de produtos, com mais intensidade em determinados ramos, setores e segmentos.

Entende-se aqui por “modernização” aquelas transformações no processo de trabalho/produção que reduzem custos seja via introdução de tecnologia avançada, automatização ou reorganização do trabalho, pois nem sempre o termo modernização se aplica, pois a mesma foi limitada a alguns setores, empresas que no limite implantaram processos com elevado grau de automatização.

Houve, sim, em grande parte a intensificação da estratégia de delegar a outros agentes a responsabilidade por etapas dos processos produtivos em atividades que compõem o macro-setor Agropecuário e, notadamente, o Industrial. Com isto, setores do macro-setor Serviços, no qual isso também vinha ocorrendo, ganharam papel de destaque. Seja na sua funcionalidade no processo produtivo (da produção a sua realização) seja no processo de reorganização das atividades econômicas e, ainda, na determinação de escolhas locais dos investimentos. Isto vem repercutindo sobre o desenvolvimento das economias e, conseqüentemente, sobre a distribuição espacial da produção de bens e serviços e sobre o mercado de trabalho.

Tais transformações introduziram novos elementos aos estudos sobre a função dos serviços na economia abrangendo sua conceituação, sua segmentação setorial e seu papel no crescimento econômico.

No Brasil, o macro-setor Serviços vem ganhando participação no Valor Adicionado da economia e, principalmente, no total das ocupações nas últimas décadas dado o profundo reordenamento da economia nacional cujas bases foram solidificadas na década de 1990, na qual ficou mais nítida a recente reestruturação produtiva em curso desde a década de 1980.

Nos anos 1990's, questionava-se que sob a influência da política econômica aplicada e do caráter da reestruturação produtiva que se aprofundou, a

eficiência microeconômica teria prevalecido sobre as estratégias macroeconômicas públicas voltadas para o desenvolvimento regional ou industrial que também privilegiasse os aspectos sociais. A orientação da política econômica privilegiou as forças do mercado como determinante do processo de “modernização”.

Como parte desse contexto, o intenso processo de **privatização**, somado aos significativos movimentos de **fusões e aquisições**, ocorridos na década de 1990, refletiu-se também sobre o macro-setor Serviços, alvo importante dos investimentos estrangeiros. A entrada de novos agentes no mercado alterou bastante os padrões concorrenciais do mercado econômico brasileiro, trazendo novas exigências às empresas participantes agilizando as transações econômicas. No que tange ao macro-setor Serviços, isso ocorreu principalmente nas atividades de serviços onde o processo de modernização se aprofundou mais.

Os condicionantes da reestruturação produtiva e a forma como se deu a reinserção da economia brasileira no mercado internacional privilegiaram inicialmente a localização de investimentos nas áreas urbanas já mais dinâmicas e competitivas do País, especialmente no que tange às estratégias das grandes empresas em relação à internacionalização da economia. O padrão tecnológico imposto pelo conseqüente acirramento do ambiente concorrencial tornou mais atrativo às empresas a proximidade aos centros urbanos com maior ou mais adequada oferta de serviços capazes de oferecer suporte às demandas da produção reestruturada de atividades industriais e agropecuárias. Isto vale, inclusive, para empresas do setor Serviços. Assim, o processo de modernização organizacional e tecnológica ditou dinâmicas distintas entre os espaços regionais, tendo sido as grandes concentrações urbanas (notadamente as regiões metropolitanas) o *locus* das transformações mais visíveis dos serviços a partir da década de 1980. Por outro lado, abriu oportunidades para o desenvolvimento econômico de outros espaços.

Mas, a reestruturação do macro-setor Serviços se deu de forma heterogênea, em termos setoriais e/ou espaciais. Em algumas atividades e

empresas houve reestruturação e modernização; em muitas outras se mantiveram características tradicionais (informalidade, atraso tecnológico, organizacional etc.) e, assim como muitas localidades, ficaram à margem desse processo.

A reorganização dos serviços dentro do processo de reestruturação da economia, mesmo que heterogênea em maior ou menor intensidade afetou o mercado brasileiro como um todo, influenciando decisivamente no ambiente concorrencial ao reduzir distâncias entre vendedores e compradores, estabelecer novas modalidades de comercialização, viabilizar novos padrões tecnológicos e organizacionais, contribuir para aumentar as exigências de produtividade e qualidade, etc.

Poderíamos traduzir esse processo como uma “busca por maior velocidade e eficiência nas transações econômicas”. A busca de agilidade e flexibilização no processo produtivo – em um contexto de reestruturação defensiva diante da abertura comercial e de uma intensificação na internacionalização da produção em determinados segmentos – estão entre os fatores que contribuíram para ampliar a importância de determinados serviços no Brasil que permitissem maior “velocidade nas transações econômicas”.

Dentre os reflexos setoriais do processo de reestruturação econômica que teve curso nas décadas de 1998/1990, foram decisivos os efeitos da intensificação da terceirização – que fez parte da estratégia de reestruturação do setor produtivo – por contribuir, entre outras coisas, para elevar a participação dos Serviços no processo produtivo e nos postos de trabalho, estimulando o crescimento deste macro-setor.

Foi decisiva na reestruturação econômica a implantação e incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais, especialmente as viabilizadas pela telemática, que permearam todo o processo de reestruturação setorial, do qual foram alvos diversas atividades econômicas no Brasil, mais efetivamente a partir do início da década de 1990. Entre os setores dos Serviços onde a reestruturação e/ou modernização foi mais importante destacaram-se os Bancos, as Telecomunicações, os Transportes, Comércio e os Serviços prestados às

empresas. Os reflexos sobre a utilização da mão-de-obra vêm atingindo os ocupados nessas atividades e em várias outras com as quais essas se inter-relacionam.

De um modo geral, mesmo tendo seus limites, na modernização no macro-setor Serviços brasileiro destacaram-se os chamados serviços produtivos e distributivos, nos quais se enquadram as atividades acima mencionadas.

Em termo de importância setorial do macro setor serviços não se pode excluir o Setor Público, pertencente aos denominados serviços coletivos (ou sociais), menos pela modernização não uniforme, mas também pelo seu importante papel na geração de ocupações e indução da economia brasileira, seja via gasto das instituições públicas governo, seja via gasto dos servidores públicos que demandam bens e serviços das empresas.

Por fim, devem ser destacados dois aspectos da evolução recente dos serviços no Brasil. Primeiro, a sua modernização foi tardia em relação às economias ditas mais desenvolvidas e esteve mais concentrada nos centros urbanos, guardando diferenciações em termos regionais. Segundo, muitos setores, em particular aqueles relacionados aos denominados serviços pessoais, pouco se modernizaram, mas permanecem exercendo um papel importante na geração de ocupações e renda.

\* \* \*

A análise e o entendimento desse processo acima sintetizado enfrentam uma série de obstáculos; especialmente em países subdesenvolvido e “em desenvolvimento”, como também em países industrializados considerados “emergentes” como o Brasil, para os quais há menor disponibilidade de séries estatísticas metodologicamente comparáveis. Contribuem para a dificuldade nos estudos, a complexidade e a diversidade que o macro-setor Serviços apresenta em economias subdesenvolvidas e periféricas. No caso brasileiro em particular, as diferentes estruturas regionais colocam dificuldades específicas em torno do tema.

Assim, a complexidade do Terciário brasileiro torna seu estudo muito mais difícil. Além da dificuldade metodológica de definição e classificação do setor, no

caso brasileiro os obstáculos são ainda maiores frente à heterogeneidade estrutural que marca sua economia, com a conformação de um terciário de características complexas, abarcando atividades bastante diferenciadas, incluindo uma ampla gama ligada a práticas de sobrevivência urbanas, muitas vezes não captadas nas estatísticas disponíveis e que são fundamentais para reprodução de camadas da população. Para o entendimento do macro-setor Serviços brasileiro tem sido necessário um conjunto de estudos bastante extenso.

**Uma análise regional englobando as diversidades regionais presentes no território brasileiro incluindo o mercado de trabalho em todas suas variáveis envolveria uma série de estudos e desdobramentos que vão muito além desta tese.** Pois inúmeras são as questões frente à velocidade das transformações recentes dos serviços no Brasil e suas inter-relações com os outros dois macro-setores da economia nacional e internacional. Torna-se quase impossível explicar de forma ampla e precisa o papel do macroeconômico dos Serviços no caráter do desenvolvimento econômico do País.

Em parte, isso ocorre porque nos estudos relacionados ao tema *O crescimento dos Serviços no Brasil e sua função no desenvolvimento econômico do País* há como pano de fundo **uma controvérsia teórica que discute se esse macro-setor Serviços estaria assumindo o papel de indutor do crescimento da economia brasileira.**

Há ainda resistência entre os estudiosos em aceitar a subordinação dos ramos da agropecuária e da indústria a determinados serviços no Brasil. No fundo **há uma preocupação de ordem social anterior que defende duas posições: 1)** o setor serviços no Brasil não vem sendo capaz de gerar empregos suficientes para contornar a queda de empregos na indústria/agroindústria que oferecem melhores condições de uso e remuneração do trabalho. **2)** também não tem contribuído para o desenvolvimento das regiões brasileiras mais atrasadas e para a desconcentração do Valor Adicionado.

Realmente, essas questões envolvem uma série de variáveis colocando desafios e obstáculos para aqueles que estudam ou venham a estudar o papel

dos Serviços na economia brasileira. Um obstáculo de ordem metodológica é recorrentemente apontado pela literatura: as dificuldades analíticas de adotar a classificação setorial baseada em três macro-setores e, especialmente, no macro-setor Serviços e, também da divisão territorial em cinco macrorregiões e mesmo em Unidades da Federação devido à heterogeneidade dos espaços regionais. Esse obstáculo persistirá em análises macroeconômicas do Brasil e dificilmente será transposto totalmente, mas essas 'subdivisões' são inevitáveis em estudos aplicados que dependem das estatísticas disponíveis.

Mas o maior problema é uma linha da *visão desenvolvimentista* que defende o crescimento econômico como solução e padroniza um desenvolvimento social adequado às diferentes expectativas que esbarram nos costumes e tradições regionais e no problema de mensurar esse desenvolvimento frente às estratégias dos agentes econômicos que comprometem muito as estatísticas que envolvem tanto o produto gerado, quanto o número de ocupados, a jornada de trabalho e a remuneração. Isso não trará respostas genéricas principalmente por causa dos costumes e tradições, uma vez que as estatísticas, ainda que limitadas no Brasil, nos dão elementos importantes para a análise da economia. Inclusive contribuem para reflexões de ordem social sobre o caráter do desenvolvimento econômico.

Assim, não impede que a controvérsia acima mencionada que discute se esse macro-setor Serviços estaria assumindo maior poder de indução do crescimento da economia brasileira possa ser revista depois do reordenamento recente da economia brasileira. As perguntas podem ser reformuladas e **os recortes analíticos são imprescindíveis.**

Três questões inter-relacionadas se misturam e às vezes confundem a pauta dos estudos acadêmicos: 1ª) o crescimento do macro-setor serviços tem se dado pela gradativa formação de setores modernos, especialmente os capital-intensivos, capazes de gerar encadeamentos estratégicos com os demais macro-setores da economia brasileira? 2ª) Ou, ao contrário, seu crescimento tem se dado principalmente em atividades terciárias mais intensivas em força de trabalho (e

pouco qualificadas) vinculadas principalmente à maior dispersão urbana verificada no Brasil nas últimas décadas, dependentes do crescimento dos setores agropecuários e industriais? 3ª) Os serviços fortaleceram seu papel na dinâmica regional recente da economia do País?

Confundem porque as duas primeiras questões (1ª e 2ª) não podem ser contrapostas, visto que ambos os movimentos vem ocorrendo. Mas, isto não impede que se contribua para elucidar a terceira questão.

**Com esse intuito, buscou-se responder se “os ramos do macro-setor Serviços elevaram sua capacidade de contribuir para o crescimento econômico no Brasil em termos de geração de produto e ocupações”? Nesta investigação procuramos responder também “quais os ramos/setores que se modernizaram e são os mais dinâmicos e qual o peso destes na geração de valor adicionado e de ocupação?” e ainda “qual o caráter das transformações recentes nos Serviços?”.**

Estas questões delineiam o **objetivo desta tese** que tem uma preocupação principal com o desempenho econômico dos ramos deste macro-setor no que diz respeito a geração de valor adicionado (PIB) e de ocupações.

O recorte analítico aqui adotado prioriza o papel de serviços recentemente modernizados e mais dinâmicos nesse processo, como objeto de estudo desta tese, partindo da premissa de que o entendimento do papel desses setores é essencial para uma melhor compreensão da evolução do macro-setor Serviços e sua importância para o crescimento da economia brasileira. Evidentemente isto teve reflexos sobre o caráter do desenvolvimento econômico.

Na análise dos dados tomou-se como recorte regional as macrorregiões brasileiras, utilizando dados do IBGE e da PNAD. Quanto à geração de riqueza focou-se apenas o crescimento do valor adicionado (PIB), considerando os 10 ramos dos Serviços (conforme a subdivisão adotada pelo IBGE na contas regionais), por serem os dados oficiais regionais disponíveis e metodologicamente uniformizados para as regiões e, inclusive permitindo aprofundamentos para as Unidades da Federação. No que tange ao mercado de trabalho, focamos apenas o

total de ocupações com contribuição e sem contribuição à previdência, adaptando a subdivisão setorial do IBGE aos dados de emprego da PNAD.

Procurou-se demonstrar nesta tese que as transformações recentes do Terciário no Brasil, direta ou indiretamente fortaleceram seu papel na economia e seu poder de indução da atividade econômica com reflexos regionais. Para tal dividimos esta tese em **quatro capítulos**:

No **primeiro capítulo** foi realizada uma abordagem analítica da teoria econômica que envolve o macro-setor Serviços, exclusivamente enfocando as linhas de estudos relativas a sua conceituação (caracterização, definição e classificação setorial) e teorias que apontam as causas de seu crescimento e da Terciarização: visão que parte do crescimento mais que proporcional dos Serviços em relação à Indústria e à Agricultura, onde os Serviços assumem o centro decisório do crescimento econômico.

O **segundo capítulo** trata de aspectos do cenário econômico da década de 1990 enfocando o papel dos serviços modernizados no caso do Brasil. A partir de uma análise sintética das preocupações econômicas referentes ao reordenamento da economia brasileira em termos setoriais e regionais frente à abertura econômica e maior internacionalização da economia.

Os dois últimos capítulos referem-se ao estudo macroeconômico da evolução recente dos Serviços no Brasil.

O **terceiro capítulo** trata de mediações, limites e questões metodológicas do estudo do macro-setor Serviços no Brasil. Faz uma análise de limites das causas e teorias atribuídas ao crescimento do macro-setor Serviços e da Terciarização no Brasil. Inclui alguns esclarecimentos metodológicos e uma avaliação dos dados macroeconômicos disponíveis no Brasil sobre os Serviços. E explica a adaptação metodológica ao recorte estatístico utilizado no capítulo quatro sobre os dados do produto e das ocupações do macro-setor Serviços no Brasil.

No **quarto capítulo** foi feita, baseado no recorte estatístico, uma análise setorial e regional de dados de geração do Valor Adicionado (PIB) desde 1985,

ressaltando os aspectos principais das transformações setoriais de ramos e setores do terciário, destacando os serviços onde a modernização foi mais intensa; e avaliando os rebatimentos mais recentes sobre o crescimento das ocupações do macro-setor serviços baseada nos dados da PNAD de 1995 e 2006.

Por fim, nas **considerações finais** é feita uma síntese das principais respostas e conclusões relativas ao nosso objeto de estudo.

## Capítulo 1 – Interpretações teóricas sobre a evolução do Terciário

Ao longo da evolução do pensamento econômico, a visão do papel do Terciário (ou *Serviços*) sofreu mudanças importantes tanto no que tange à importância dada a esse macro-setor quanto a sua conceituação.

Primordialmente, os *Serviços* estavam à margem do debate teórico, mais voltado à Agricultura e à Indústria. Principalmente este último setor, após o advento da revolução industrial e a gradativa consolidação do capitalismo, passou a atrair prioritariamente a atenção dos estudiosos da área. Com o tempo, o macro-setor *Serviços* ganhou maior atenção dos estudiosos, em grande parte devido a sua crescente participação no produto e no total de postos de trabalho conquistada ao longo do século XX. Os esforços em pesquisar e entender o Terciário se intensificaram frente à crescente importância estratégica assumida por alguns de seus setores, tanto em relação ao desenvolvimento macroeconômico como no campo da concorrência microeconômica.

Mas, embora o macro-setor *Serviços* tenha ganhado destaque nos estudos econômicos, no campo teórico eram apontadas fragilidades conceituais relacionadas a sua caracterização, definição e classificação (conceituação). A teoria econômica encontrava dificuldades para mostrar-se capaz de precisar os serviços de forma satisfatória frente à crescente diversidade de atividades marcadas pela heterogeneidade e à velocidade das distintas transformações ocorridas nos segmentos desse macro-setor.

O setor *Serviços* aparece no debate teórico sobre o que seria trabalho *produtivo* ou *improdutivo*, concepção diretamente ligada à materialidade do produto que distinguia as atividades econômicas produtivas das improdutivas, sendo os serviços quase sempre enquadrados nessas últimas, às quais, para muitos, era atribuída importância residual no processo de criação da riqueza e de acumulação e valorização do capital. Mas foi este debate que introduziu as primeiras referências teóricas aos serviços, já constatadas nos séculos XVII e XVIII entre os *fisiocratas*. O debate ganha corpo teórico em fins do século XVIII com os *clássicos* e se estende

ao final do século XIX, período no qual se desenvolveram os mais importantes tratados teóricos em economia.

Esse debate contribuiu decisivamente para extinguir o questionamento da importância vital dos serviços no capitalismo. Ao introduzir as atividades terciárias no debate teórico, plantou as bases para a concepção dos serviços e influenciou duas discussões teóricas posteriores sobre a conceituação e o crescimento desse setor. Esta última parte das causas de seu crescimento para a teorização do crescimento mais que proporcional dos Serviços em relação à Indústria e à Agricultura, culminando na polêmica visão da Terciarização da economia, na qual, grosso modo, os Serviços assumem a direção da economia.

Um resgate sintético dos antecedentes teóricos nos permite identificar que já se esclareciam questões importantes que seriam desenvolvidas nestes estudos posteriores.

### **1.1 Antecedentes do Debate Teórico**

As primeiras menções aos serviços vão aparecer no debate sobre quanto produtivo são a atividade e o trabalho neles empregados. Esse debate começa a se delinear com os *fisiocratas* nos meados do século XVII que, ao ressaltarem a importância da Agricultura, vão se contrapor aos *mercantilistas* que davam mais importância ao Comércio e à Indústria capitalista nascente.<sup>1</sup>

Contudo, nessa linha de discussão que compõe os antecedentes teóricos sobre o Terciário e envolveram principalmente os economistas *clássicos*, o setor terciário não era o objeto principal de análise, e sim fazia parte de um debate mais amplo incluído na Teoria do Valor. Ou seja, o objetivo principal não era precisar a importância nem as características específicas dos serviços, mas sim, se os serviços produziam ou continham valor econômico.

Mas é preciso reconhecer que os clássicos (de Adam Smith a Marx) estudaram detalhadamente os serviços, já denotando uma preocupação com seu

---

<sup>1</sup> Embora não se possa inferir que esses últimos entendessem os serviços como atividade produtiva. (Kon, 2004 e 1992).

papel no processo produtivo e no desenvolvimento econômico. Especialmente depois de Adam Smith, os serviços estiveram sempre presentes no pensamento econômico. O tratado desse autor foi um marco da teoria econômica que se desenvolveu com o surgimento do capitalismo.

Contudo, nesse período, dado o estágio de evolução das atividades capitalistas, os estudos estavam mais voltados para a produção de bens e mercadorias tangíveis e persistia no pensamento econômico a influência da visão, mesmo paulatinamente contestada, de que a geração de riqueza envolvia necessariamente uma base material – ou seja, era preciso um produto tangível que a armazenasse e transportasse valor econômico. Assim, os serviços, à época entendidos como exclusivamente intangíveis, mantinham-se inicialmente em segundo plano no debate teórico.

A produção de bens tangíveis era considerada oposta às fontes intangíveis de bem-estar (ou utilidade), representadas pelos serviços, seja no curto ou no longo prazo, de maneira que a classificação dos serviços no sistema econômico como um todo os incluía nas atividades não produtivas. Já se podia identificar uma linha de estudo presente em estudos posteriores sobre as classificações setoriais.

Contudo, desde o tempo dos *fisiocratas*, os avanços da técnica contribuíram para uma mudança gradativa da visão sobre o caráter produtivo dos *Serviços*, estimulando a evolução de novas idéias concomitantemente ao desenvolvimento econômico e social.

Com os *clássicos*, os serviços ganhavam gradativamente maior reconhecimento, contudo, mesmo avançando na concepção do caráter produtivo dos serviços, estes não seriam considerados produtivos de modo generalizado. Preocupados com a formação de uma teoria geral de funcionamento da economia, eles partiram de princípios gerais e abstratos, dos quais é possível inferir uma série de fatores relevantes à compreensão teórica do *Terciário*.

Ao discutir o potencial produtivo dos serviços, eles abordavam sua caracterização, avaliando seu papel e funcionalidade no processo de produção capitalista. Desse modo, em nosso entendimento, embora os *clássicos* talvez não tenham alcançado a dimensão econômica do Terciário como é abordada em

estudos recentes, indiretamente, contribuíram com elementos para as posteriores discussões teóricas sobre sua conceituação e classificação setorial, como também sobre sua importância no desenvolvimento econômico. Fator nem sempre realçado em estudos dos antecedentes teóricos.

O debate teórico entre os clássicos evoluiu por duas vertentes de análise basicamente em duas etapas de discussão, no qual alguns autores se destacaram<sup>2</sup>:

**1ª)** A primeira vertente inaugura a primeira etapa e envolveu, basicamente, Adam Smith (1723-1790), depois Thomas Robert Malthus (1766-1834), David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1818-1883) que, embora possamos considerar uma visão independente (marxista) referenciada na *mais-valia*, incluímos aqui por discutir o valor-trabalho e o caráter produtivo distintamente da abordagem pautada no *utilitarismo*, marca da segunda vertente de análise, ainda que coincida no tempo com essa etapa.

**A)** inicialmente em **Smith** (*A Riqueza das Nações* de 1776), o caráter produtivo do trabalho estava rigorosamente atrelado à possibilidade de guardar valor de forma concreta e material, permitindo assim a acumulação de riqueza. Mesmo reconhecendo a importância indireta de determinados serviços, baseado nessa premissa, por ser intangível o resultado do trabalho dos serviços é considerado por ele como improdutivo. A obra de Adam Smith é bastante completa e foi a base dos tratados econômicos que se seguiram.

**B)** **Malthus**, mais conhecido por prever que a substituição do trabalhador pelas máquinas levaria à fome, (*Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática* de 1820) reconhece que os serviços podem agregar valor aos bens produzidos por outras atividades (Ex.: facilitar o seu transporte para a comercialização), promovendo, assim, um avanço na concepção da importância econômica dos serviços que passam a ter um *status* diferente. Para esse autor há trabalho produtivo e improdutivo em diferentes graus, considerando produtivo todo trabalho que produz riqueza: valor do produto final maior que o valor demandado para sua própria produção. Mas seus estudos vão além do campo produtivo. Baseado em estudos da filosofia humana reconhece que a “pobreza material” pode ser inerente às escolhas individuais. Esta concepção atenta para os costumes como opção de vida em determinadas regiões, onde a moeda não é o único meio de troca. Questão muitas vezes ignorada nos estudos do desenvolvimento econômico.

**C)** concomitantemente, os estudos teóricos de **David Ricardo** (*Princípios de Economia Política e Tributação* de 1817) irão acrescentar uma contribuição para um maior reconhecimento da importância dos serviços. Ainda que implicitamente, ele mostrava que as atividades que transacionam os produtos no mercado não podem ser desassociadas das atividades ditas até então produtivas, ou seja, a produção de mercadorias. Inclusive, tais atividades acrescentam valor às mercadorias de modo a integrar seu valor

---

<sup>2</sup> Aqui foram mencionadas apenas suas principais obras/tratados.

total, o qual pode ser trocado por outros produtos ou por trabalho em montante de mesmo valor. Portanto, baseado em seu entendimento, o comércio e o transporte, por exemplo, também seriam trabalho produtivo. De fato, essa concepção está alinhada com o princípio econômico de que a mercadoria só pode ser considerada riqueza quando transacionada. Para Kon (2004), Ricardo considera o Comércio apenas uma transferência de renda para o consumo e perda para o consumidor de poupança e, assim sendo, não adiciona valor à riqueza. É possível perceber aqui uma preocupação social numa referência à riqueza social. Mesmo reconhecendo a contribuição das atividades terciárias para o aumento do valor das mercadorias, a rigor é a renda gerada em atividades agrícolas, manufatureiras e mesmo em determinados serviços que possibilitam a aquisição da mercadoria no comércio. Tanto Smith, Ricardo quanto Malthus acreditavam na imprescindibilidade da materialização do produto, dada a necessidade explícita de uma mercadoria física que absorva o valor agregado pelos serviços.

**D) Marx** foi além ao conceber o caráter produtivo do trabalho e da atividade baseando-se em outro parâmetro que não o resultado material (*O Capital* de 1867; como os outros, trata a discussão em publicações anteriores). Para Marx não importa o setor de atividade em si (Agricultura, Indústria ou Serviços) nem a materialidade do produto resultante, e sim, a forma e objetivo da realização da atividade. Assim, Marx avança bastante em relação a Smith, pois para ele o caráter produtivo do trabalho não depende do conteúdo material e tangível da mercadoria e sim de estar inserido numa lógica capitalista de produção voltada para o lucro, a rigor, a *mais-valia*. Assim em Marx, para o trabalho utilizado no processo produtivo ser concebido como produtivo e agregar valor é imprescindível que se estabeleça uma relação capitalista de produção, independente do setor de atividade. Mas, precisamos fazer uma ressalva, visto que este autor está olhando para um processo de valorização do capital essencialmente envolvido com o sistema de produção industrial, o que atrela sua análise à lógica industrial de acumulação; ele quase sempre limita a importância dos serviços às atividades terciárias diretamente envolvidas com a indústria. Assim, visto que o lócus onde ele enxergava a valorização do capital e a geração da *mais-valia* por excelência é o setor industrial e a produção propriamente dita da mercadoria, mesmo ele não consegue se desvencilhar totalmente da materialidade, pois quase sempre o serviço produtivo é aquele que contribui para valorização da mercadoria, ou seja, seu foco é o capital produtivo. Em várias passagens de sua obra é possível concluir que todos os outros serviços, mesmo alguns necessários à fabricação da mercadoria, não são considerados produtivos ou, pelo menos 'plenamente produtivos', por Marx. Pois, na sua visão, consomem *mais-valia*, seja no custo (como financeiro e comercial), seja na satisfação de necessidades outras não diretamente envolvidas com a produção (como administração pública, educação e saúde). A exceção seria o serviço de transporte na fase de produção (insumos), considerado por Marx como agregador de valor à mercadoria de modo a não diminuir a *mais-valia*. Sua obra denota uma preocupação em relação à

crescente perda de importância do trabalhador manufatureiro em um momento que as empresas capitalistas em forma de sociedade se fortaleciam e o poder dos bancos crescia sobre as empresas. Mas Marx, em algumas passagens reconhece que serviços não manufatureiros prestados em empresas mercantis, cujo objetivo é o lucro, geram mais valia.

Podemos destacar desse resgate teórico que, já nessa altura do debate entre os clássicos, procura-se definir os serviços e são feitas distinções dos serviços relativos à atividade produtiva, aos quais atribuem maior importância e que serão alvos de classificações posteriores como serviços à *produção* e *serviços às empresas* (Exs: transporte, comércio e serviços típicos de profissionais liberais como contabilidade) que se relacionam às atividades manufatureira desenvolvidas na Agricultura e na Indústria – classificados depois como produtivos e distributivos. Também distinguem desses serviços os serviços prestados à sociedade e ao consumidor. (Exs: serviços governamentais e cuidados pessoais), depois divididos em coletivos e pessoais. Além, evidentemente, de contribuírem com elementos para as definições iniciais dos serviços, aonde, a partir da discussão da materialidade e funcionalidade (já presente nos clássicos), lhes serão atribuídos características próprias utilizadas para construção dos pressupostos da '*intangibilidade*', '*interatividade*', '*simultaneidade*' e '*inestocabilidade*', analisados na seção 1.2.

Esses tipos de contribuições também são perceptíveis na análise da segunda vertente do pensamento econômico clássico que irá ampliar o debate teórico sobre o caráter produtivo dos serviços e avançar no que tange à importância atribuída à participação destes na criação de valor e mesmo no sistema econômico. Esta também inova ao agregar mais uma alternativa de abordagem teórica, introduzindo o parâmetro de avaliação baseado na concepção da **utilidade gerada**, partindo do "*princípio da utilidade*" já desenvolvido anteriormente e mais tarde explorado pelos neoclássicos. Sua análise se dá pela ótica da demanda, através do processo de decisão de consumo, e o valor é concebido na medida em que a atividade/trabalho produz meios de satisfação às necessidades humanas. Para essa vertente tanto os serviços intangíveis quanto os bens tangíveis atendem inúmeras necessidades, sendo ambos incluídos entre os "componentes fundamentais do sistema

econômico”; entretanto, ainda havia divergências quanto ao caráter produtivo das atividades terciárias:

**2ª) a segunda vertente** envolve os chamados ‘utilitaristas’ entre os quais podemos destacar, principalmente, Jean-Baptiste Say (1767-1832), depois John Stuart Mill (1806-1873), realizador de um consistente estudo do pensamento econômico clássico e, por fim, incluído aqui por se reportar à discussão dos clássicos abordada nesta síntese introdutória, Marie-Espirit Léon Walras (1834-1910), um dos construtores da teoria *marginalista*, já entre os primeiros *neoclássicos*.

**A) foi Say, J-B** (*Tratado de Economia política* de 1803), contemporâneo a Ricardo e Malthus, quem, basicamente, iniciou a segunda etapa da discussão, sendo o primeiro a introduzir no debate *o instrumental utilitarista* e, com isso, deu um outro enfoque à noção de valor e, conseqüentemente, ao caráter produtivo das atividades. Ele marcou uma divisória nesse debate, ao apontar o conceito de *utilidade* como central, ou seja, a capacidade de atender a uma necessidade humana seja qual for. Relacionou o valor à utilidade e esta à necessidade humana. Assim, para ele tudo o que contém utilidade traz em si riqueza, logo contém valor, aqui avaliado sob a lógica do valor de uso (valor-utilidade). Portanto, todo trabalho que produz utilidade, a despeito de sua (i)materialidade ou do tipo de atividade a qual pertença, precisa ser considerado produtivo; premissa que estruturou a concepção dos serviços em Say (primeiro teórico a, explicitamente, considerar de forma ampla as atividades terciárias como produtivas nesse debate). Mesmo porque, para ele os processos produtivos não são geradores de objetos materiais concretos e, sim, têm como finalidade geral criar ou aumentar a utilidade seja através de um produto material ou do que ele chamou de ‘*produto imaterial*’, visto que ambos atingem objetivos econômicos. Say indica, ainda, que a parcela de riqueza obtida pela criação de utilidade de um produto ou serviço permite proporcionar renda que pode ser trocada por serviços ou objetos necessários.

**B) Mill, J. S.** (*Princípios de Economia Política* de 1848) embora, assim como Say, aplique o *utilitarismo* e também veja como finalidade maior das atividades econômicas e seus processos produtivos a geração de utilidade, entende que a sua produção é realizada de formas diferentes e com finalidades distintas (Kon, 1992). De forma que os serviços também deveriam ser considerados produtivos porque produzem utilidade, contudo, ainda que para Mill a materialidade não seja o ponto central, o resultado do trabalho precisa se prolongar no tempo. Assim, ele **divide a utilidade em três tipos** conforme as ‘categorias de trabalho’ (Mill, 1983: Livro I, Cap. III, p. 61-63): **de um lado** aquelas que o trabalho acrescenta, direta ou indiretamente, aos objetos **(1)** e às pessoas **(2)** de forma duradoura/permanente, que chama de ‘utilidades fixas’; **do lado oposto**, a utilidade momentânea/temporária **(3)** ‘não fixa’, quando seu consumo é simultâneo ou logo em seguida ao trabalho que a produz (desaparece depois de usufruída). Embora, algumas

interpretações diverjam frente à extensa argumentação por vezes imprecisa ou até dúbia de Mill, apenas nesta 3ª ‘categoria de trabalho’, ao contrário das duas primeiras, o mesmo é considerado por ele improdutivo, mas também útil. Assim, acaba apontando que o caráter produtivo do trabalho não está ligado estritamente à geração de utilidade, mas sim à geração de riqueza e, assim, o conceito de possibilidade de acumulação de riqueza produzida é retomado como condição decisiva à distinção do que é produtivo. Conceito inicialmente desenvolvido por Smith, do qual também partilha a idéia de que todo trabalho pago com renda e não produz lucro é improdutivo. A diferença é que Mill reconhece que a riqueza acumulada não precisa ser necessariamente material, embora nesse caso ela deva ser carregada por uma pessoa ou indiretamente a um objeto e, dessa forma ‘conciliadora’,<sup>3</sup> desvia-se da visão estritamente material em coerência com o *utilitarismo*.<sup>3</sup> Ao discorrer sobre a funcionalidade e características das atividades econômicas entre as atividades e trabalhos considerados produtivos, John S. Mill diz que é preciso considerar os que o são de forma indireta, entre os quais inclui quatro modalidades de serviços (Livro I, Cap. II, pg 49-68):

1ª) os inseridos entre as atividades que, ao criar **condições externas necessárias**, contribuem para viabilizar/permitir a produção e a geração da riqueza (§ 5. p. 54): explícita a proteção específica às atividades econômicas e ao trabalho garantida por funcionários públicos (soldado, policiais e juizes) que, embora não exclusivamente empregados para esse fim, têm custo pago com tributos inferior ao serviço prestado e – se realizado pelos próprios produtores além de lhes subtrair ‘grande parte de seu tempo e trabalho da produção’, esta o remuneraria diretamente a um custo mais alto, reduzindo por esses motivos a riqueza gerada;

2ª) ainda entre “os modos pelos quais o trabalho que empregados sobre a natureza externa serve à produção”, ele acrescenta a modalidade que inclui os diversos serviços de *transporte* e do *comércio* (citados explicitamente: § 6, pg 55; ‘**classe distribuidora complementar à classe produtora**’) que, além de incorporarem utilidade aos objetos, aumentam seu valor (preço) gerando diretamente riqueza;

3ª) Mill ainda diz ser preciso considerar entre as indiretamente produtivas, outro tipo de modalidade, as **relativas às pessoas** e; exclusivamente, a que envolve os serviços com objetivo de aumentar ou preservar suas capacidades e qualidades físicas e mentais, quando os

---

<sup>3</sup> Ao argumentar sobre qual trabalho é produtivo Mill, J. S. (1983: 63-64) afirma entre outras coisas que: “É essencial, para o conceito de riqueza, que ela seja suscetível de ser acumulada; coisas que, depois de serem produzidas, não podem ser mantidas por algum tempo antes de serem utilizadas, nunca são consideradas, creio, como riqueza, já que, por mais que delas se produza e desfrute, a pessoa por elas beneficiada não é mais rica, sua situação em nada melhora. No entanto, não há uma violação tão clara e positiva do uso comum em considerar como riqueza qualquer produto que seja útil e ao mesmo tempo suscetível de ser acumulado. A habilidade, a energia e a perseverança dos artesãos de um país são computadas como parte da sua riqueza, não menos que suas ferramentas e máquinas. De acordo com essa definição, devemos considerar produtivo todo trabalho que é empregado em criar utilidades permanentes, quer incorporadas em seres humanos quer em qualquer outros objetos animados ou inanimados.” (para maiores detalhes ver capítulos II e III; Livro I, da obra *Princípios em economia Política*).

tornam úteis a si mesmo e a outros e possibilitam indiretamente geração de riqueza material. Cita, explicitamente, diversos serviços pertencentes à *educação* (instrução e qualificação) e à *saúde*, incluso apoio religioso ou governamental nesse sentido (§ 7, p.56);

4ª) Também inclui a modalidade de “**trabalho, geralmente classificado como mental**” (‘na realidade não somente tal’), mas que contribui de alguma forma para produção, conduzindo “*ao produto final tão diretamente, embora não de maneira imediata*”, ou seja, podemos entender previamente em menor ou maior grau, ao lhe agregar utilidade. Mill cita, explicitamente, determinados serviços (inventores, sábios e escritores, incluindo suas contribuições práticas e teóricas) que, em termos atuais, podemos agrupar como ‘pesquisa e desenvolvimento (P&D)’ ou ‘produção de caráter acadêmico’, nesse segundo caso, como ele diz, também deve ser focado os resultados nacionais e universais. Devemos destacar que muitos desses serviços promovem o avanço da técnica e, direta ou indiretamente, aumento da produtividade, novos produtos, entre outros resultados. Um de seus exemplos é o desenvolvimento de processos industriais, já incorporando com propósito distinto, uma perspectiva mais ampla da inovação tecnológica, como fez Schumpeter.

Por outro lado, poderíamos incluir como parte das modalidades descritas por Mill, outras atividades de serviços que, implicitamente, atendem às suas condições ao caráter produtivo e surgiram com o aprofundamento da divisão social do trabalho; já considerada por ele fundamental na análise econômica (Cap. VIII, p. 115-125, § 2 a § 6), discutindo-a diante às contribuições anteriores dos clássicos, ainda que não com a conotação dada posteriormente para o caso do Terciário.

**Para finalizar** a referência a esse autor, retomemos o Cap. III, no qual depois de dividir os tipos de utilidade e discutir quando atribuir às atividades e ao trabalho o caráter produtivo, Mill discute mais detalhadamente a ‘categoria de trabalho improdutivo’ (p. 64-68). Nesta se incluem os demais serviços não citados acima que, direta ou indiretamente, proporcionam utilidade temporária aos objetos ou pessoas, ou até mesmo benefício permanente, mas sem contribuir de alguma forma para a produção de riqueza material (§ 4). Destaca inclusive, que a distinção entre produtivo e improdutivo também é aplicável ao consumo ao qual a atividade e os trabalhadores atendem, sendo que a 3ª categoria inclui os que atendem o consumo improdutivo, (aquele não revertido de alguma forma para realização de atividades produtivas), não só de serviços (§ 5 e § 6). Mill ressalta que essa distinção é mais importante para riqueza de uma comunidade do que se o trabalho é produtivo ou não. Ao longo dessa argumentação, Mill explicita nesse conjunto vários serviços: os *religiosos* (atividades espirituais), *artistas* diversos (atividades de lazer e entretenimento), *militares*, *legisladores*, *juizes* e *funcionários do Governo* (suas “*funções normais*”, ou seja, corriqueiras, burocráticas, sem efeitos sobre o desenvolvimento). Em contrapartida, também considera improdutivo o trabalho que gera objetos materiais, mas não aumenta a riqueza ou mesmo produzindo excedente este não se realize, alinhado com a concepção, também presente em Ricardo e outros como Marx e Keynes, de que

mercadoria só se torna riqueza quando vendida. E mais, não considera o aumento da riqueza auferida a expensas de outras pessoas, países ou comunidades, ou seja, se a atividade gera riqueza ou lucro para um lado não pode ser proporcional à redução de outro lado.

As contribuições Mill são muito importantes, mas ao buscar dividir as atividades/ocupações em serviços em sete categorias deixa margem para dúvidas, por exemplo, por repetir atividades/trabalhos afins em categorias diferentes.

Cabe um parêntese aqui, embora os clássicos já relacionassem, mesmo que implicitamente, o valor atribuído ao produto e ao trabalho à questão geopolítica ou espacial e, portanto, ressaltavam a importância dos serviços envolvidos com a transposição territorial, as divergências estavam no caráter da geração de valor em termos de hierarquização do trabalhador. Em geral priorizavam a interferência direta ou manufatureira na fabricação do produto e sua distribuição, tanto que não havia divergências em relação ao caráter produtivo das atividades de transportes e as comerciais.

Mas ao relacionar os serviços na discussão sobre trabalho produtivo ou improdutivo os clássicos traziam uma preocupação social com o avanço da mecanização e muitas vezes colocavam em segundo plano os serviços relacionados à necessidade de negociar o desenvolvimento econômico frente às diversas tensões envolvidas, sejam de classes sejam às relacionadas aos poderes regionais. Especialmente os serviços de caráter regulador envolvidos com os poderes executivos e judiciários.

O reconhecimento do valor dos 'serviços reguladores' será defendida pelos chamados *neoclássicos*. Não que entre os clássicos não estivesse presente a importância dos serviços na inter-relação e sinergia setorial de forma a considerar as questões geopolíticas ou regionais. Assim, completando esta vertente analítica, como citado acima, por se reportar ao debate dos serviços produtivos e improdutivos, na verdade, já distante dela por estar mais envolvido com outras teorias (marginalista, equilíbrio geral, bem-estar, etc.) vale destacar o autor neoclássico Leon Walras.

**C) Marie-Esprit-Léon Walras** (*Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura* de 1874), ainda que parta do *utilitarismo*, vai conceber os serviços de forma diversa daquelas observadas até aquele momento e,

conseqüentemente, a forma destes gerarem valor. Ele critica tanto os clássicos Smith e Ricardo quanto J.-B. Say e seus seguidores: os *primeiros* por restringirem o valor ao custo e ao trabalho aplicado sem relacioná-lo à utilidade e; os *segundos* por não explicarem a origem da utilidade de forma ampla, associando-a, basicamente, às necessidades humanas. Ou seja, ambas as soluções quanto a origem do valor são para Walras insuficientes para exprimi-lo, ou não apropriadas, sendo preciso se aprofundar nesta questão. Assim, reportando-se a estudos de P. Burlamaqui e de A. A. Walras, seu pai que, segundo ele, melhor introduz a *doutrina da raridade* na Economia, acrescenta à explicação da origem do valor o grau de escassez dos bens, pois para ele “*A utilidade é uma condição necessária, mas não suficiente, do valor*”. Ressalta não ter sido o primeiro a recorrer a essa doutrina para elucidar a formação da riqueza e do valor, no entanto, o faz empregando técnicas de análise matemática. Mesmo reconhecendo nessa questão a importância do valor-trabalho e do valor-utilidade, esse autor vai priorizar, em última instância, o valor-raridade ainda que o relacione ao trabalho e à utilidade. Portanto, o bem além de conter trabalho e ser útil, terá seu preço diminuído ou aumentado, neste caso pela dificuldade de se obtê-lo. (Walras, 1983: Lição XIV, p. 99-104). Mas sua linha de raciocínio já estava implícita nos clássicos e explicitamente demonstrada por Marx. Só que, Walras, para demonstrar seu ponto de vista, utiliza a teoria matemática envolvendo os diversos tipos de troca de mercadorias (duas entre si, várias entre si com intervenção de numerário), inicialmente desprezando “*a circunstância e que as mercadorias são produtos resultantes de associação de elementos produtivos, tais com a terra, os homens e os capitais*” (Lição XV: 107) “*Os elementos produtivos são em número de três. Quando os enumeram, os autores dizem na maioria das vezes: a terra, o trabalho e o capital. Mas esses enunciados não são suficientemente rigorosos para servir de base a deduções racionais. O trabalho é o serviço das faculdades pessoais ou das pessoas; é preciso, pois dispor a seu lado, não a terra e o capital, mas a renda ou o serviço das terras e o lucro ou o serviço dos capitais*”. (Lição XV: p. 108 – item 131.) Antes de continuar, ele vai definir esses termos de forma precisa e mais restrita que usual, a começar pelo capital e a renda: considera “capital fixo, ou capital em geral”, “*qualquer bem durável, qualquer espécie de riqueza social que não é consumida ou apenas é consumida a longo prazo, qualquer utilidade limitada em quantidade que sobrevive à primeira utilização que se faz dela, em uma palavra, que serve mais de uma vez (...)*”. Por outro lado chama de “*riqueza circulante ou de rendimento qualquer bem fungível, qualquer espécie de riqueza social que é consumida imediatamente, qualquer coisa rara que não mais subsiste depois do primeiro serviço que presta, em suma, que serve apenas uma vez (...)*”. Faz assim a distinção entre *capitais* como riquezas fixas (ex: casas, móveis, edifícios e máquinas.) e *rendimentos* como riquezas circulantes (ex: determinados objetos de consumo privado, insumos agrícolas e industriais). Contudo procura relativizar: “*A duração aqui mencionada não é, efetivamente, a duração material, mas a duração útil ou econômica.*” (p. 108 item 132) Acrescenta que certas espécies de riquezas sociais são por

natureza *capitais* ou *rendimentos*; mas também grande parte delas, conforme o uso a que são destinadas ou serviços delas demandados, por vezes assume uma ou outra forma. Assim, como Walras definira a riqueza social como o “conjunto de coisas materiais e imateriais” úteis e limitadas em quantidade (item 21), ao também dividi-la distintamente entre *capital* e *rendimento*, admite estes também sob ambas as formas, afirmando que a ‘materialidade’ pouco importa. Portanto, procura se desvencilhar desta como pré-condição da riqueza – reforçando seu raciocínio, ao explicar como os *capitais* engendram os *rendimentos*: um *capital* material também pode engendrar um *rendimento* imaterial ou o contrário (um *capital* imaterial engendrar um *rendimento* material); fato que fortalece a distinção. (p. 108, item 133) Sendo parte da essência dos *capitais* gerar os *rendimentos*, e, da essência destes “*nascer, direta ou indiretamente, dos capitais*”, que por definição sobrevivem a sua primeira utilização, permitindo diversas outras sucessivamente; tal seqüência de utilizações, explica Walras, nada mais é que uma sucessão de *rendimentos*. Marx também afirmou isso. Através de vários exemplos, mostra esse processo e alerta para a necessidade de se fazer essas separações para a análise não cair na “*obscuridade*” e; partindo desse arcabouço teórico, Walras, entre outras coisas, vai discutir quais atividades/trabalhos são produtivas e vai mencionar os serviços como parte delas, discorrendo sobre diversas funções e trabalhos. Depois, aponta que a divisão entre consumo *produtivo* e *improdutivo*, normalmente utilizada, equivale perfeitamente a sua dupla divisão dos *rendimentos* provenientes da utilização dos *capitais*, aos quais chama de *serviços*, em: a) *serviços consumíveis* (absorvido pelo consumo público ou privado) e; b) *serviços produtivos* (transformados pela agricultura, indústria e comércio em *rendimentos* e *capitais*, isto é, em produtos). Ressalta que “na teoria da circulação” as “*provisões de rendimentos, enquanto aguardam prestar seu único serviço de utilização, prestam também um serviço de provisão*”, consumível ou produtivo. Dada a definição entre *capitais* e *rendimentos*, Walras distribui todo o conjunto da riqueza social em quatro (4) categorias: três de *capitais* (terra, trabalho e capital) e uma de *rendimento*:

1ª) *Capitais fundiários* (terras) que produz *rendimentos* diários ou ***serviços fundiários***, também nomeia *rendas da terra* (exs: potência produtiva-fecundidade, o suporte aos diversos tipos de objetos móveis - vegetais, animais, materiais-; imóveis - construções de qualquer natureza -; as vias de comunicação - ruas, caminhos, estradas, praças e canais, etc.-; e a facilidade oferecida à circulação de todo tipo de vias de comunicação). Ou seja, a utilização sucessiva que o solo (local destinado) proporciona, são seus *serviços* diários.

2ª) *Capitais pessoais* (pessoas), *prestes a fornecer seus rendimentos* ou ***serviços pessoais***, que também nomeia *trabalho*, ou seja, os trabalhadores em geral.

3ª) *Capitais mobiliários*, *prestes a fornecer seus rendimentos* ou ***serviços mobiliários***, que também nomeia *lucros*; os outros *capitais*, exceto as pessoas e as terras, considerados isoladamente destas: objetos móveis (de um lado, as árvores, plantas, animais, mobílias,

vestimentas, veículos, objetos de uso pessoal, etc.; de outro lado as máquinas, instrumentos e utensílios) e imóveis (casas, edifícios, estabelecimentos, usinas, oficinas, armazéns, etc.); capitais produtores de rendimentos, ou seja, a colheita, o abrigo e o transporte, por exemplo, são os serviços prestados.

4ª) Rendimentos ou lucros destinados aos consumidores e matérias-primas, ou seja, objetos de consumo destinados a desaparecer ao se tornar produto ou quando consumido. Podemos dizer que prestam os serviços de gastos intermediários ou final.

Na página 139, Jean Marie L. Walras faz um resumo do seu entendimento sobre o Terciário.

Embora já presente nos estudos dos clássicos, faltava registrar com mais precisão que o avanço da técnica vem permeando todo o processo de desenvolvimento econômico aumentando a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, a divisão setorial. Ou melhor, torna-se necessário incorporar na visão de processo a crescente importância das atividades de serviços nas empresas que passavam a se organizar em holdings e assumir o controle dos grupos industriais. Esse redirecionamento resultou de estudos da virada do século XIX, período da disputa militar e econômica colonial e da formação das sociedades anônimas que dariam origem aos grandes grupos econômicos, em um contexto de fortalecimento do mercado financeiro.

### **1.1.2 Um marco divisório relacionado ao debate sobre os serviços**

No início do século XX, marcado pela primeira grande guerra mundial, vivenciava-se um grande desafio à sobrevivência da sociedade capitalista já prenunciada por Marx e seus antecedentes. Abre-se outra frente de estudos que se identifica com os estudos estatísticos e empíricos de Nicolai Kondratiev sobre ondas de crescimento, inovações e crise do capitalismo (*A economia Mundial e sua conjuntura antes e depois da Guerra* publicado em 1922). Formava-se um marco teórico divisório de estudos econômicos, sob outro ambiente econômico e com novas concepções, das quais deriva-se uma terceira vertente do debate envolvendo os Serviços.

3) Nessa vertente, ainda muito atual, os estudiosos passaram a incorporar à teoria econômica a contabilização da riqueza territorial e governamental. Iniciava-se a

teoria macroeconômica, da qual a obra de J. M. Keynes se destacou. No que diz respeito ao papel da técnica no processo produtivo e desenvolvimento econômico a obra de J. Schumpeter pode ser apontada como a mais completa:

**A) John M. Keynes** (1883-1946 – *Teoria Geral do Juro e da Moeda publicada em 1936*) é mais conhecido por sua demonstração teórica e matemática de que a demanda determina a oferta e não a oferta gera a demanda como defendia a escola neoclássica (o *princípio da demanda efetiva* já presente entre os clássicos). Considerando as flutuações da demanda em períodos de desequilíbrio macroeconômico, fez uma consistente demonstração teórica relacionando as crises das economias capitalistas com as quedas do consumo final de bens e serviços, iniciada pela queda dos gastos das famílias. Isto afetaria as expectativas e, conseqüentemente, os gastos na produção de bens e serviços reduzindo os investimentos, levando à ociosidade de fatores de produção e ao desemprego e queda do poder de compra das famílias, gerando um ciclo recessivo. Sendo necessária, assim, a manutenção dos níveis de gastos e do poder de compra do consumidor final para evitar as crises. Com isso evidenciou a importância da participação do setor de serviços, seja no montante de riquezas produzidas, seja na porção de mão-de-obra absorvida por suas atividades. Ou seja, a produção dependia do consumo que é realizado através da mediação de atividades de serviços que contribuem para a realização das vendas.

**B) Joseph Schumpeter** (1883-1950 – *Capitalismo, Socialismo e Democracia de 1952*), conhecido por sua teoria da concorrência (Schumpeter, 1983), teorizou de forma precisa os efeitos da aplicação das invenções já disponíveis e conseqüente avanço da técnica relacionando-os ao acirramento da concorrência adotando a visão dinâmica do processo histórico do desenvolvimento econômico. Considerou tanto a esfera microeconômica como a esfera macroeconômica considerando mais de uma dimensão dos efeitos do avanço tecnológico: *primeiro*, demonstrou que o avanço da técnica também abarcava a reorganização do trabalho na produção e esta poderia ser tão eficaz quando o avanço da mecanização e conseqüentemente terem efeitos no aumento de produtividade e na eliminação de mão de obra; *segundo*, incorporou a dimensão regional, demonstrou a importância das atividades terciárias envolvidas com a disputa por mercados. Por conseqüência, determinadas atividades de serviços ganhavam destaque e não necessariamente fariam parte dos setores agrícolas e industriais.

De fato, as empresas passavam a aumentar muito seus gastos com serviços de conteúdo imaterial, como marketing, propaganda, desenvolvimento e valorização da marca, consultoria, pesquisa e desenvolvimento (P&D), pesquisa de mercado, etc. Dessa forma, podem agregar mais valor a seus produtos, induzir as suas

vendas e prolongar a valorização do capital. O valor alcançado por uma marca atualmente é o exemplo claro da importância de um bem imaterial. (Gorz, 2005)

Frente à evolução das características tecnológicas dos serviços e do seu papel na economia, o debate foi retomado e os serviços tomados como um macro-setor assim como a Agricultura e a Indústria. Os estudos continuaram se concentrando em definir mais especificamente a atividade de serviços desde sua produção ao consumo e, também, à classificação das atividades terciárias, sintetizando e atualizando o pensamento econômico.

Houve turbulências do mercado financeiro que culminaram com as sucessivas crises do início do século XX, especialmente na década de 1930. Desde então, alguns estudos econômicos se desviaram para a mensuração da riqueza criada pela economia e seu mapeamento geográfico, aliados ao desenvolvimento do pensamento teórico preocupado em estudar as causas do crescimento.

O pensamento econômico retoma os estudos dos serviços com outros objetivos, visando não só os aspectos teórico-abstratos mas, também, o tratamento dos dados estatísticos sobre a produção de riqueza/produto e o emprego no setor, agregando assim à visão teórica uma análise aplicada.

Podemos inicialmente dividi-los em duas frentes de estudos mais focadas no macro-setor dos serviços:

**1ª)** a que aborda a **questão conceitual** e discute a caracterização, definição e; a classificação dos Serviços. Essa linha de discussão ofereceu mais campo para o debate uma vez que não se chegara a uma conceituação satisfatória que expressasse melhor a realidade do setor. Na verdade, essa dimensão do estudo já havia sido estudada minuciosamente pelos teóricos acima citados, mas a modernização das atividades trouxe novos elementos de análise. Alguns estudiosos ergueram uma barreira teórica relacionada principalmente à opção de caracterizá-lo de forma genérica, tarefa quase impossível atualmente, dada sua crescente heterogeneidade, complexidade e modernização com a transformação dos serviços e a criação de novas modalidades. Para nosso objetivo vale resgatá-la no que tange às possibilidades de sinergia dos Serviços com os outros macro-setores e, principalmente, a necessidade de adotar uma classificação setorial para o estudo macroeconômico.

**2ª)** a que procura explicar o fenômeno contemporâneo da **Terciarização** da produção e da ocupação e suas relações com o desenvolvimento econômico.

Fenômeno representado inicialmente pelo crescimento mais que proporcional do Terciário em relação aos outros dois macro-setores da economia e, em seguida, por um deslocamento do centro da dinâmica econômica para o Terciário, onde os serviços assumiriam a direção do desenvolvimento econômico. Essa linha teórica vem estudando e apontando as prováveis causas desse fenômeno, algumas bastante criticadas, outras, totalmente ou em parte, aceitas pelos estudiosos da área. **Os motivos apontados pela teoria não só procuram explicar o crescimento mais que relativo do Terciário, mas também o crescimento absoluto desse macro-setor e de suas respectivas atividades, independente de assumir a dinâmica econômica entre os três macro-setores da economia.**

As próximas duas seções discutem sinteticamente as principais contribuições a essas duas frentes de estudos que basicamente dividiram os debates sobre o papel dos *Serviços* realizados até a virada do século XX.

Começamos pela primeira frente de estudos, pois ela dá as bases para a segunda frente que está diretamente relacionada ao tema de estudo desta tese: o papel recente dos Serviços no desenvolvimento econômico do Brasil.

## **1.2 Conceituação: caracterização, definições e classificações <sup>4</sup>**

Com o crescimento e desenvolvimento econômico do grande setor Terciário e as conseqüentes transformações em suas atividades, sua conceituação e teorização acabaram sofrendo alterações por não se adaptar às modificações ocorridas neste macro-setor. Muitas precondições acabaram por não se adequar às novas características encontradas no Terciário. Os conceitos, mesmo tendo sido modificados, ainda estão em grande parte baseados nas formas tradicionais de definir, conceituar e classificar os serviços. Mas, a visão tradicional não acompanhou a evolução das características dos serviços. Estas foram alvos de modificações das mais variadas, fruto da inovação, seja via modernização tecnológica e organizacional, seja pela criação de novos serviços e isso impede sobretudo uma caracterização generalizada que atribua precondições à atividade e prestação dos serviços

---

<sup>4</sup> Essa seção foi baseada em vários autores citados em Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM. 2005 Entre eles pode-se destacar Anita Kon, Hildete Pereira de Mello, Jean Gadrey. Ver também Silva (2005).

Isso se deu frente ao próprio desenvolvimento econômico e ao crescimento e diversificação das atividades intermediárias e complementares, fruto da profunda intensificação da divisão do trabalho. Os *Serviços* ganham mais atenção dos estudiosos dado seu papel na inter-relação setorial cada vez menos perceptível e a crescente velocidade da sinergia entre as diversas atividades econômicas.

Esta seção trata da conceituação dos serviços no que tange à caracterização, definição e classificação, especialmente da metodologia de classificação setorial que reforça a visão teórica de que ao longo do desenvolvimento econômico os *Serviços* assumiram papel vital.

### 1.2.1 Caracterizações e Definições

No que diz respeito à conceituação dos serviços já há praticamente um consenso entre os estudiosos do setor de que conceituar a atividade *Terciária* não atende mais aos *princípios básicos* teóricos que pré-condicionavam de forma genérica os diversos tipos de serviços. As quatro mais usuais pré-condições que tradicionalmente foram rigorosamente utilizadas para caracterizar e definir os serviços (***simultaneidade, intangibilidade, não estocabilidade, pessoalidade***) muitas vezes não são observadas nas atividades terciárias que assumiram novas características.

A possibilidade de armazenar serviços para o consumo posterior derrubou a pré-condição da ***simultaneidade***, que estipulava a coincidência no tempo e no espaço da produção e do consumo como característica típica dos serviços. De forma que já podemos observar casos onde essa pré-condição não pode ser observada como, por exemplo, os dvd's de vídeo locadora como alternativa ao cinema; os cursos gravados; serviços de consultoria ou assistência técnica gravados para consulta posterior, em softwares e outros.

Os exemplos acima também derrubam a pré-condição da ***intangibilidade***, uma vez que as transformações tecnológicas das últimas décadas permitiram armazenar e acumular serviços em bens, fitas magnéticas, videotapes, disquetes, filmes cinematográficos, etc.; tornando-os, portanto, tangíveis.

Uma vez tangíveis tais serviços também podem ser estocados, o que por sua vez derruba a pré-condição da **não estocabilidade**, permitindo nesses casos o armazenamento desses serviços para consumo posterior. Assim, quando não se observa mais a condição básica desse preceito, uma vez prestado o serviço ele é guardado para consumo posterior, não havendo mais necessariamente a coincidência temporal do fornecimento do serviço e seu consumo. Isso exclui do consumidor a simultaneidade entre consumidor e fornecedor: a podendo assim dispensar, por exemplo, o consultor ou instrutor.

A possibilidade de estocar um serviço em um bem material (tangível), além de derrubar a pré-condição da simultaneidade também derruba o da **personalidade** (que condiciona a realização dos serviços à interatividade pessoal), como nos casos dos serviços prestados por máquinas de auto-serviços. Nesses casos o serviço além de estocado não depende de pessoas para ser prestado. A pré-condição da **personalidade** também não é observada nos serviços obtidos via internet e até mesmo por telefone, já que não ocorre uma interação pessoal completa. Os prestadores que atendem através de *call center*, por exemplo, não podem ser recontatados, visto que a cada vez que procuramos por esse tipo de serviço seremos atendidos pelo funcionário que estiver disponível; não sendo possível solicitar o atendimento do último funcionário que nos atendeu; tratando-se assim de um serviço basicamente impessoal.

No Quadro 1, a seguir, podemos visualizar em conjunto as fragilidades das quatro precondições tomadas como princípios básicos que tradicionalmente definiam um serviço.

**Quadro 1 – Princípios tradicionais definidores dos serviços**

<b>Precondições</b>	<b>Questionamentos</b>	<b>Exemplos</b>
<b><i>intangibilidade</i></b>	possibilidade de armazenar e acumular serviços em bens materiais	bens, fitas magnéticas, videotapes, disquetes, filmes cinematográficos, etc,
<b><i>pessoalidade</i></b> (condiciona a realização dos serviços à interatividade pessoal)	possibilidade de prestar serviços através de máquinas de auto-serviços ou via <i>internet</i> e até mesmo por telefone	<i>internet</i> , caixa eletrônico, máquinas de alimentos, <i>call center</i> , etc.
<b><i>simultaneidade</i></b> (coincidência no tempo e no espaço da produção e do consumo)	possibilidade de consultas e usos posteriores	livros, fitas de vídeo; cursos, serviços de consultoria ou assistência técnica gravados em softwares, disquetes, fitas magnéticas, etc.
<b><i>não estocabilidade</i></b>	armazenamento desses serviços para consumo posterior	vários exemplos acima citados

Fonte: elaboração própria

O quadro acima facilita visualizar que os quatro tradicionais preceitos básicos muitas vezes não são observados em serviços que assumiram novas características. No centro dos questionamentos desses preceitos está a possibilidade de estocagem e consumo posterior, que direta ou indiretamente, acaba por derrubar a todos.

Assim, algumas das características básicas que condicionavam a classificação de determinada atividade como típica dos serviços e, portanto, pertencente ao setor Terciário já não são mais observadas.

As mudanças pelas quais passaram as atividades de serviço trouxeram novas caracterizações ao setor que tornaram inválidas quase todas as definições teóricas da atividade econômica terciária. Especialmente a forma mais usual de conceituação dos serviços que toma como referência os atributos anteriormente encontrados no setor, ou seja, o caráter intangível, não estocável, a simultaneidade e a interatividade pessoal.

Em definições mais aceitas já são encontrados os termos *geralmente*, *freqüentemente*, *principalmente*, etc., precedendo os tradicionais atributos do setor, quando esses são mencionados. KON (1999: 73) cita resumidamente, entre outras, uma definição, considerada por ela incompleta, encontrada na literatura econômica,

em que podemos ver isso: “*Serviços são bens de consumo ou intermediários que são principalmente intangíveis e são freqüentemente consumidos ao mesmo tempo que são produzidos. São usualmente intensivos em trabalho*”.

Algumas das novas definições nem mesmo utilizam os termos *intangibilidade*, *inestocabilidade*, *simultaneidade* e a *interatividade pessoal*. Já na década de 1970, Peter Hill propôs uma definição da atividade terciária que não fazia referência às tradicionais características atribuídas aos serviços pela maioria dos economistas.

Para Hill, os serviços podem ser definidos como *uma mudança na condição de uma pessoa ou mercadoria, desejada ou solicitada por um agente econômico consumidor, cliente ou usuário detentor da realidade a transformar que recorre para tal a outro agente econômico (produtor ou prestador de serviços)*. Segundo Kon (2004), a definição de Hill, desde então, tem sido amplamente retomada na literatura internacional. Provavelmente por se desviar dos atributos tradicionais não mais observados de forma generalizada nas atividades do Terciário. Gadrey (1999) ressalta que a definição de Hill descreve uma situação social dos serviços (uma relação social em torno de uma operação de ‘mudança de condição’), ao contrário das definições clássicas que focavam a natureza técnica do produto ou resultado, ou seja, sua relação com a materialidade.

Como registra Kon (2004), Dorothy Riddle também apontou problemas nas definições existentes baseadas nos atributos dos serviços. Por um lado, porque algumas características atribuídas aos *serviços* também podem ser encontradas em outras atividades econômicas, como intensidade em trabalho, simultaneidade entre produção e consumo, e, perecibilidade. Por outro lado, porque alguns *serviços* podem ser semiduráveis ou até mesmo duráveis e não perecíveis. Riddle (1986) cita os *serviços profissionais e manutenção* como exemplo de semiduráveis e *pesquisa, educação e governo* como duráveis. Ela define os serviços como “*atividades econômicas que proporcionam tempo, lugar e forma de utilidade que acarretam uma mudança no recipiente. Os serviços são produzidos por: a) produtor agindo para o recipiente; b) recipiente fornecendo parte do trabalho; e/ou c) recipiente e produtor criando o serviço em interação*”. Ou seja, atividades que proporcionam utilidades de

tempo, lugar e forma, ao causarem uma mudança no usuário ou para o usuário do serviço.

Mas todas essas definições trazem traços nítidos da conceituação dos serviços já encontradas nos tratados teóricos clássicos, notadamente de J. S. Mill e Walras.

Da mesma forma que a conceituação dos *Serviços* vem evoluindo e sofrendo alterações frente às transformações do setor, evoluíram também suas **classificações setoriais**. Dado que as classificações do *Terciário* não contemplam de forma suficiente a diversidade de suas atividades.

### 1.2.2 Classificações setoriais

As opções metodológicas de classificação setorial evoluíram de tipologias com base na produção (primário, secundário e terciário de Fisher & Clark elaborada entre os anos 35-40; ou, agricultura, indústria e serviços de Fuchs de fins da década de 1960) nas quais o terciário era definido conceitualmente como “resíduo metodológico” após a mensuração das atividades agrícolas e industriais. Ou seja, tudo o que não é indústria nem agricultura. Apesar desta definição não ser adequada à realidade atual, no que tange à classificação a maior parte dos dados são encontrados desta forma.

Essas evoluíram para classificações que distinguem com maior nível de detalhamento as atividades consideradas no *Terciário* baseadas na função desempenhada na economia como a classificações de Katouzian da virada da década de 1960: *serviços complementares* (financeiros, transporte, comércio, etc.), *serviços novos* (saúde, educação, entretenimento, etc.) e *serviços antigos* (marceneiro, ferreiro, pintor, domésticos, etc). Surgiram também classificações baseadas no consumo dividindo os serviços que afetam as pessoas (serviços médicos, educacionais, etc) e aqueles que afetam as coisas (serviços de gestão, contabilidade, etc.): *serviços às empresas; de consumo coletivo e de consumo individual* de Singer no início da década de 1980.

Entretanto, tais metodologias apresentam dificuldades de aplicação, pois alguns serviços atendem tanto empresas como consumidores, havendo assim casos de incompatibilidade com as bases estatísticas que medem o produto interno bruto no Brasil.

Nem sempre as bases de dados disponíveis nos permitem realizar estudos utilizando as classificações que a teoria nos oferece em relação aos serviços.

Nesta tese, embora não totalmente isenta da limitação acima apontada, usaremos a classificação de Browning & Singelman (1978), já publicada em 1975, que dentre as tipologias baseadas na função tem sido a mais utilizada. A mesma divide a atividade econômica em seis categorias:

### **Primário**

1) Atividades extrativas (*Agropecuária e Mineiração*);

### **Secundário**

2) Atividades Transformativas (*Indústria de Transformação, Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública*);

### **Terciário**

3) Serviços às empresas (*financeiros, profissionais técnicos ou burocráticos, etc.*);

4) Serviços distributivos (*transporte, comunicação e comércio: atacadista e varejista exceto restaurantes, lanchonetes, etc.*);

5) Serviços Pessoais (*alimentação, hotéis, lazer, cuidados pessoais, etc.*);

6) Serviços Sociais (*administração pública, saúde, educação e defesa*).

Cabe aqui um parêntese: Browning e Singelman já trabalhavam nessa classificação desde fins dos anos 1960 e fizeram uma observação a respeito da tradução da palavra inglesa *industry* para outros idiomas. Segundo os autores isto trouxe muita confusão aos interpretes, pois a origem desta palavra deve ser entendida como atividade e não indústria. Por isso alguns denominam certas atividades como indústria, ex.: indústria do turismo.

Eles, como outros, também atentavam para crescente dificuldade em fazer análises econômicas baseadas na divisão em três macro-setores e, até mesmo, em

seus desdobramentos. Já era evidente, frente à grande complexidade das inter-relações setoriais, a dificuldade em isolar analiticamente os setores econômicos: prática científica utilizada em estudos econômicos, por vezes, necessária para alcançar determinados objetivos.

Contudo, dada a necessidade de uma uniformidade metodológica buscada pelas instituições nacionais e internacionais, apesar do limites, esta tripla divisão ainda resiste como forma de compatibilizar os dados de produto, renda e emprego. Por outro lado, a progressão dessa discussão seria interminável e enfrentaria barreiras intransponíveis frente às particularidades regionais das economias. Mesmo porque outras divisões trariam outros limites analíticos ou serviriam para uma economia específica.

Mas, não se pode negar que frente à divisão social do trabalho houve um nítido crescimento de empresas de serviços, e a conjunção de esforços em mensurar os serviços mesmo que apresentem dificuldades de compatibilização regional vem fornecendo estatísticas para estudos de casos do terciário.

### **1.3 Teorias e estudos sobre as causas do crescimento e importância dos Serviços**

Várias são as causas apontadas pelos estudos acadêmicos, de perfil teórico ou não, como responsáveis pelo crescimento do Terciário (Serviços) na economia, entretanto nem sempre são aplicáveis de forma generalizada, dado a heterogeneidade desse macro-setor e as realidades espaciais distintas, duas particularidades/características que o Brasil apresenta com intensidade.

É preciso reconhecer que tais teorias e estudos oferecem subsídios e contribuições para a análise econômica aplicada e contribuem para entendimento da evolução do macro-setor Serviços. Isto, mesmo diante de críticas/limites às análises do Terciário, em parte já mencionadas, das quais se podem destacar ao menos três de ordem geral, que serão discutidas aqui ao longo do estudo das causas abordadas nessa seção: 1<sup>a</sup>) utilizam uma técnica analítica de isolar um determinado macro-setor e generalizar as conclusões para os diferentes espaços regionais; 2<sup>a</sup>) trazem embutida uma visão desenvolvimentista que padroniza o grau

de desenvolvimento socioeconômico e defendem o crescimento econômico como solução para as economias; 3ª) Por outro lado, essas causas vêm agindo concomitantemente a outros fatores de ordem geopolítica do crescimento econômico setorial, não só do Terciário.

Entre as causas, vale destacar duas de caráter mais teórico, a Lei de Engels e a Lei do diferencial de produtividade e, sobre outro enfoque analítico, os estudos dos efeitos da prática da Terceirização e do fenômeno da Urbanização. Na sequência, analisaremos aspectos de um ainda polêmico que partindo das causas e da visão pós-industrialista defende a Terciarização da economia.

Embora, essas causas venham agindo concomitantemente ao longo do desenvolvimento econômico, para um melhor entendimento analítico, serão aqui sinteticamente apresentadas separadamente. Ressalte-se que a ordem de apresentação não obedece à cronologia dos estudos das causas nem hierarquiza a importância dos reflexos sobre o crescimento e importância dos serviços na economia.

### 1.3.1 Lei de Engels

A **Lei de Engels** (teoria do efeito-renda), desenvolvida por Ernest Engels em meados do século XIX, aborda as transformações da estrutura da demanda e defende que os bens ofertados pelo *Terciário* são *bens superiores*. Para isso, aponta que há uma hierarquia no consumo das pessoas que se altera com o aumento da renda. Usa o exemplo dos bens de consumo alimentar na hierarquia da cesta de consumo dos agregados familiares relacionando o consumo ao aumento da renda. Daí, poder-se-ia derivar que uma vez saciada suas necessidades básicas com produtos tangíveis, o consumidor direcionaria mais renda para os *serviços*: bens cujo consumo tenderia a aumentar com a elevação da renda dos consumidores. Sendo assim, o crescimento do terciário ocorreria nas economias com maior nível de renda familiar, pois o consumo por *serviços* seria maior.

Tal teoria abriu campo para uma defesa de que foi primeiro nos países com melhor distribuição de renda, onde os serviços assumiram uma maior participação

nas cestas básicas das famílias, o que teria aumentado sua participação no PIB e na geração de ocupações.

De fato, o efeito-renda como aumento do consumo por serviços é passível de se constatar nas camadas sociais onde a renda é mais elevada. Mas precisamos considerar **pelo menos quatro questionamentos** a essa tentativa de teorizar o crescimento do Terciário e suas derivações, que envolvem outros vetores de crescimento do Terciário que não dependem só da renda monetária das famílias locais:

**1º)** Em muitos países o terciário sempre foi o que teve maior peso na economia independentemente da renda das famílias e do grau de desenvolvimento a estes atribuído (Exemplos de tipicidade econômica de alguns desses países: primário-exportadores, turísticos, especializados em serviços financeiros). Cabe aqui lembrar os ensinamentos dos utilitaristas: a determinado serviço ou produto é auferido uma importância e raridade (valor) pelo consumidor. Essa atribuição não envolve só o poder aquisitivo das famílias. Muitos serviços são consumidos por meio de trocas sem uso da moeda, o que não é captado pelas estatísticas. Assim, a importância em um nível de hierarquia de consumo pode variar segundo os costumes, tradições e condições geopolíticas que podem manter-se por períodos de tempo. Ou seja, é preciso considerar além das características econômicas das sociedades, regiões ou países, também o perfil das classes sociais quanto ao comportamento e escolhas dos seus consumidores.

**2ª)** Alguns serviços são gratuitos ou tem seus preços subsidiados, pois não necessariamente precisam obedecer às leis da concorrência e, portanto, seu consumo pelas famílias e crescimento não depende exclusivamente da renda das famílias. Um dos setores do terciário que mais cresceu e tem forte peso no PIB e no emprego dos países foi o setor público e, também, precisamos considerar o Terceiro setor (Exemplos: serviços assistenciais, projetos de capacitação, geração de renda e preservação do meio ambiente – não governamentais) que não dependem

diretamente da renda do consumidor e, sim, das conquistas sociais fortemente ligadas aos movimentos de classe, ou seja, das forças políticas.<sup>5</sup>

**3ª)** as empresas, o governo e o terceiro setor são importantes consumidores dos serviços, o que estimula o crescimento do Terciário sem necessariamente haver uma relação direta com o aumento da renda das famílias.

**4ª)** Por fim, é preciso considerar que o aumento da renda estimula o consumo de bens agrícolas e industriais. E dependendo do comportamento dos compradores frente às expectativas do mercado e das negociações e tratados comerciais, os preços de bens industriais e/ou agroindustriais tornam-se mais acessíveis aos consumidores com menor renda monetária. Esse acesso não está relacionado unicamente ao aumento da renda do consumidor final (pessoa física); ele tem sido facilitado pelo avanço da tecnologia que vem reduzindo o custo dos produtos e pela facilitação do acesso ao crédito aos consumidores de baixa renda. Por outro lado, como alerta Gershuny (1978), baseando-se em vários estudos do *Terciário* e focando principalmente a economia norte-americana, o maior acesso a produtos industrializados permitiu aos consumidores adquirirem bens que, inclusive, têm substituído serviços. Como o automóvel substitui o transporte público, a máquina de lavar substitui os serviços de lavanderia e os aparelhos de uso doméstico substituem serviços domésticos.

Em suma, o aumento da renda das famílias também leva ao crescimento do consumo por bens agrícolas e industriais além dos serviços. O consumo por bens das famílias não necessariamente obedece a uma ordem setorial e hierárquica, não podendo ser padronizado para países, regiões ou classes sociais, e ainda pode ser alterado conforme períodos das economias. Isso não exclui a contribuição do aumento da renda dos consumidores em geral ao crescimento dos serviços, o que não se pode é considerá-los bens superiores de forma definitiva no consumo das famílias.

---

<sup>5</sup> O estudo aplicado de Gadrey (1999) chama a atenção para isso. Embora ele reconheça que com aumento da renda o efeito-renda pôde ser observado na França, onde a parcela de consumo por *serviços* nos gastos das famílias passou de 20,9% em 1950 para 35,1% em 1970, atingindo 46,7% em 1997, sem incorporar serviços não mercantis (públicos e assistenciais) também proporcionalmente crescentes no atendimento das necessidades das famílias francesas. No Brasil, mesmo depois de todo o processo de enxugamento do Estado promovido na

### 1.3.2 Lei do diferencial de produtividade

A Lei do diferencial de produtividade de meados do século XX, ligada aos nomes de Clark, Fischer, Fourastié e Baumol, também é apontada como responsável pelo crescimento mais que proporcional do *Terciário*. Segundo essa lei, em média ocorreria um distanciamento estrutural entre os ritmos de crescimento da produtividade na agricultura, indústria e serviços; devido a razões essencialmente técnicas relacionadas às possibilidades de substituição do trabalho por capital que tenderiam a ser mais limitadas nos serviços, influenciando para a produtividade crescer em ritmo menor no *Terciário* quando comparada com a Indústria e com a Agricultura. Essa explicação teórica está na base da formulação anterior da hipótese da *doença de custos*. Os parâmetros dessa hipótese foram extraídos dos estudos de W. J. Baumol, publicados entre 1966 e 1991. Esta supõe que o maior peso do Terciário em termos de geração de emprego e de riqueza seria resultante do crescimento desigual da produtividade entre os macro-setores econômicos. O crescimento inferior da produtividade no *Terciário* facilitaria empreendimentos no Terciário e atrairia e absorveria mão-de-obra liberada dos outros dois macro-setores da economia.

**Um ponto controverso** da hipótese da doença de custos, base da lei, está na suposição de uma tendência à uniformização dos salários, dado que os aumentos de salários nos setores agroindustriais com maior produtividade acabariam pressionando para cima os salários do *Terciário* também, devido a pressão das organizações trabalhistas, como os sindicatos (MELO et alli, 1998). Estudos mostram que, especialmente em países menos desenvolvidos, há uma ocorrência de um “*inchaço*” do Terciário, que passou a exercer o papel de “colchão amortecedor” do desemprego. Ou seja, na insuficiência de oferta de emprego, parte do contingente de desempregados optariam por ocupações em atividades de serviços, em grande parte informais, onde as condições de uso e remuneração do trabalho são consideradas precárias. Todavia, é preciso ressaltar que mesmo nos

---

década de 1990, o setor público ainda respondia em 2000 por 15,7% do total PIB e 30% do PIB do *Terciário*, segundo o IBGE.

países desenvolvidos o crescimento da mão de obra do *Terciário* pode estar relacionada com o chamado *inchaço* do setor terciário resultante do ‘colchão amortecedor’ que este exerce em momentos de crise e superação da acumulação capitalista. Mas, além de outras atividades e setores não pertencentes ao terciário também absorverem mão de obra, é difícil generalizar a condição de precariedade dado as diferentes formas de contratação e de remuneração que dificultam generalizar essa situação; notadamente entre os informais, para os quais não há estatísticas metodologicamente uniformes e sua renda é desconhecida, inclusive havendo várias formas de remuneração não monetária. Por outro lado, muitas ocupações em serviços, não só formais, sob contratos das mais diferentes formas, são comprovadamente bem remuneradas e não se tratando necessariamente de opções involuntárias dos trabalhadores diante das crises.

**Outro ponto controverso** da lei do diferencial de produtividade diz respeito às suposições em torno da variação da produtividade em relação aos três macrosetores da economia. A mensuração da produtividade é polêmica por diversas razões, especialmente quando medida macroeconomicamente.<sup>6</sup> No que tange ao terciário, uma crítica importante em relação a esse ponto da lei mostra sua inaplicabilidade para todos os setores dos Serviços, dado a heterogeneidade, sendo que muitos deles vêm apresentando elevada produtividade, sejam capital-intensivos como *instituições financeiras* (bancos), *comunicações*, *transportes e armazenagem*, *serviços prestados às empresas* etc. sejam trabalhos-intensivos. Pois a produtividade pode ser aumentada não só por recursos tecnológicos de alto custo (máquinas, ferramentas, instrumentos de informática e telemática etc.), mas também pelos de baixo custo e, também, através da organização e gerenciamento do processo de trabalho. Sem falar que na mensuração da produtividade é difícil contabilizar bens e serviços comprados de terceiros, seja de fonte local, regional, nacional ou internacional que influem na produtividade das empresas e do trabalhador. E, ainda, em determinados serviços com características específicas,

---

<sup>6</sup> GADREY (1999) cita que ao menos a evolução da produtividade na França e nos Estados Unidos entre 1970 e 1997 confirma essa lei. Na França entre 1970 e 1997 a taxa de progressão média da produtividade foi de 5,4% na agricultura, 3,9% na indústria e de 2,1% no comércio e serviços mercantis. Nos Estados Unidos o diferencial de

notadamente os que envolvem o contato pessoal, a produtividade pode ser menor para não comprometer a qualidade e eficácia do serviço prestado (Exemplo típico: serviços de saúde) e, portanto, de difícil comparação com a produtividade medida em atividades agrícolas e industriais, já difíceis de mensurar e comparar.

Isso não descarta que a busca pela produtividade é intrínseca à concorrência e está relacionada à redução dos custos, muitas vezes vital à sobrevivência das atividades econômicas sejam em nível macro seja em nível microeconômico, mas isso independente do macro-setor em que estão inseridas.

Em suma, dada as controvérsias, é preciso ressaltar que o crescimento das atividades e das ocupações terciárias também é estimulado por outros fatores e decisões não necessariamente relacionados ao diferencial de produtividade ou à função de “colchão amortecedor” das crises exercido por vezes pelo macro-setor Serviços.

Essas controvérsias não invalidam o fato de que essa linha teórica trouxe elementos que contribuem para explicar o crescimento do Terciário e alguns aspectos da evolução e do papel dos serviços. Inclusive trouxe elementos para outras visões e interpretações mais atuais do debate, abordadas mais à frente no item 1.3.5.

Mas, antes trataremos, nos itens 1.3.3 e 1.3.4, dos estudos de duas causas do crescimento do Terciário (terceirização e urbanização), bem menos questionáveis e amplamente aceitas, cujo enfoque pode ser considerado não-teórico, especialmente em termos abstratos, por prevalecer traços de uma análise econômica aplicada.

Iniciemos pela prática da terceirização, por estar estreitamente ligada à redução dos custos e, indiretamente, relacionada com a busca pelo aumento da produtividade.

---

produtividade entre indústria e serviços também esteve em torno de 2%. inclusive no Brasil há estudos que mostram isso.

### 1.3.3 Terceirização

A prática da terceirização tem sido apontada como uma das principais causas do expressivo crescimento dos serviços. As estratégias de terceirização são antigas como o caso do *putting out* na revolução industrial inglesa. Esta prática se intensificou tornando-se mais nítida e passível de registros estáticos ou não, especialmente na segunda metade no século XX.

Por diversos motivos, as empresas passaram a transferir a terceiros, sejam empresas ou trabalhadores, algumas tarefas e a suprir-se de determinados insumos, partes e peças, antes realizadas ou produzidas por elas mesmas. Isto envolveu cada vez mais empresas e trabalhadores de vários ramos e setores do terciário.

Entre os motivos para a terceirização está, principalmente, a redução de custos, possibilitada, por exemplo, no caso de serviços, quando um fornecedor externo consegue fornecer determinado serviço a um custo inferior ao custo interno da empresa produtora. Um outro motivo está relacionado às oscilações do mercado, ou seja, quando as vendas estão em baixa os custos fixos de uma empresa tenderão a ser menores quanto maior for a quantidade de etapas de seu funcionamento transferidas a terceiros.

A prática da terceirização contribuiu em muito para o crescimento do *Terciário*. Muitos dados/estatísticas e estudos disponíveis apontam para essa prática como a principal causa recente do crescimento mais que proporcional dos serviços em relação à indústria e à agricultura, pois empresas enquadradas no *Terciário* absorveram diversas tarefas antes desenvolvidas por setores/empresas pertencentes aos dois outros macro-setores da economia.

Os serviços não relacionados com a produção como limpeza, segurança e atendimento foram alvos típicos de terceirização. Também surgiram e multiplicaram-se as empresas especializadas em fornecer mão de obra terceirizada e temporária. Mesmo o setor de vendas foi alvo de terceirização. Sem falar nos serviços técnicos que tradicionalmente envolvem profissionais liberais ou autônomos. As empresas buscaram terceirizar cada vez mais atividades de serviços como forma de reduzir

custos sobre a produção e mão-de-obra, principalmente encargos trabalhistas. A terceirização também atingiu empresas do próprio *Terciário*.

No que tange às empresas agrícolas e industriais, estas se concentraram em produzir o que tem maior competitividade (Deddeca, 1997). Passaram a terceirizar a produção de determinadas peças e partes e até mesmo etapas da produção. Muitas vezes importando de suas filiais ou fornecedores em outros países, envolvendo nesse processo empresas de serviços. Na verdade, formou-se um grande complexo produtivo de bens e serviços cada vez mais dinâmico. Por outro lado, muitas empresas terceirizadas ditas prestadoras de serviços na verdade realizam atividades industriais e agrícolas. Apenas a mão de obra é terceirizada, mas não são ocupações típicas de serviços.

#### **1.3.4 Urbanização**

A Urbanização, aqui tratada por fim, pode ser apontada como a causa inicial mais importante para o crescimento do *Terciário*. O processo de urbanização criou condições para o desenvolvimento e crescimento do *Terciário*. Mesmo porque com o surgimento das cidades determinadas necessidades, antes atendidas pelas próprias famílias, passaram a ser atendidas por atividades de serviços. A concentração da população em áreas urbanas exigiu, por exemplo, um crescimento do terciário em serviços coletivos de saúde, de infra-estrutura, de recreação, de educação, da administração pública, etc.; além dos serviços produtivos e distributivos, notadamente os reconhecidos como essenciais à realização da produção: comércio, finanças, transportes, comunicação, e serviços técnicos prestados especialmente às empresas.

Determinados estabelecimentos de serviços só se justificam em núcleos populacionais, em alguns casos somente em grandes cidades e aglomerações urbanas, como o caso de um tribunal de justiça, de uma universidade, de grandes lojas de departamento ou hipermercados e de concessionárias de veículos. Ou seja, embora haja outras variáveis, quanto maiores as cidades ou aglomerações de municípios, maiores as possibilidades de uma demanda que atraia empresas e

prestadores de serviços, visto que os aglomerados populacionais abrigam mercados consumidores em potencial. (Singer, 1979)

Por outro lado, determinados serviços, ao se organizarem em escalas maiores e custos menores, tornaram-se acessíveis às pessoas de renda mais baixa, ocorrendo uma massificação desses serviços, como foi o caso recente do turismo de massa, bancos, companhias de seguros e faculdades. Criaram-se, assim, estímulos para novos empreendimentos no setor.

Contudo, não negando seu papel fundamental para o crescimento dos serviços, o processo de urbanização também estimulou o crescimento da agricultura e da indústria, ainda que em proporções diferentes. O modo de vida urbano requer e induz à prestação de vários serviços, mas também estimula a produção de bens industriais ou agroindustriais.

Assim, nem sempre explicou o aumento mais que proporcional dos Serviços em relação aos outros dois macro-setores. Mesmo porque, nem sempre a urbanização estimulou em maior grau o crescimento do terciário. O estímulo da urbanização ao terciário vem ocorrendo em muitos municípios, mas não necessariamente em todos. Assim não pode ser generalizada para todas as regiões ou países. Algumas cidades continuam a depender de atividades agrícolas e industriais; quando estas atividades entram em crise ou mesmo perdem importância na região em que elas se inserem, muitas vezes não conseguem alterar seu perfil econômico. Com isso, nesses municípios, as atividades de serviços entram em crise e em muitos casos não se recuperam. Sem falar nos casos das cidades ou municípios que nunca se atrelaram ao desenvolvimento econômico de sua região dependendo exclusivamente de estímulos externos, ex.: setor público, comércio exterior e do terceiro setor.

### **1.3.5 Outras interpretações e considerações sobre o papel econômico dos serviços e a Terciarização**

Mesmo que haja ressalvas a fazer e o processo de desenvolvimento econômico deva ser olhado observando a sinergia setorial e considerando as força

políticas, teoricamente as quatro causas (ou determinantes) tratadas nos itens acima podem ser apontadas como vetores de crescimento do macro-setor Serviços e da importância dos serviços na economia.

Mas devemos olhar com mais cuidado para a visão da **Terciarização**: linha de pensamento que defende um processo que passaria inicialmente pelo crescimento mais que proporcional dos Serviços em relação aos outros dois macro-setores da economia e, em seguida, por um deslocamento do centro da dinâmica econômica para o Terciário, onde os serviços assumiriam, até mesmo, a direção do desenvolvimento econômico.

Na abordagem neoschumpeteriana, uma das mais recentes, as atividades do terciário são vistas como o novo “motor do crescimento econômico” num contexto da acumulação flexível. O aumento da participação do terciário demonstraria a passagem da economia industrial para “economia dos serviços”. Essa tese tem sido muito combatida, compondo um debate ainda atual sobre a importância dos serviços na economia. (Kon 2004)

Essa abordagem teve como base a visão *etapista* que gerou a visão *pós-industrialista*. Ainda que se aponte estar implícito na visão *pós-industrialista* é a visão *etapista* que defende a maturidade do “desenvolvimento” baseada no estágio de desenvolvimento econômico setorial, adotando uma visão desenvolvimentista pautada na maturidade e no crescimento econômico dos três macro-setores (Carvalho 2004). Seus seguidores desprezaram questões importantes como as relações setoriais e seus encadeamentos e as especificidades regionais das economias. Ou seja, quais os setores tem maior poder de encadeamento? Seria necessário todos os setores estarem desenvolvidos para que o “desenvolvimento” fosse atingido?

Primeiro aponta-se que a própria visão *etapista* apresenta fragilidades, por ser uma visão setorialista. Mas o problema é que ela defende, implicitamente, que todo país pode torna-se “desenvolvido” conforme seu crescimento setorial. Ou seja, primeiro desenvolveria sua agricultura até atingir a maturidade industrial e depois que fortalecesse o terciário atingiria um estágio “avançado” de desenvolvimento. Como já mencionamos no item 1.3.1 isso não precisa necessariamente acontecer.

Nações e regiões não industrializadas, algumas delas com excelente qualidade de vida e o meio ambiente preservado, têm um terciário mais desenvolvido e nem por isso podem ser consideradas “atrasadas”. O que põe em cheque essa visão que os países que desenvolveram o terciário depois dos outros dois macro-setores atingiram um estágio superior de desenvolvimento,

Depois, a visão *pós-industrialista* da “nova economia” pressupõe que o *Terciário* passaria a ditar a dinâmica econômica (Kon, 2004). Esta se baseia mais na sua *função* setorial do que sua participação na geração da riqueza e do emprego, ressaltando a velocidade das relações sinérgicas, entre as atividades dos três macro-setores, proporcionadas por transformações e modernizações de serviços que fortaleceram, entre outras coisas, os instrumentos de controle e facilitação dos negócios.

Podemos dizer que a visão pós-industrialista, traz na base a antiga concepção do caráter complementar dos serviços em relação à produção de bens materiais, sejam agrícolas ou industriais. O crescimento de uma grande parte do *Terciário* está relacionado ao desenvolvimento industrial que traz em seu bojo uma crescente divisão do trabalho, sendo que muitos serviços estão subordinados à Indústria. Também há necessidade de uma estrutura física e a dependência de bens manufaturados para a prestação de vários serviços, motivo pelo qual se tornaria difícil muitas vezes delimitar setorialmente uma atividade nos serviços ou na indústria.<sup>7</sup> Alega-se ainda que várias atividades terciárias dependem direta ou indiretamente dos outros dois macro-setores nem que seja do consumo propiciado pela renda gerada por estes, por exemplo, das remunerações.

Esse debate tem inspirações antigas e já podia ser observado em relação à Agricultura em países em que esta sofreu uma forte queda de participação no produto de suas economias. Os economistas agrícolas advertem que com o advento da agroindústria, uma grande quantidade de atividades, antes exercidas dentro dos estabelecimentos agrícolas, passam a ser exercidas e contabilizadas “além da porteira”. Ainda que se defenda que a dinâmica venha sendo ditada pela agroindústria e a agropecuária é sua base, não se pode negar os inúmeros

---

<sup>7</sup> Gershuny & Miles (1983), partilham da mesma crítica ao pós-industrialismo.

encadeamentos que ambas estabelecem envolvendo setores do terciário.<sup>8</sup> Tanto que os defensores da importância da agricultura preferem se referir à atividade como agronegócios, incluindo nestes a agroindústria e setores de serviços diretamente envolvidos com o setor agrícola. Para o pós-industrialistas, esse processo vem atingindo toda a indústria.

De fato, é difícil afirmar **genericamente** que todos os setores do terciário venham ditando a dinâmica industrial e/ou agro-industrial no sentido de sediar as diversas decisões da Indústria, Agricultura ou Agroindústria e estabelecer uma relação de dependência.

Mas, é possível afirmar que historicamente, a começar pela organização dos governos, grupos econômicos e das finanças, setores do terciário obtiveram crescimento sem serem induzidos pela Indústria ou pela Agricultura; como defendiam os mercantilistas para os quais o acúmulo de valores (ouro, prata, moeda cunhada, bens produzidos, etc) era o objetivo principal de qualquer economia; antes mesmo de o sistema econômico transitar para o capitalismo. Ou seja, a formação de riqueza e a produção sempre dependeram de negociações típicas de atividades terciárias para serem vendidas, inclusive atividades que recentemente mais se modernizaram e aumentaram sua importância estratégica para geração do PIB e de ocupações.<sup>9</sup>

Seja industrial, (extrativa mineral, construção civil, serviços industriais de utilidade pública), seja agroindustrial, se os negócios não são fechados e a produção não se realiza, ou seja, não é vendida, compromete a saúde das empresas e até de regiões e nações. E isso depende de uma mediação realizada por atividades de Serviços, como **intermediação financeira, comércio, transportes, comunicação, diversos serviços prestados às empresas** (consultoria, técnicos, propaganda etc.) e nas negociações comerciais, atividades

---

<sup>8</sup> Ver Walter BELIK (1999), José Francisco GRAZIANO DA SILVA (1996) e KAGEYAMA, Angela (1990).

<sup>9</sup> Mesmo que desde final do século XIX, as inter-relações e interdependência entre o capital financeiro e as diversas atividades econômicas, notadamente agrícolas, agroindústrias e industriais tenha sido intensificada, também aumentaram o número de grupos econômicos e empresas enquadradas juridicamente como serviços, que exercem atividades tipicamente terciárias. É fato que isso ocorreu de forma mais intensa nos grandes grupos e conglomerados, que inclusive possuem seus próprios bancos, mas indiretamente acabam influenciando as demais empresas que orbitam ao seu redor. Mesmo que o capital financeiro dependa em maior ou menor grau

de desembaraço aduaneiro, que envolvem serviços de despachantes e serviços públicos burocráticos. Por outro lado, no que tange ao poder de indução econômica e à expansão da **Administração Pública** (setor público) – embora esteja relacionada à arrecadação fiscal gerada pelas diversas atividades dos três macro-setores da economia – seu crescimento tem componentes políticos, como já mencionado, relacionados à ‘força’ dos governos e pode ser viabilizada por um sistema financeiro sólido (Ex: política monetária expansionista que independe da arrecadação e sim de mecanismos financeiros). Além de que, o funcionamento das atividades econômicas também fornece, demanda e se beneficia de uma série de serviços públicos.

Os serviços citados no parágrafo acima em alguns países são detectáveis e as estáticas e os dados, mesmo apresentando limites, têm evoluído até no sentido de permitir algumas comparações regionais, o que não invalida as análises setoriais de cunho regional. E é possível afirmar, dado as transformações da economia que eles venham assumindo maior importância na indução do crescimento econômico.

\* \* \*

Nessa seção, ao longo da análise das causas, tratamos de críticas e ressalvas, por serem na maioria, aplicáveis à economia do Brasil, dado suas particularidades, diversidades e complexidades regionais e setoriais, especialmente às relacionadas ao seu macro-setor Serviços. De fato, as críticas trazem obstáculos que, em parte, podem ser superados com o recorte analítico do objeto de estudo e o objetivo dessa tese que questiona se *“os ramos do macro-setor Serviços, onde a modernização na década de 1990 foi mais acentuada, elevaram sua capacidade de contribuir para o crescimento econômico no Brasil em termos de geração de produto e ocupações”*. Por outro lado, as ressalvas aos limites do crescimento do terciário se aplicam ao caso particular do Brasil.

No Brasil os estudiosos preferem não fazer prognósticos sobre o futuro papel dos serviços na economia visto que nada indica que a Indústria e Agroindústria que

---

da Indústria e da Agricultura para se valorizar, isso envolve pequenas, médias e grandes empresas dos três macro-setores.

formaram complexos industriais venham perder centralidade no processo econômico.

Mas os avanços da tecnologia têm viabilizado serviços que, se por um lado fortalecem esses complexos, por outro lado contribuíram para o fortalecimento de empresas de serviços dos mais variados portes, não só grandes empresas e grupos, e para crescimento de uma gama enorme de serviços autônomos e informais que mantém inúmeras relações econômicas com esses complexos agrícolas e industriais.

Não se pode negar que setores do terciário que passaram ao longo da reestruturação da economia brasileira na década de 1990 por processos de modernização tecnológica, fortaleceram sua influência no desenvolvimento econômico do País.

## **Capítulo 2 - Aspectos do cenário econômico da década de 1990 e do papel dos serviços modernizados no caso do Brasil.**

Neste capítulo são discutidas questões referentes ao reordenamento da economia brasileira iniciado em fins da década de 1980, frente às sucessivas crises internacionais, e seus efeitos sob a ‘espacialidade’ das atividades econômicas.

Tal discussão abarca a “modernização” das atividades econômicas em um contexto de aprofundamento da internacionalização e suas implicações para a dinâmica da economia brasileira. Faz-se uma reflexão sobre os efeitos da reestruturação da economia brasileira da década de 1990, destacando o papel dos serviços nesse processo.

Até a década de 1950 na economia brasileira, mesmo com uma indústria nascente, ainda preponderava o modelo primário exportador. O primeiro impulso ao terciário nacional esteve vinculado ao apoio à produção, escoamento e comercialização de produtos primários como também ao comércio em geral, o que propiciou o desenvolvimento nessa primeira fase de serviços de apoio como os de transportes e os financeiros. A nossa indústria de bens de produção era ainda incipiente e até mesmo os insumos e produtos de consumo eram na maior parte importados de outros países. Assim, os serviços estavam basicamente envolvidos com o comércio e distribuição, especialmente da produção agrícola e da indústria de bens não duráveis e semiduráveis.

O envolvimento dos Serviços com a agricultura de exportação e a indústria nascente permitiu maior desenvolvimento desse macro-setor no Brasil. Em 1950 respondia por menos de 50% do PIB do país. Contudo, isso se devia ao baixo peso que a indústria ainda tinha na economia brasileira e também ao baixo patamar que o nosso PIB havia alcançado até então o que permitia que a contribuição ao PIB de um terciário de baixa complexidade se sobressaísse.

Com o forte processo de industrialização que o país experimentou a partir da década de 1950, o terciário brasileiro cresceu, mas não conseguiu superar 60% do PIB nacional. Não só devido ao profundo processo de industrialização observado na

economia brasileira entre 1950 e 1980, mas também devido ao perfil dos serviços produzidos no país, de baixa complexidade e de natureza essencialmente tradicional, o crescimento do setor terciário quase sempre esteve abaixo do setor secundário neste intervalo. O terciário brasileiro só passou a apresentar taxas de crescimento por vezes maiores que a indústria ou a agricultura a partir da década de 1970. Segundo Meirelles (2003), para isso contribuíram as reformas estruturais ocorridas na década anterior, especialmente a reestruturação do sistema financeiro e creditício, juntamente com os investimentos em saúde e educação realizados no Brasil.

Assim mesmo, como podemos observar na tabela abaixo, a taxa de crescimento do terciário só passou a ser razoavelmente superior ao secundário na década de 1980, visto que na década anterior ambas as taxas apresentaram crescimento similar.

Tabela A – Taxas Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto por macro-setor de Atividade Econômica – Brasil – 1951-2000

	Total	Indústria	Serviços	Agropecuária
1951-1960	7,7	9,7	6,1	4,3
1961-1970	6,2	7,0	6,3	3,7
1971-1980	8,6	9,3	9,4	4,7
1981-1990	1,6	0,3	2,7	2,4
1991-2000	2,5	2,9	2,7	3,2

Fonte: Boletim Estatístico do Banco Central. (Extraída de Dedecca, 2001:05)

(1) O crescimento do PIB total refere-se ao período 1991 a 2000, sendo uma estimativa o valor para esse último ano. Quanto ao PIB de cada setor de atividade, os dados referem-se ao período 1991 a 1997.

De um modo geral, todos os setores da economia brasileira sofreram com a profunda crise que o país enfrentou na década de 1980. Mas, aliado à crise, o setor primário e, principalmente, o secundário perderam importantes fontes de recurso públicos de estímulo a sua expansão.

Em relação ao primário, foi nessa década que foram reduzidos gradativamente de forma bastante expressiva recursos governamentais destinados ao financiamento da agricultura e à regularização dos estoques públicos de produtos agrícolas. Os recursos oficiais destinados à agricultura foram profundamente reduzidos durante a década de 1980. Ainda assim, o setor

apresentou crescimento quase igual ao do terciário, embora ambos tivessem fraco desempenho na década.

Quanto ao secundário, este não mais foi alvo de amplos planos de expansão como o II PND que destinou, na década de 1970, vultosos investimentos a uma profunda ampliação e diversificação do parque industrial nacional. Por outro lado, depois do expressivo crescimento da capacidade instalada, na década de 1970 a indústria nacional não encontrou demanda interna suficiente na década de 1980, sendo necessário um ajuste exportador. Isso contribuiu para a inflexão das atividades industriais fortemente atingidas pela crise econômica dessa década, especialmente no que diz respeito ao setor de bens de capital fortemente ampliado com o II PND.

Já o macro-setor Serviços, considerando sua heterogeneidade, mesmo que afetado pelo intenso arrefecimento do crescimento da economia brasileira, não foi alvo prioritário na década de 1970 de estímulos específicos que viesse a perder na década seguinte.

*“A partir da década de 80, período em que a economia brasileira sofre recorrentes processos de expansão e retração, a taxa de crescimento do setor terciário cai significativamente. Entretanto, ainda permanece acima da taxa registrada nos demais setores, os quais chegam, inclusive, a apresentar taxas negativas no intervalo de 1980 a 1983. Este comportamento se explica, sobretudo, pela “função” empregadora do setor terciário. Esta função é muito ativa num contexto em que predominam os serviços tradicionais, que apresentam baixa intensidade de capital, pequenas empresas familiares e um baixo nível de escolaridade, tornando a absorção de mão-de-obra excedente ainda mais expressiva. Dessa forma, nos períodos de “crise”, ou de contração do ciclo recorrente, designado de “stop and go”, o setor terciário funciona como um ‘colchão amortecedor’.” (Meirelles 2003, p. 83)*

De fato essa função de acomodação que o terciário exerce em períodos de crise econômica vem sendo apontada como uma das principais causas do crescimento do terciário no Brasil. Se por um lado, o razoável ganho de participação dos serviços no PIB desde a década de 1970 deveu-se em grande parte à urbanização acelerada, por outro lado, também foi motivada pela ação de fatores locais específicos, notadamente a concentração fundiária e a incapacidade da industrialização criar empregos que absorvessem o êxodo rural. (Kon, 1992; Meirelles, 2003)

Mas é importante notar que há alguma interdependência entre o crescimento do setor Serviços e dos outros dois macro-setores da economia brasileira, visto que os Serviços não apresentam um crescimento descolado da Indústria e da Agricultura. Ou seja, quando esses dois últimos vão mal isso se reflete no terciário de forma perceptível. Como podemos constatar na tabela a seguir a participação relativa do terciário no PIB brasileiro cresceu pouco entre 1950 e 1990.

Tabela B – Participação no PIB brasileiro por grandes setores 1950/1990

<b>Macro-setores</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1983</b>	<b>1990</b>
Agropecuária	26,6	22,6	10,2	13,0	9,8	9,1
Indústria	23,6	25,2	36,3	34,0	33,5	34,3
Serviços	49,8	52,2	53,5	53,0	56,7	56,6
<b>Total do PIB</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da Fundação Getúlio Vargas e do IBGE extraídos da Tabela 4.9, de Kon (2004: 101).

Como se pode na Tabela acima constatar o crescimento do peso do terciário na economia brasileira desde 1950 não foi tão expressivo e se deveu em parte ao efeito matemático da forte queda da Agropecuária.

## **2.1 Aspectos do reordenamento da economia brasileira: preocupações da década de 1990**

O padrão de organização espacial do país foi impactado pelas mudanças no cenário de crise econômica internacional na década de 1990, que afetaram profundamente as atividades produtivas nas diferentes regiões brasileiras. A maior abertura econômica provocou impactos regionais importantes a partir do processo de reestruturação produtiva. Dentre os principais traços deste destacam-se: ajuste defensivo, pautado em expressivo aumento de produtividade via redução de custos, inclusive do trabalho; introdução de inovações organizacionais e melhoria dos sistemas de qualidade em busca de maior eficiência no processo produtivo; terceirização de atividades e especialização produtiva e; - crescente utilização de

insumos importados.<sup>10</sup> Este contexto gerou uma preocupação sobre prováveis efeitos negativos no mercado com impactos regionais específicos.<sup>11</sup>

No geral, foi expressivo o aumento da penetração das importações na oferta doméstica, especialmente nos setores intermediários e de bens de capital, cujas cadeias produtivas foram as que sofreram maiores impactos devidos não só à substituição da oferta local de importantes segmentos intermediários por importações, como também pela estagnação dos investimentos. Numa economia continental fortemente integrada, a maior penetração das importações representou inicialmente a quebra de elos importantes de cadeias produtivas, tensionando a integração regional da economia brasileira.

Neste contexto, temia-se que a eficiência microeconômica e as forças do mercado prevalecessem sobre as estratégias macroeconômicas governamentais de desenvolvimento socioeconômico *regional*, industrial e de fortalecimento do capital nacional. Do ponto de vista setorial, a política econômica privilegiou as forças do mercado, enquanto determinante do processo de modernização do parque produtivo, impulsionando a internalização no país de capacidade para inovar. Do ponto de vista regional, regiões produtoras de bens para exportação se beneficiaram da maior internacionalização da economia brasileira, resultando em taxas de crescimento acima da média nacional.

Todo o processo até aqui sinteticamente abordado, ao qual a economia brasileira foi submetida na década de 1990, traduziu-se numa reestruturação das atividades produtivas em nível nacional com características regionais específicas.

Sob a ótica do emprego, o mercado de trabalho teria sido severamente atingido, como mostram diversos estudos da área. Apontavam como um grave problema da década o desemprego e a deteriorização das condições de uso e de remuneração da força de trabalho, com achatamento da remuneração e aumento da informalização.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Ver HAGUENAUER et alli, 2001; ver também os Estudos setoriais do Neit e Cecon/Unicamp, e ainda SILVA, 2002 e 2005.

<sup>11</sup> Ver Guimarães (2002).

<sup>12</sup> Ver estudos do CesiT e do Dieese.

No que tange ao desemprego, segundo dados compilados da PNAD<sup>13</sup>, entre 1992 e 1999, a taxa anual de crescimento da população desempregada (7,42%) foi muito superior à da população ocupada (1,37%), da PEA (1,88%) e a da população brasileira (1,35%), demonstrando um desequilíbrio no mercado de trabalho *vis a vis* a uma alteração na estrutura PEA/população total. Consequentemente, os desempregados passaram de 7,2% para 10,4% da população brasileira e, como agravante, a parcela de empregos formais medidos pela Rais caiu de 45,9% para 41,3% no total dos empregos neste intervalo.<sup>14</sup> Ou seja, ao mesmo tempo em que a PEA aumentou mais que o total da população, o mercado não teria absorvido a procura por trabalho com carteira assinada, provocando um crescente desemprego, especialmente nas regiões metropolitanas, aumentando os problemas urbanos nas maiores aglomerações do país.

Também se registraram o crescimento de outras formas de inserção da mão-de-obra: autônomos, prestadores de serviços, micro empreendedores e/ou dos “conta-própria”, pessoas jurídicas, etc. O que teria agravado problemas do mercado de trabalho, entre outras coisas, pela intensificação do uso da mão de obra e aumento da concorrência por trabalho.

Embora isso tenha se constatado em muitos casos e principalmente em determinadas atividades e localidades, para esses tipos de ocupação é difícil medir as condições de uso e remuneração do trabalho. Há dificuldades de dimensionar outras formas de remuneração (alimentação, saúde, transporte, moradia, etc.) e especificidades do desenvolvimento local como já mencionado.

---

<sup>13</sup> Ver Scudeler, Colombera & Carvalho, 2001. Ver Mattoso, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

<sup>14</sup> Entre 1990 e 1998, só na indústria de transformação, a qual foi a mais afetada e apresenta altíssimo percentual de empregos formais e melhor remuneração, eliminaram-se 18,6% do pessoal ocupado (2,5% ao ano), cerca de 2,5 milhões de empregos, passando-se de cerca de 9 milhões para 7,5 milhões de empregos. (ver Sabbatini 2001, dados do IBGE). Conforme as PNADs de 1991 e 1999, o número absoluto de desempregados no Brasil cresceu de 4.765.212 em 1991, para 7.145.095 em 1998 (49,94% de crescimento), alcançando 7.865.563 em 1999 (65,06% de crescimento em relação a 1991). Paralelamente, o número absoluto de trabalhadores sem carteira assinada passou de 14.459.115 para 16.414.250, crescimento de 13,52%. (Ver Ortuso, 2001 – p. 15 e 16). Ver Mattoso, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

### 2.1.1 Reflexões e preocupações sobre os efeitos regionais

Supostamente, com a ampla abertura comercial e o novo padrão concorrencial, as regiões do Brasil que abrigavam as economias mais diversificadas, especialmente as que exerciam função de fornecedoras de mercadorias e serviços às outras economias de sua própria região ou de outros estados brasileiros, seriam as mais afetadas pela reestruturação econômica da década de 1990. Tanto pela exposição de seu próprio mercado consumidor quanto dos mercados nacionais demandantes de seus produtos a novos concorrentes internacionais dotados de um padrão tecnológico e organizacional mais avançado e operando com custos mais baixos.

Já as economias em maior ou menor grau de especialização e pouco diversificadas, tradicionalmente importadoras líquidas de mercadorias e serviços de outras localidades do país, seriam as menos afetadas por sua menor exposição setorial ao acirrado padrão concorrencial que se estabeleceu. Até mesmo, conforme o caso, podendo se beneficiar da acentuada queda dos impostos de importação e da posterior apreciação cambial, que reduziu o custo dos produtos estrangeiros de sua pauta de importações, além de viabilizar novas alternativas frente ao fornecimento nacional.

Por outro lado, os condicionantes da reestruturação produtiva e a forma como se “rearticulou” a economia brasileira no mercado internacional privilegiaram inicialmente a localização de investimentos nas áreas mais dinâmicas e competitivas do país, especialmente no que tange às estratégias das grandes empresas em relação à internacionalização da economia. O padrão tecnológico imposto pelo novo ambiente concorrencial tornou mais atrativa a proximidade aos grandes centros, dotados de um terciário avançado, capaz de oferecer suporte às demandas da produção reestruturada, como a da indústria que, no processo de reestruturação, terceirizou etapas de sua atividade.

Como ressaltou Tânia Bacelar, *"os novos requisitos locacionais da acumulação flexível, como: melhor oferta de recursos humanos qualificados, maior proximidade com centros de produção de conhecimento e tecnologia, maior e mais*

*eficiente dotação de infra-estrutura econômica, proximidade com os mercados consumidores de mais alta renda ..."* atuam no sentido da concentração dos investimentos em áreas mais avançadas. <sup>15</sup> Diniz reforçou: *"Considerada a distribuição regional da produção e da renda brasileiras e a rede de cidades da Região Centro-Sul, onde estão localizadas as maiores universidades e instituições de pesquisa, o mercado de trabalho profissional e a infra-estrutura urbana de serviços modernos, tenderia a ampliar a força da rede de serviços, promovendo ou acentuando a concentração regional."* <sup>16</sup>

Deve-se destacar o avanço da Logística de Distribuição, que ganhou maior destaque com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Neste segmento observam-se também efeitos concentradores ao predominar um sistema tecnológico e administrativo inviável aos pequenos e médios distribuidores, que perderam mercado para grandes distribuidores, sejam terceirizados ou não, tendo seus mercados consumidores, antes preservados, reduzidos.

Ao menos até a macrodesevalorização de 1999, as regiões periféricas teriam sido as maiores perdedoras em termos de distribuição do VA, para o que contribuiu as expectativas negativas dos investidores na esfera produtiva frente às fortes oscilações dos juros e à gradativa piora da infra-estrutura, devido ao grau de endividamento dos municípios, estados e União, afetados pela dívida diante da crise internacional e falta de recursos para conservação dos aparatos existentes. Em geral, na década de 1990 a severa redução dos investimentos estatais que haviam exercido papel fundamental no desenvolvimento regional, contribuindo para descentralização das atividades econômicas, contribuiu inicialmente para o fortalecimento dos centros mais desenvolvidos do Brasil, atrativos ao capital privado, na medida em que a redução do investimento público reduziu as possibilidades de espraiamento das atividades para outras localidades menos desenvolvidas.

Como forma de contornar a crise fiscal da União e dos próprios estados, a grande maioria destes acentuou a antiga prática de atração de investimentos,

---

<sup>15</sup> ARAUJO, 2000, p. 118.

<sup>16</sup> DINIZ, 2000a, p. 15.

pautada principalmente na renúncia fiscal. Prática denominada "Guerra Fiscal", devido ao elevado grau de benefícios oferecidos especialmente aos capitais de médio e grande portes que tiveram condições de deslocar plantas, privilegiando, no curto prazo, os estados receptores. Mas, dada a crise internacional dos juros essa prática afetou as finanças estaduais no médio e longo prazos. Fator que comprometeu ainda mais os bancos estaduais e colaborou para a "quebra" ou saneamento pela União da maior parte deles, medida imprescindível em uma economia capitalista.

Neste cenário, perderam-se importantes instrumentos de políticas de desenvolvimento públicas que ainda ofereciam crédito de longo prazo, além das empresas estatais privatizadas diretamente envolvidas com a produção. Temia-se que comprometeria a desconcentração regional da atividade produtiva do *centro-sul* em direção ao Centro-Oeste, Norte, Nordeste, observados no período de 1970-85, antes do processo recente de re-ordenamento da economia brasileira.

## **2.2 Considerações adicionais sobre críticas e preocupações ao reordenamento econômico da década de 1990**

Mas cabe fazer algumas considerações sobre as críticas e preocupações do processo sintetizado nos itens anteriores.

É preciso ressaltar que a modernização acelerada se deu na economia internacional como um todo, sob o comando das economias mais fortes e estruturadas. Seus efeitos impactaram os países menos estruturados e exigiram respostas diante do dinamismo econômico que se impunha e do risco de se distanciar economicamente dos mercados consumidores estrangeiros.

Independentemente da política econômica adotada na década de 1990, os investimentos privados nacionais, multinacionais, transacionais ou estrangeiros de uma forma ou de outra viriam para o País, dada a necessidade de materializar o capital financeiro e às inúmeras oportunidades de espraiamento de atividades econômicas para espaços econômicos pouco explorados.

Por outro lado, mesmo que viabilizado por ações do setor público foi principalmente o investimento privado, seja local ou estrangeiro, que permitiu a

modernização do parque produtivo nacional e de setores dinâmicos de serviços que viabilizaram oportunidades de crescimento de atividades em localidades periféricas.

### **2.3 Aspectos do envolvimento dos serviços no processo de reordenamento econômico**

O macro-setor Serviços no Brasil foi envolvido de forma estratégica no profundo reordenamento da economia nacional, sintetizado acima. Setor que vinha ganhando participação no valor adicionado da economia brasileira e, principalmente, na geração de ocupações nas últimas décadas do século XX. Na década de 1990, essa posição (quantitativa) se mantém, mas sua importância assumiu novos contornos de forma mais visível, dado o papel estratégico que alguns de seus setores assumiram no processo.

Esse macro-setor foi palco de inovações tecnológicas e organizacionais importantes, assim como de mudanças no que tange ao funcionamento de suas atividades e à importância de sua participação no processo produtivo da economia contemporânea, estabelecendo novas relações com os outros dois macro-setores (Agricultura e Indústria). Com a terceirização decorrente da reestruturação produtiva, atividades do terciário ganharam papel de destaque, especialmente na determinação de escolhas locais dos investimentos. Por outro lado, avanços tecnológicos permitiram oferecer com maior diversidade serviços estratégicos imprescindíveis à economia reestruturada, influenciando a macroeconomia espacial e o funcionamento do mercado de trabalho, dada a localização diferenciada regionalmente dos serviços mais avançados.

Em ramos de atividades como telecomunicações, bancos, redes de comércio atacado e varejista, transportes, entre outros, verificaram-se exemplos de processos de modernização, de reestruturação e/ou de adoção de nova logística de distribuição. Tais processos, ocorridos em intensidade e extensão variadas nos ramos do *macro-setor Serviços* brasileiro, tiveram expressiva repercussão macroeconômica na década de 1990 com conseqüências posteriores. Contudo, os condicionantes da reestruturação produtiva e a remodelação da inserção econômica do País e das empresas no mercado internacional privilegiaram a localização de

investimentos próximos às áreas urbanas mais dinâmicas e competitivas do país ou em espaços com possibilidades de conexão aos centros dinâmicos e aos mercados mais atrativos. A concorrência se aprofundou e tornou-se cada vez mais necessário o acesso aos serviços característicos de um Terciário avançado capaz de oferecer suporte às demandas da produção reestruturada de atividades industriais e agropecuárias.

*“... a integração agricultura-indústria-serviços aumenta a demanda dos chamados serviços à produção, especialmente com o crescimento da internacionalização e a necessidade de administração e controle das grandes organizações (engenharia, pesquisa e desenvolvimento, mercado, propaganda, seguros, bancos, processamento de dados, contabilidade), e à circulação (venda, transporte, assistência técnica, manutenção, instalação etc.). Por sua vez, o aumento da terciarização amplia a complementaridade entre indústria e serviços e implica na atração dos serviços para próximo à produção, com tendência à reaglomeração e à ‘clusterização’ “. (DINIZ, 2000a: 14).*

Neste contexto, a própria estruturação do setor Terciário se deu de forma heterogênea, em termos setoriais e/ou espaciais (Silva 2005). Enquanto algumas atividades se reestruturaram e se modernizaram privilegiando determinadas localidades, grande parte das atividades e localidades ficaram à margem desse processo, mantendo características tradicionais (informalidade, atraso tecnológico e organizacional etc.). O processo de modernização organizacional e tecnológica ditou dinâmicas distintas entre os espaços regionais, tendo sido as grandes concentrações urbanas (notadamente as regiões metropolitanas) os principais alvos do processo de reordenamento recente do Terciário que avançou em ritmo e direção diferentes conforme a região.

Como parte deste contexto, o intenso processo de **privatização** somado aos significativos movimentos de **fusões e aquisições**, ocorridos principalmente na década passada, envolveram o macro-setor Serviços, alvo dos investimentos estrangeiros interessados em grande parte na exploração do mercado interno, em segmentos nos quais a demanda estava garantida. A entrada de novos agentes no mercado alterou bastante os padrões concorrenciais, trazendo novas exigências às empresas participantes, principalmente, nos segmentos onde esse processo foi

mais acentuado. Os setores *Telecomunicação* e *Finanças* foram exemplos típicos de transformações em seu perfil setorial. (Oliveira 2005a e Oliveira 2005b)

A reorganização do *Terciário*, como já destacado, afetou o mercado brasileiro como um todo, influenciando decisivamente no ambiente concorrencial ao reduzir distâncias, estabelecer novas modalidades de comercialização, impor padrões tecnológicos e organizacionais, elevar exigências de produtividade e qualidade, etc (Silva, 2005). A busca de agilidade e flexibilização no processo produtivo está entre os fatores que contribuíram para ampliar a importância e condicionar o desempenho recente do *Terciário* no Brasil; para cujo crescimento foram decisivos os efeitos do fenômeno da *terceirização*, que elevou a participação de suas atividades no processo produtivo e contribuiu para o próprio crescimento estatístico de seus segmentos.

A seguir, trataremos de mediações e questões metodológicas relativas ao recorte estatístico do estudo do macro-setor Serviços no Brasil.

## **Capítulo 3 - Serviços no Brasil: mediações e questões metodológicas**

O IBGE recentemente criou novas séries estatísticas regionais e estudos dos dados macroeconômicos voltados para o macro-setor Serviços brasileiro. Tais esforços encontram dificuldades frente à complexidade e à diversidade que este macro-setor apresenta e, em particular, frente às diferentes estruturas regionais que colocam dificuldades específicas em torno do tema.

Se, por um lado, há limites ao crescimento autônomo dos Serviços no Brasil, como já abordamos, por outro lado aponta-se uma dificuldade metodológica ligada à mensuração da sua produção e geração de renda e à classificação setorial das atividades do Terciário, especialmente no que tange ao PIB.

### **3.1 - Limites ao crescimento do macro-setor Serviços no Brasil**

As causas defendidas pela teoria como responsáveis pelo crescimento mais que proporcional dos serviços e, especialmente do dinamismo do Terciário e a Terciarização, apresentam limites na economia do Brasil. De modo geral, os estudos desses limites os relacionam à riqueza regional ou à renda dos agentes econômicos e inter-relacionam as estratégias de redução de custos (produtividade), a terceirização e o efeito-renda (lei Engels), especialmente em localidades com dificuldades em manter suas atividades terciárias ou atrair investimentos do setor dado o estágio de urbanização.

No que tange à produtividade um limite apontado no Brasil estava relacionado ao acesso restrito às novas tecnologias. As estratégias de redução de custos e aumento da produtividade sempre foram um instrumento inerente à concorrência capitalista e à sobrevivência ou expansão das empresas de serviços conforme as exigências do mercado em que atuam. Quanto à aplicação e novas tecnologias, estas se deram com mais intensidade em períodos em que houve um acirramento da concorrência ou uma necessidade de superar crises.

Entre os limites da terceirização, que funciona também como estratégia de redução de custos, o bom desempenho das firmas terceirizadas depende do

crescimento e desempenho de diversas atividades econômicas. E essas empresas devem ter um porte mínimo que leve à terceirização, visto que a maior parte das micro e pequenas empresas não necessitam ou não possuem porte e/ou escala suficiente para contratar empresas prestadoras de serviço. Havia uma preocupação no sentido das firmas que prestam serviços às empresas estarem concentradas na minoria dos municípios e ou regiões metropolitanas do Brasil, onde estão localizados pólos dinâmicos das atividades econômicas (Diniz, 2000). Ou seja, a maioria dos municípios não abrigava um número razoável de empresas de porte que justificasse a existência de firmas prestadoras de serviços especialmente às empresas. Afetando as oportunidades de trabalho e remuneração no setor.

No caso da *urbanização*, um limite é o baixo dinamismo econômico de grande parte dos municípios brasileiros. Um grande número das cidades brasileiras possui uma economia mercantil limitada com baixo estímulo às atividades terciárias. Mesmo porque abrigam pequenos contingentes populacionais. O que envolve, além de limitações geoclimáticas, características e problemas do processo de urbanização brasileiro afetados pelas sucessivas crises econômicas. A incapacidade de grande parte das cidades do interior de criar oportunidades de sobrevivência frente ao crescimento demográfico provocou intensos movimentos migratórios para as grandes cidades, incapazes de absorver tanta oferta de mão de obra. Isso contribuiu para aumentar o desemprego e o subemprego, além de pressionar as remunerações monetárias para baixo e conseqüentemente reduzir o poder de compra das famílias.

O baixo dinamismo econômico de grande parte dos municípios de determinadas regiões do Brasil que não conseguiram se atrelar ao reordenamento e reestruturação da economia brasileira se refletiu negativamente na renda, fator que limita o consumo mercantil de serviços ofertados por atividades terciárias, especialmente às que não provêem necessidades básicas da população.

Aponta-se também que os efeitos gerados pelo aumento da renda das famílias foram limitados no Brasil por um achatamento das remunerações monetárias do trabalho. Vários estudos ressaltam que os benefícios previdenciários e os diversos programas assistenciais são imprescindíveis para a sobrevivência da

população, especialmente nas localidades mais pobres do País, frente às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo.

Mas, todas as ressalvas e limites ao crescimento, fortalecimento e dinamização do Terciário tratadas na seção 1.3 são aplicáveis ao caso brasileiro. Sinteticamente, retomemos três ressalvas que envolvem outros fatores da expansão dos serviços: 1) o consumo de serviços não depende só das famílias, mas também da expansão do consumo intermediário de empresas típicas de serviços ou constituídas como tal; 2) no que tange às famílias não depende só das remunerações monetárias, mas também da expansão e/ou facilitação do acesso ao crédito e das formas de remuneração não-monetária da mão-de-obra e das famílias; 3) depende também do crescimento da estrutura e oferta de serviços de caráter não mercantil (setor público e seus prestadores de serviço mais o Terceiro setor).

Se por um lado, houve um crescimento da estrutura e oferta de serviços de caráter não mercantil no Brasil, por outro lado, a modernização de determinadas atividades terciárias inserida no recente processo de reordenamento e reestruturação da economia brasileira estimulou a expansão da economia para outras localidades e contribuiu para massificação de muitos serviços. Nesse processo muitos limites à expansão do macro-setor Serviços no Brasil foram rompidos.

Na próxima seção trataremos de questões metodológicas ligadas à mensuração do produto dos Serviços, à geração de ocupações e à classificação setorial das atividades do Terciário, especialmente no que tange ao PIB. Os dados analisados no nosso estudo macroeconômico partem de um recorte estatístico que focam a geração do PIB do macro-setor Serviços (Terciário) no Brasil com base nas contas regionais do IBGE e a quantidade de ocupações da PNAD/IBGE.

### **3.2 Questões metodológicas sobre a análise estatística dos Serviços no Brasil**

Nessa seção analisaremos limites e contribuições que os dados utilizados no estudo do macro-setor Serviços permitem e explicaremos a compatibilização metodológica realizada entre os dados do PIB setorial regional e da PNAD com

base na classificação setorial adotando os quatro grupos de serviços de Browning & Singelman.

Na análise dos dados tomou-se como recorte regional as macrorregiões brasileiras, utilizando dados oficiais do Brasil fornecidos pelo IBGE. Quanto à geração de riqueza focou-se apenas o Valor Adicionado (PIB), considerando os 10 ramos dos Serviços (conforme a subdivisão adotada pelo IBGE na contas regionais), por serem os dados oficiais regionais disponíveis e metodologicamente uniformizados para as macrorregiões e, inclusive, desmembrados para as Unidades da Federação. No que tange ao mercado de trabalho, focamos apenas o total de ocupações com contribuição e sem contribuição à previdência segundo a PNAD, adaptando a subdivisão setorial do IBGE aos dados de emprego da PNAD.

### **3.2.1 Esclarecimentos metodológicos sobre os dados do VA do terciário no Brasil**

Foi utilizada a série regional do Valor Adicionado (VA) a preços de mercado ou PIB do IBGE, pois abrange a dimensão regional incluída no objeto de estudo desta tese, já que além de permitir uma avaliação da sua estrutura setorial, também possibilita uma avaliação de como essa estrutura evoluiu nos espaços regionais. Optou-se pelo PIB por ser uma medida do tamanho e importância econômica do Terciário para uma nação e por ser uma medida comparável entre macrorregiões e setores.

A base de dados das contas regionais do IBGE ao disponibilizar o Valor Adicionado por Unidades da Federação também permite estudos regionais, pois possibilita dados metodologicamente uniformes para as macrorregiões e respectivos estados. Usamos a série 1985-2004, metodologicamente uniformizada e revisada, pois na série mais recente está em fase de adequação às mudanças da metodologia das contas internacionais. (IBGE)

Foi utilizado o VA a preços básicos (ou preços de mercado - PIB) que, ao contrário do VA a custo de fatores, soma os impostos e diminui os subsídios. Além de apresentar o produto conforme o preço consumido, outra vantagem da série a

preços básicos é indicar, mesmo de forma limitada, o potencial de arrecadação (impostos menos subsídios) das economias estaduais.

A classificação utilizada pelo IBGE, no que tange à divisão em grandes setores, é uma alternativa parecida com a tipologia proposta por Fuchs (1968) em três macro-setores (agricultura, indústria e serviços).<sup>17</sup>

No que tange ao macro-setor Serviços, a base de dados do IBGE apresenta uma desagregação setorial em dez ramos: (1) Comércio e Reparação de Veículos, Objetos Pessoais e Domésticos; (2) Alojamento e Alimentação; (3) Transporte e Armazenagem; (4) Comunicações, (5) Intermediação Financeira; (6) Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas; (7) Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; (8) Saúde e Educação Mercantis, (9) Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais e; (10) Serviços Domésticos.

Dentre as tipologias de serviços mais utilizadas, o nível de desagregação setorial disponibilizado pelo IBGE se aproxima mais à classificação proposta por Browning & Singelman (1978) (*Serviços Produtivos, Serviços distributivos, Serviços Sociais ou Coletivos e Serviços Pessoais*). Embora apresente algumas limitações, pois alguns setores atendem tanto pessoas jurídicas/empresas como pessoas físicas ou famílias.

O alto nível de agregação dos ramos disponibilizados pelo IBGE traz limites para a interpretação específicas do desempenho de segmentos dos serviços. Embora a desagregação dos ramos tenha aumentado, vários subsetores ainda agregam muitas atividades, algumas com pouca afinidade, como pode ser visto em seguida. A classificação das atividades do terciário disponibilizada nas contas regionais do IBGE considera na composição de cada um dos dez ramos dos Serviços (Terciário), os seguintes setores:

- (1) *Comércio e Reparação de Veículos, Objetos Pessoais e Domésticos: comércio atacadista e intermediário do comércio; comércio varejista, inclusive comércio e reparação de veículos automotores; comércio ambulante realizado por trabalhadores autônomos em feiras ou ruas; e reparação de objetos de uso pessoal e uso doméstico.*

---

<sup>17</sup> Difere apenas em relação ao setor de transportes classificado por ele como Indústria. Fuchs também não faz referências a algumas desagregações como Construção Civil na Indústria e serviços de caráter pessoal nos Serviços.

- (2) Alojamento e Alimentação: estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporários, contendo, ou não, unidades anexas de restaurante. Compreendem também os restaurantes, lanchonetes, cantinas e os serviços de fornecimento de comida preparada, inclusive comida congelada.
- (3) Transporte e Armazenagem: transporte de passageiros e carga, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos. Inclui a atividade de armazenagem de mercadorias, os serviços prestados para empresas de correios e de comunicações e ainda as atividades anexas e auxiliares do transporte, tais como: movimentação (carga e descarga) e armazenamento de cargas; operação de terminais rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos; agências de viagens e guias turísticos; e empresas de agenciamento de cargas e despachantes aduaneiros.
- (4) Comunicações: empresas, públicas e privadas, de correios e de serviços expressos de entrega de correspondência e as empresas de telecomunicações.
- (5) Intermediação Financeira: bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas, cooperativas de crédito, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento estaduais e BNDES, instituições de crédito imobiliário, financeiras, sociedades de arrendamento mercantil, empresas de factoring, administradoras de consórcio, cartões de crédito, administradoras de fundos de investimentos em títulos financeiros e ações, sociedades de capitalização, empresas holdings financeiras, empresas licenciadoras de franchising, corretoras de câmbio e de valores, bolsas de valores e de contratos futuros e o Banco Central. Inserem aqui, também, companhias seguradoras e de previdência privada que se caracterizam pela atividade de transformação de riscos individuais em riscos coletivos.
- (6) Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas: imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação; administração de imóveis e os condomínios de prédios residenciais e comerciais, serviços de aluguéis de veículos, máquinas, equipamentos e objetos de uso pessoal. Quanto aos serviços prestados pelas empresas, referem-se às atividades ligadas à área de informática, excetuando-se o comércio de computadores e software. Também estão incluídos os serviços prestados às empresas de atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias; serviços jurídicos, contábeis e de assessoria prestados às empresas; serviços de arquitetura e engenharia; publicidade e propaganda; agenciamento de mão-de-obra para serviços temporários; e serviços de vigilância e segurança prestados às famílias e às empresas e às atividades de limpeza em prédios e domicílios.
- (7) Administração Pública, Defesa e Seguridade Social: administração pública, defesa e seguridade social.
- (8) Saúde e Educação Mercantis: atividades de educação realizadas em todas as unidades dedicadas à prestação do serviço privado de educação, e, atividades de saúde realizadas por unidades dedicadas à prestação dos serviços privados de saúde, como hospitais e clínicas privadas e particulares e médicos e dentistas que trabalham por conta própria em seus consultórios (atividades de atendimento médico e hospitalar, os serviços de complementação diagnóstica e terapêutica prestados por laboratórios de análises clínicas e clínicas de fisioterapia; serviços odontológicos; e serviços veterinários e serviços auxiliares da saúde prestados por empresas ou autônomos. Inclui também os serviços sociais de atenção às crianças, idosos, desempregados e desamparados, prestados por orfanatos, asilos, centros de reabilitação e outros).

- (9) Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais: serviços de limpeza urbana e esgoto prestado por unidades produtivas independentes da administração pública. Também estão classificadas nesta seção as atividades associativas exercidas por entidades empresariais, patronais e de trabalhadores, as organizações religiosas, políticas; as entidades recreativas, culturais e desportivas, inclusive a produção de filmes e vídeo, distribuição de filmes em cinemas e videolocadoras; empresas de rádio e televisão; agências de notícias; teatros, casas de espetáculos, clubes, ginásios e estádios de esportes; bibliotecas, museus e outras instituições destinadas à prestação de serviços às famílias. Por último, estão classificadas entre os serviços pessoais as unidades produtoras de serviços de lavanderias, cabeleireiros, academias de ginástica e outras semelhantes.
- (10) Serviços Domésticos: atividades realizadas em residências de famílias que contratam empregados para a realização de serviços domésticos de cozinheiras, camareiras, mordomos, motoristas particulares, porteiros, jardineiros, babás e outros serviços de natureza doméstica.

Como exposto acima, vários ramos da divisão adotada nas contas regionais do IBGE agregam inúmeras atividades, dificultando assim as análises macroeconômicas no que tange às classificações setoriais que atendem particularidades regionais, questão que será tratada na próxima subseção. Isso já não ocorre quando se utiliza como indicador o número de ocupados, visto que a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) oferece um nível de desagregação maior, permitindo mais opções de agrupamento macrorregional e setorial. Assim são menores as dificuldades para adequar esses dados de ocupação às classificações usualmente utilizadas.

Outra fonte de dados do Terciário é a Pesquisa Anual de Serviços (PAS) iniciada pelo IBGE em 1998, que trabalha com dados agregados para o Brasil e para algumas unidades da federação. Essa pesquisa nos permite visualizar várias outras desagregações subsetoriais, embora não envolva boa parte das atividades do terciário.<sup>18</sup> A PAS inclui empresas em situação ativa no Cadastro Central de Empresas do IBGE e oferece dados para os seguintes setores:

---

<sup>18</sup> A partir da PAS 2003, mais algumas atividades passaram a integrar o âmbito da pesquisa: Transporte regular em bondes e teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos; Outras atividades de informática – recuperação de dados e de panes de informática, instalação de *softwares* de segurança (antivírus, criptografia, detecção de *hackers*), elaboração de cartões de visita, crachás, mala-direta e logotipos, etc. e; Atividades de ensino, exceto educação pré-escolar, fundamental, média e superior - cursos de idiomas, *ballet*, culinária, desenho, música, corte e costura, preparatórios para concursos, pré-vestibular e autoescolas.

1. Alojamento e Alimentação: os dados estão desagregados por cada um desses dois setores.
2. Serviços imobiliários e de aluguel de bens: permite visualizar isoladamente os dados das Atividades Imobiliária e de Aluguéis (sem serviços prestados à empresa como nos dados do VA) desagregados pelos subsetores Incorporação, compra e venda de imóveis, por conta própria, Administração, corretagem e aluguel de imóveis de terceiros e, Aluguel de veículos, máquinas, objetos pessoais e domésticos.
3. Comunicações: permite visualizar os dados desagregados pelos subsetores correios e telecomunicações.
4. Informática: permite visualizar isoladamente os dados desse subsetor que no cálculo do VA realizado pelo IBGE compõe o setor Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas e, embora não esteja muito claro na metodologia do IBGE, também compõe o setor Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais.
5. Transportes: permite visualizar isoladamente os dados da atividade de transporte (sem armazenamento como nos dados do VA) desagregados pelos subsetores ferroviário e metroviário, rodoviário (passageiros e cargas separadamente), aéreo, aquaviário e atividades anexas e auxiliares aos transportes e agências de viagens de forma consolidada.
6. Serviços prestados às empresas: permite visualizar isoladamente os dados desse subsetor que no cálculo do VA realizado pelo IBGE compõe o setor Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas. Ainda disponibiliza dados desagregados pelos segmentos Serviços técnico-profissionais; Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; Serviços de limpeza; serviços fotográficos e outros serviços prestados às empresas.
7. Outras atividades de serviços: permite visualizar isoladamente os dados dos subsetores Serviços auxiliares financeiros; Representantes comerciais e agentes do comércio; Manutenção e reparação de veículos e objetos pessoais e domésticos; Serviços audiovisuais; Serviços recreativos, culturais e desportivos; Serviços pessoais e; Outras atividades de serviços; que no cálculo do VA realizado pelo IBGE compõem os setores Intermediação financeira; Comércio e reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos e; Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Outra fonte de dados do terciário é a Pesquisa Anual do Comércio (PAC) que nos permite visualizar outras desagregações setoriais das diferentes atividades comerciais tratadas pelas contas regionais em conjunto com as atividades de reparações como um único setor. Essa pesquisa, iniciada em 1988 pelo IBGE, disponibiliza dados agregados para o Brasil e para os estados brasileiros. A PAC considera apenas as empresas em situação ativa no Cadastro Central de Empresas do IBGE classificadas como empresas comerciais pertencente ao setor Comércio, Reparação de Veículos, Objetos Pessoais e Domésticos, excluídos os segmentos

de serviços de manutenção e reparação de veículos e motocicletas; reparação de objetos pessoais e domésticos e; representantes comerciais e agentes do comércio. Esses segmentos excluídos são tratados na PAS separadamente das atividades de natureza comercial.

Essas bases de dados das quatro fontes acima mencionadas (Contas Regionais, PNAD, PAS e PAC) nos permitem uma visualização macroeconômica setorial e regional razoável da economia brasileira. Contudo, dado ao recorte analítico desta tese foram priorizados os dados do VA das contas regionais quando se tratou do produto do Terciário e para os dados de emprego da PNAD. A PAS e a PAC foram usadas em alguns casos para esclarecer alguns limites dos dados do VA, visto que essas pesquisas não são compatibilizáveis entre si, com exceção de alguns dados.

### **3.2.2 Breve esclarecimento sobre a metodologia de cálculo do PIB**

O PIB pode ser calculado de três formas diferentes e o IBGE utiliza as três e depois confronta os resultados para chegar a uma estimativa mais precisa, já que não seria possível chegar-se a um valor exato devido à infinidade de transações de uma economia. Assim, para estimar o PIB seu valor pode ser visualizado pelas óticas da Produção, da Demanda (Absorção) ou da Renda que remunera os fatores produtivos. O IBGE expõem as três formas de calcular na metodologia das contas regionais. Abaixo está reproduzida uma síntese dessa metodologia encontrada no CD das Contas Regionais:

*“Ao analisar o conceito de produção, medido pela ótica do produto, as Contas Nacionais definem o conceito de Valor Adicionado a partir da diferença entre a produção e o consumo intermediário. Já, ao analisar o conceito de produção pela ótica da absorção (uso ou destino dos produtos), as Contas Nacionais classificam os produtos em duas categorias (intermediários e finais), e associam a noção de Valor Adicionado às categorias de demanda final. E, por último, ao analisar a produção pela ótica da utilização dos fatores de produção empregados no processo produtivo, associam o Valor Adicionado ao conceito de Renda dos Fatores de Produção. A partir dessa análise, as Contas Nacionais demonstram a identidade entre Produto, Renda e Despesa, que pode ser expressa pelo seguinte sistema de equações que definem o Produto Interno Bruto -PIB:*

$$PIB (Produto) = Valor da Produção (-) Consumo Intermediário$$

*PIB (Absorção) = Demanda Final (-) Importações*  
*PIB (Renda) = Renda dos Fatores (salários, lucros, aluguel de terras)”*

Nem em todos os setores do Terciário é possível utilizar todas as óticas. Nos *Serviços Domésticos*, por exemplo, não é possível avaliar o PIB pela ótica da produção, já que não há consumo intermediário. Já, na *Administração Pública* a avaliação sob a ótica da Demanda (Absorção) fica prejudicada, pois a imensa maioria dos serviços públicos é gratuita ou subsidiada.

### **3.2.3 Dificuldades e limites da mensuração do VA do Terciário Brasileiro**

As dificuldades metodológicas encontradas para se estudar o Terciário no Brasil impõe limites às análises do setor. Dada sua heterogeneidade, esse macrosetor já apresenta dificuldades de análise, principalmente nos países de grande extensão territorial onde as diferenças intra-setoriais do Terciário são ainda mais acentuadas.

Diferenças, como as relacionadas ao grau de participação do capital (mais ou menos intensivo) e a segmentos tradicionais convivendo dentro de um mesmo ramo/setor com segmentos modernizados (ex: comércio), levam à dificuldade de mensuração do nível de avanço de um mesmo ramo/setor. No Brasil as dificuldades impostas pela heterogeneidade podem ser ainda maiores quando olhamos sob a ótica espacial, dado a grande disparidade regional.

Em relação aos dados sobre o VA regional, que constitui o indicador base do capítulo 3, como mostrado acima, o IBGE oferece informações consolidadas em poucos ramos, visto que o nível de desagregação chega a apenas dez ramos (na versão anterior eram apenas sete). Mesmo que disponibilize uma série anual desde 1985, contendo um período razoável que beneficia as análises econômicas, o alto nível de agregação dos ramos traz limites para a análise do desempenho das diferentes atividades do terciário.

Por outro lado, com a evolução do Terciário brasileiro, algumas atividades aumentaram sua importância na economia do País, mas ainda não são mensuradas de modo a permitir compatibilizações aos dados setoriais e regionais das contas

regionais, frente às dificuldades de isolá-las da heterogeneidade e sinergia com outras atividades. São exemplos dos segmentos de Turismo, de Logística e do setor de Segurança que ganharam importância econômica nas últimas décadas e são de difícil mensuração macroeconômica. Esses três segmentos não são tratados isoladamente na PAS.

O nível de agregação espacial e setorial impede, por exemplo, que os cortes setoriais capturem sinais dos encadeamentos proporcionados pelas atividades para a economia, seja local, regional ou nacional. O que impossibilita uma análise mais aprofundada da importância de cada setor do terciário para as economias locais.

A PAS também possui dificuldades e limitações importantes. Esta pesquisa não abrange dados da *Administração pública, Defesa e Seguridade social*, setor com elevado peso no VA e no emprego, da *Intermediação Financeira* e da *Saúde e Educação mercantis*. A PAS também não disponibiliza dados do conjunto do *Comércio* e tanto a metodologia dessa pesquisa como da PAC não informam se ambas as fontes de dados são metodologicamente compatíveis, permitindo, por exemplo, comparar os VA's setoriais. Ainda assim, a utilização da PAS e dos dados do *Comércio* encontrados na PAC permitem ampliar as informações de setores/segmentos dos serviços e uma visão geral do Terciário apenas através dessas duas pesquisas realizadas pelo IBGE.

Uma das principais limitações da PAS é que esta só disponibiliza dados a partir de 1998, impedindo assim uma análise em um período mais longo. Outra limitação tanto da PAS quanto da PAC diz respeito às Unidades da Federação da Região Norte (RO, AC, AM, RR, PA, AP e TO). Ao contrário dos demais estados da Federação, nestes estados, ambas as pesquisas só consideram os dados relativos às capitais, exceto pelo Pará aonde são considerados os dados da região metropolitana. O que pode subestimar o peso desses estados no Terciário brasileiro.

Assim, no Brasil e em países de grande extensão territorial e heterogeneidade do terciário, os estudos macroeconômicos que envolvem as estatísticas do VA regional e setorial e as ocupações apresentam limitações

inerentes aos mesmos, demandando recortes analíticos e adaptações metodológicas, como já ressaltado.

### **3.3 Adaptação metodológica do VA setorial do macro-setor Serviços no Brasil, conforme a classificação de setorial escolhida (Browning & Singelmann)**

Foi realizada uma adequação da desagregação do Valor Adicionado setorial que permite as Contas regionais do IBGE ao modelo de classificação setorial desenvolvido por Browning & Singelmann (1978) em seis categorias setoriais: *extrativa* (Primário); *transformativa* (Secundário) e; *serviços distributivos*; *serviços produtivos*, *serviços sociais* e *serviços pessoais* (Terciário), conforme algumas características comuns.

Procurou-se reduzir ao máximo as limitações da compatibilização setorial e regional que essa adaptação encontrou, especialmente, no que se refere ao macro-setor Serviços no Brasil. Em alguns casos foi preciso pesquisar nas PAS's e na PAC o peso do VA de alguns setores para definir em que grupo classificar os ramos do terciário. Para tal, utilizamos dois quadros, procurando facilitar a visualização da nossa adaptação metodológica da classificação, que esclarecem sinteticamente as adequações necessárias.

## Quadro 1

Esclarecimentos da adequação da classificação de Browning & Singelmann à divisão setorial do PIB das Contas Nacionais/Regionais do IBGE -

### **1. Atividades Extrativas - inclusa Agropecuária (Primário)**

Agrícola (*Lavouras, pecuária e silvicultura*)

B&S incluem aqui o segmento de *mineração* que nas contas nacionais pertence à Indústria extrativa Mineral

### **2. Atividades Transformativas - Industriais (Secundário)**

Indústria extrativa Mineral

Indústria de Transformação: *alimentos, têxtil, química, metal-mecânica (metal, machinery), e outras atividades (miscellaneous manufacturing)*

Construção Civil

Serviços de Utilidade Pública - SIUP (*utilities*)

*Obs: no setor primário estão todas as atividades agropecuárias e o segmento de mineração da indústria extrativa mineral por terem relação estreita na geração de riquezas com os recursos naturais (terra e águas) –os autores as inserem entre as atividades extrativas. Assim, na classificação do PIB adotada pelas contas nacionais a Indústria por conter esse segmento (atualmente bem mais complexo em sua operação) não corresponde ao que os autores nomeiam atividade transformativa, correspondente ao secundário. Por outro lado, os autores não classificam todas as atividades restantes em conjunto como Terciário unicamente e dividem o mesmo em quatro setores de serviços: distributivos, produtivos, sociais e pessoais.*

### **Atividades Terciárias em quatro (4) categorias – Serviços – (Terciário)**

Nas contas nacionais o macro-setor Serviços (Terciário) é desagregado em 10 ramos que adequamos distribuindo-os nas quatro últimas das seis categorias do esquema de Browning e Singelmann (B&S) abaixo relacionadas. (quando houve problema de adequação de segmentos consideramos os segmentos que mais pesam no PIB)

### **3. Serviços distributivos** (servem principalmente às empresas que geram a maior parte do seu PIB)

1. Transportes & Armazenagem; *problema – também serve pessoas, peso menor mas não insignificante.*

2. Comércio & Reparações (atacadista e varejista, exceto restaurantes, lanchonetes, etc; mas segundo B&S não contem o segmento de reparação de objetos pessoais com peso bem menor no PIB desse setor. Também servem pessoas mas seu peso no PIB é menor.

### **4. Serviços produtivos - complementares** (maior determinante de seu crescimento é a indústria)

3. Comunicação (exceto correios) – *problema: também serve pessoas mas o peso é menor: 20%*

4. Instituições Financeiras (bancos, seguros, financeiras e outros)

5. Atividades Imobiliárias, Aluguel e Serviços prestados às empresas (imobiliários & serviços jurídicos, de contabilidade e escrituração mercantil, engenharia e outros profissionais (*miscellaneous business services*))

### **5. Serviços Sociais**

6. Saúde e educação Mercantil (saúde, educação)

7. Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (defesa, governos e outros sociais-*weelfare*).

10. Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais (incluem *serviços religiosos que tem peso menor*)

*Obs: B&S incluem aqui o segmento Correios (postal services); mas este serve mais às empresas e seu peso no PIB das Comunicações, ao qual pertence nas contas nacionais é inferior a 20%, assim foi mantido na adequação nos Serviços produtivos.*

### **6. Serviços Pessoais**

8. Serviços domésticos

9. Alojamento & Alimentação (hotéis e pousadas (*lodging*), etc & restaurantes, lanchonetes, etc)

10. Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais: Lavanderia e Limpeza (*laundry and dry cleaning*), Beleza/Estética, Entretenimento, outros pessoais (*miscellaneous personal services*); exceto religião.

*Obs: B&S incluem aqui Reparações de objetos pessoais, mas na adequação estão dentro do Comércio e reparações em serviços distributivos.*

**Fonte: Elaboração própria baseada em Browning & Singelmann, 1978 e Contas Regionais do IBGE, 2004.**

Essa adaptação se adequa à subdivisão do VA do IBGE em três macro-setores: Agropecuária, Indústria e Serviços e permite no que tange aos Serviços agrupar seus ramos nas quatro (4) categoriais, como mostra o Quadro 2.

**Quadro 2**  
**Subdivisão setorial do Valor Adicionado das Contas regionais conforme adequação metodológica do agrupamento do Terciário**

---

**Macro-setores e ramos de Atividade**

---

**1. Agropecuária (primário)**

**2. Indústria Total (secundário)**

*Indústria extrativa mineral*

*Indústria de transformação*

*Eletricidade, gás e água*

*Construção Civil*

**3. Serviços (Terciário)**

**3.1 Serviços Distributivos**

*Comércio e Reparação de Veículos, Objetos Pessoais e Domésticos*

*Transportes e Armazenagem*

**3.2 Serviços produtivos (complementares)**

*Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados às empresas*

*Comunicações*

*Intermediação financeira*

**3.3 Serviços Sociais (coletivos)**

*Administração Pública, Defesa e Seguridade Social*

*Saúde e Educação Mercantis*

**3.4 Serviços Pessoais**

*Alojamento e Alimentação*

*Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais*

*Serviços domésticos*

---

Fonte: **Elaboração própria segundo subdivisão setorial do Valor Adicionado das Contas regionais, baseada Bronwning & Singlmann, 1978 e Contas Regionais do IBGE, 2004.**

Os dados de ocupação da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar PNAD/IBGE possuem um elevado nível de desagregação e por isso não encontram grandes dificuldades de se encaixar nessa adaptação.

### **3.4 Nota metodológica sobre os dados de ocupação da PNAD: limites e alcance**

No que tange às ocupações, frente à grande heterogeneidade de ocupações do macro-setor Serviços, no recorte estatístico optou-se pelos dados da PNAD, considerando as ocupações com contribuição e sem contribuição à previdência pública.

A opção foi feita mais pela necessidade de um recorte estatístico inerente a estudos macroeconômicos que cruzam aspectos setoriais e regionais do produto do terciário com as ocupações. E porque os dados da PNAD abrangem todo o tipo de ocupações, independentemente da forma de inserção no mercado de trabalho; isto é um limite às análises específicas do mercado de trabalho, pois não diferenciam empregos com carteira assinada (CLT), funcionários estatutários, sócios, pessoas jurídicas, microempreendedores, etc.

Por outro lado, a PNAD dentre os dados oficiais capta muitas ocupações que outras bases de dados oficiais não captam; como o caso do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) que capta ocupações sob o regime da CLT e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A RAIS, além das ocupações do Caged, capta os ocupados do setor público sob regime estatutário e prestadores de serviços por meio de sindicatos.

A PNAD não faz distinção quanto às formas de remuneração nem da jornada de trabalho. Isso não capta aspectos das condições de uso do trabalho, pois considera todo tipo de remuneração e inclui, no que tange, inclusive, os que exercem atividades pelo menos uma hora por semana. Esses limites são menores nos dados de ocupação da RAIS, pois os contratos de trabalho devem ser registrados no Ministério do Trabalho e estão sujeitos à legislação trabalhista. Embora as análises das condições de uso do trabalho baseadas na RAIS também venham enfrentando limites diante das várias formas de estabelecimento de contratação que permitem diferentes opções de jornada e de remuneração.

Já, em estudos específicos do mercado de trabalho, seriam necessários outros estudos para qualificar sua importância em termos econômicos, inclusive

considerando aspectos como remuneração; jornada de trabalho; rotatividade da mão-de-obra; perfil dos ocupados quanto à idade, sexo, vínculo de trabalho, escolaridade, etc.

Como já mencionado, os dados da PNAD permitem vários agrupamentos setoriais e são mensurados para as cinco macrorregiões brasileiras (e para todas as Unidades da Federação). Recortamos os anos de 1995 e 2006, captando o crescimento mais recente dos ocupados no macro-setor Serviços. Para tal, foi necessário um esforço de compatibilização detalhado das atividades da PNADs desses anos dada algumas alterações de nomenclatura das ocupações e categorias.

No capítulo seguinte, fez-se uma análise macroeconômica setorial e regional de dados sobre a geração do Valor adicionado e das ocupações no setor Terciário brasileiro baseado na PNAD até meados da primeira década do século XXI, segundo nossa adaptação metodológica.

## **Capítulo 4 - Uma análise macroeconômica do macro-setor Serviços no Brasil.**

Neste capítulo, seguindo a classificação metodológica adaptada e o recorte estatístico, faremos uma análise setorial e regional de dados de geração do VA e também de geração de ocupações, ressaltando os aspectos principais das transformações setoriais de ramos e setores do terciário, destacando os setores de serviços onde a transformação foi mais intensa.

### **4.1 Análise setorial e regional de dados do VA da contas regionais**

Em primeiro lugar, é preciso registrar que apesar das limitações de dados disponíveis no Brasil, houve um esforço das instituições oficiais coordenadas pelo IBGE, desde 1998, para aprimorar as contas regionais de modo a torná-las comparáveis aos demais países, conforme a metodologia internacional recomendada pela ONU. Por outro lado, o IBGE, através de pesquisas anuais, tem buscado avaliar melhor o Terciário frente às dificuldades de mensurar vários serviços.

Apesar dessas dificuldades, havia um relativo consenso de que o macro-setor Serviços frente aos outros dois macro-setores (Agricultura e Indústria) é o que mais cresce e responde por cerca de 60% ou mais do PIB do país.

Na série das contas regionais que engloba o período 1985-2004, é possível verificar que o peso do VA a preços de mercado do macro-setor Serviços frente aos outros dois macro-setores (Agricultura e Indústria) não foi o que mais cresceu, especialmente nos anos subseqüentes à crise do real, seguida da desvalorização cambial em 1999 e à posterior retomada do crescimento econômico.

No entanto, o nosso objetivo aqui não é o peso do macro-setor Serviços no PIB, mas entender melhor a dinâmica interna do terciário após as transformações recentes. Seja em relação à estrutura e crescimento dos ramos e setores mais modernizados e dinâmicos, seja em ramos e setores tradicionais mais intensivos em mão-de-obra. Isto impactou a estrutura macrorregional dos Serviços no Brasil.

#### 4.1.1 Análise da dinâmica e crescimento setorial do VA dos Serviços no Brasil

Partindo da estrutura setorial dos macro-setores, é possível notar, na TABELA 1, a preços de mercado de 2004, o peso dos Serviços no PIB nacional, que vinha aumentando e caiu já em meados dos anos de 1990. Enquanto a Indústria, depois da desvalorização, recuperou parte da perda sofrida desde fins da década de 1980; sendo que a indústria de transformação se recupera mais nitidamente só depois de 2003.

**TABELA 1- Participação Setorial no PIB Total – BRASIL**  
**Anos Selecionados 1985/2004 (preços de mercado de 2004)**

	1985	1990	1995	2000	2004
<b>TOTAL DO VA</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Agropecuária</b>	7,7	7,7	7,9	8,5	9,5
<b>Indústria Total *</b>	44,9	43,6	43,1	43,9	43,9
Indústria extrativa mineral	3,1	3,2	3,1	4,3	4,6
Indústria de transformação	31,5	29,0	29,1	28,1	29,1
Eletricidade, gás e água	2,9	3,4	3,6	3,8	3,5
Construção Civil	7,4	8,0	7,3	7,7	6,7
<b>Serviços (Terciário)*</b>	47,8	49,1	48,7	47,6	46,6
Com. e Reparação de Veíc, Objetos Pess. e Domésticos	6,7	6,8	7,3	6,8	6,7
Alojamento e Alimentação	1,2	1,4	1,3	1,3	1,3
Transportes e Armazenagem	1,6	1,7	1,7	1,9	1,9
Comunicações	0,7	1,0	1,4	2,1	2,2
Intermediação financeira	6,5	6,4	6,3	6,2	6,2
Atividade Imob., Aluguéis e Serviços prest. às empresas	8,7	9,4	9,5	9,6	9,3
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	18,2	18,0	16,9	15,8	15,1
Saúde e Educação Mercantis	2,5	2,4	2,3	2,2	2,1
Outros Serviços Coletivos, Coletivos e Pessoais	1,3	1,5	1,4	1,3	1,4
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2000, microdados e; Silva, 2005. Elaboração própria. Obs.: Nesta Tabela os valores a preços de 2004 foram obtidos deflacionando os valores nominais correntes a partir do índice de Crescimento setorial do próprio IBGE. A partir dos valores nominais deflacionados calculamos as participações setoriais a valores de 2004.

A Tabela 2 mostra o crescimento dos setores da economia brasileira segundo nossa adaptação metodológica da segmentação adotada pelas contas regionais do IBGE ao modelo de classificação setorial desenvolvido por Browning & Singelmann (1978). Como já demonstrado, ela pode ser adequada à divisão do PIB em três setores: primário, secundário e terciário e permite agrupar em categorias os setores do Terciário, conforme algumas características comuns.

**TABELA 2- Evolução do Volume do Valor Adicionado por Setores de Atividade  
Anos Selecionados 1985/2004 - BRASIL  
(1985=100)**

	1985	1990	1995	2000	2004
<b>Total do VA</b>	<b>100</b>	<b>111,0</b>	<b>127,4</b>	<b>146,5</b>	<b>163,0</b>
<b>1. Agropecuária (primário)</b>	<b>100</b>	<b>110,8</b>	<b>131,0</b>	<b>161,3</b>	<b>201,6</b>
<b>2. Indústria Total (secundário).</b>	<b>100</b>	<b>107,9</b>	<b>122,3</b>	<b>143,2</b>	<b>159,4</b>
<i>Indústria extrativa mineral</i>	100	113,8	126,6	200,4	238,8
<i>Indústria de transformação</i>	100	102,2	117,6	130,8	150,4
<i>Eletricidade, gás e água</i>	100	132,5	158,9	194,7	201,0
<i>Construção Civil</i>	100	119,8	126,3	152,0	148,4
<b>3. Serviços (Terciário)</b>	<b>100</b>	<b>114,0</b>	<b>129,6</b>	<b>145,8</b>	<b>159,0</b>
<b>3.1 Serviços Distributivos</b>					
<i>Com e Reparação de Veíc., Objetos Pess. e Domésticos</i>	100	114,0	139,6	148,8	164,2
<i>Transportes e Armazenagem</i>	100	117,7	137,3	176,3	199,9
<b>3.2 Serviços produtivos (complementares)</b>					
<i>Atividade Imob., Aluguéis e Serviços prestados às empresas</i>	100	120,3	138,9	161,3	174,6
<i>Comunicações</i>	100	168,4	265,5	445,9	532,7
<i>Intermediação financeira</i>	100	109,4	124,0	140,4	155,2
<b>3.3 Serviços Coletivos</b>					
<i>Administração Pública, Defesa e Seguridade Social</i>	100	109,8	118,8	127,4	135,3
<i>Saúde e Educação Mercantis</i>	100	109,4	118,1	128,3	136,0
<b>3.4 Serviços Pessoais</b>					
<i>Alojamento e Alimentação</i>	100	128,1	137,8	157,8	175,2
<i>Outros Serviços Coletivos, Coletivos e Pessoais</i>	100	123,8	130,1	141,5	164,5
<i>Serviços domésticos</i>	100	98,9	133,0	141,6	152,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados. O IBGE utiliza seu deflator implícito do PIB. Para cada setor o IBGE utiliza um deflator específico.

Considerando os três macro-setores na Tabela 2, nota-se que a Agropecuária, que recebeu importantes investimentos na década de 1990, inclusive estrangeiros, apresentou o melhor desempenho no intervalo 1985-2004, enquanto o menor crescimento foi dos Serviços (Terciário). A Indústria se recupera depois do final dessa década: a extrativa mineral, já na segunda metade da década de 1990, puxada em parte pela extração de petróleo, apresentou crescimento acima da média; o setor industrial de transformação ganhou impulso depois da desvalorização cambial de 1999.

A política de abertura econômica e apreciação cambial possibilitou investimentos em atividades e empresas dos três macro-setores, com impactos sobre a modernização do parque industrial e agroindustrial, a agricultura, e nos Serviços, especialmente em setores estratégicos do terciário.

O desempenho da agropecuária e da Indústria mostra-se importante para o crescimento do Terciário. A Indústria de Transformação, que mais propicia encadeamentos com o terciário, apresentou menor crescimento no período 1985-2004, o que limita seus efeitos multiplicadores. No auge da crise econômica, temia-se inicialmente que isto contribuiria negativamente para o crescimento do VA dos Serviços, especialmente os setores *Serviços prestados às empresas* e *Comércio atacadista*. Ainda que com menor intensidade, provavelmente também seriam afetados mais diretamente os setores Transportes e Armazenagem e Intermediação Financeira. Contudo depois de 2000 a Agropecuária mantém seu crescimento e a Indústria recupera inclusive o setor de construção civil, quadro que se prolongou até 2008.

Mas no que se refere ao desempenho do Terciário é preciso olhar com mais cuidado, considerando seus setores de forma desagregada por categorias de serviços, considerando aspectos relevantes das transformações e modernizações. Baseando-se na adaptação metodológica, os melhores resultados estão nas categorias *Serviços Distributivos* e *Serviços Produtivos*, cujo crescimento está atrelado mais às atividades industriais e agroindustriais e sujeitos ao acirramento da concorrência. Estas categorias abrigam os setores mais modernizados e dinâmicos em relação às categorias *Serviços Coletivos* (sociais) e *Serviços Pessoais*.

Esse é um fator da heterogeneidade da reestruturação do terciário: alguns setores se modernizaram e assumiram um papel dinâmico, em geral inseridos nas categorias *Serviços Distributivos* e *Serviços Produtivos*; enquanto a maioria, em geral inseridos nas categorias *Serviços Coletivos* (sociais) e *Serviços Pessoais*, se caracterizam, principalmente, como atividades tradicionais e/ou tecnologicamente atrasadas, intensivas em trabalho. Boa parte dessas últimas vinculadas às estratégias de sobrevivência como o caso de microempreendedores, seja de ocupados informais, dos autônomos e/ou conta-própria.

Partindo do índice de crescimento do VA faremos uma análise sintetizando aspectos da modernização setorial, focando os setores mais dinâmicos, ou seja, nos quais a transformação foi mais dinâmica.

## Serviços Produtivos

Dentre os Serviços Produtivos, as **Comunicações** apresentaram crescimento expressivo, com a maior taxa dentre todas as atividades do Terciário. De forma geral, todas as atividades incluídas nesta categoria passaram por transformações e processo de modernização na década de 1990 (ver a frente). Por este motivo, entre outros, apesar do ritmo de crescimento lento da economia brasileira, as atividades desta categoria apresentaram bom desempenho no crescimento do VA. Em relação às *Telecomunicações*, um dos principais alvos do processo de privatização, pode-se citar as seguintes novidades: adoção da tecnologia digital; novas possibilidades de aplicação e ampliação da gama de serviços de telecomunicações, notadamente pela articulação com a informática (telemática); alteração no quadro de agentes envolvidos com o setor; e expressiva elevação dos investimentos no setor. Apontava-se inicialmente a criação de postos de trabalho em proporção menor que a esperada, mas depois houve um aumento expressivo das ocupações inclusive terceirizadas; as ocupações em *call center* foram as que mais cresceram (teleatendimento).<sup>19</sup> Na telefonia deve-se reconhecer a expansão de linhas, especialmente móveis, que permitiu uma maior agilidade e sinergia entre setores fornecedores e consumidores. Contudo, o setor ainda mantinha traços de concentração, notadamente na telefonia fixa, onde havia pouca ou nenhuma alternativa de prestador; deve-se registrar que a privatização reordenou o setor, desconcentrando-o regionalmente. Na telefonia móvel o avanço foi muito expressivo. Nos Correios o crescimento do VA, segundo a PAS também foi expressivo e esse setor precisou acompanhar as inovações tecnológicas. Ou seja, sua modernização não foi indutora da modernização de outros setores como as das telecomunicações.

Entre os serviços produtivos, a **Intermediação Financeira** apresentou o menor crescimento do VA. Depois de 1995 apresentou melhor desempenho mesmo com perda dos lucros inflacionários que superestimava sua participação no VA da economia. Mas o ramo Intermediação financeira, no qual prevalece o peso do setor bancário, passou por um profundo processo de reestruturação e modernização que

---

<sup>19</sup> A mensuração dos empregos de atendimento ao cliente é difícil, pois nem sempre estão organizados em empresas exclusivamente prestadoras desse serviço.

possibilitou novas formas de prestação de serviços e novas modalidades de produto. Dentre as alterações importantes no setor bancário, devem ser destacados os seguintes impactos iniciais: ocorreu um forte processo de automatização (em particular para facilitar o auto-atendimento), com conseqüente redução inicial de empregos diretos no setor; houve uma perda do lucro inflacionário com reorientação das estratégias de atuação do setor e conseqüente cobrança de tarifas não cobradas anteriormente, não contabilizadas para o VA; e presenciou-se, também, uma expressiva elevação da participação do capital estrangeiro no setor (palco de privatizações), após a reestruturação bancária, sem que isso provocasse inicialmente uma melhoria significativa dos serviços, como foi previsto. Depois, com o forte processo de centralização do capital e fortalecimento dos grandes grupos bancários, principalmente nacionais, a participação estrangeira caiu. Recentemente, as ocupações no ramo de Intermediação financeira, inclusive dos bancos, vêm apresentando crescimento. Outra questão importante a destacar é que a função de oferecer crédito passa cada vez mais a envolver agentes de outras atividades (do comércio principalmente), seja de forma direta ou em associação com instituições financeiras. Atualmente, deve-se reconhecer a formação de um sistema bancário sólido e facilitação do acesso ao crédito. Por outro lado, frente às sucessivas crises do mercado financeiro internacional os juros reais, mesmo apresentando uma queda importante, continuam muito elevados, o acesso ao crédito barato é limitado. Por fim, o peso da operação financeira em atividades não financeiras vem ganhando participação no faturamento concorrendo com suas atividades fins. Algumas grandes empresas não financeiras criaram ou fortaleceram seus próprios bancos e ocorreu uma maior sinergia entre os conglomerados financeiros e empresas do setor produtivo.

O segundo crescimento em termo de VA foi do ramo Atividades imobiliárias, Aluguéis e serviços prestados principalmente às empresas, embora aqui a “modernização” tenha sido mais heterogênea. A “modernização” foi mais intensa no setor ***Serviços prestados principalmente às empresas***. Dado a forte terceirização das empresas foi exigido acompanhar a modernização tecnológica. Por um lado, para se adaptar às novas tecnologias principalmente ao controle como o da

teleinformática, por outro lado, para dar suporte às empresas, foi preciso ferramental adequado. Principalmente, aos prestadores de serviços às grandes empresas.

### **Serviços Distributivos**

Já na categoria Serviços Distributivos, apenas o ramo de Transportes e Armazenagens se destacou em termos de crescimento do VA, beneficiado pelo papel central que os transportes assumem numa economia mais internacionalizada, a despeito dos baixos investimentos em infraestrutura. O outro setor que compõe esta categoria, o Comércio e Reparações, apresentou crescimento semelhante à média da economia. Ambos passaram por processos de transformação e/ou modernização.

O ramo de **Transportes e Armazenagem** ganhou importância com o crescente papel estratégico que vem assumindo a atividade de logística. Inicialmente, muitas empresas industriais até mesmo reduziram seus departamentos de compra e de vendas, transferindo atribuições para empresas especializadas em logística de distribuição. Ao mesmo tempo, muitas transportadoras se tornaram empresas de logística. Entre as inovações do setor estão: introdução de rotas monitorizadas por satélite; incremento da utilização da *paletização* das cargas; e atuação estruturada em plataformas de distribuição. Com o incremento de novas técnicas e tecnologias, como o ‘escaneamento’ da carga, o setor reduziu custos de distribuição e o tempo despendido, acirrando assim a concorrência regional. A maior internacionalização da economia exigiu, também, modernização do setor, dada a importância estratégica dele na competitividade externa das empresas brasileiras.

O setor Comércio que compõe o ramo **Comércio e Reparações**, mesmo que de forma bastante heterogênea, também foi recentemente palco de alterações importantes, que impactaram empresas *atacadistas* e algumas *varejistas*. Entre as inovações mais expressivas ocorridas na década de 1990, podemos mencionar: introdução do *scanner*; tele-informatização das operações comerciais e do controle de estoques; troca eletrônica de documentos (EDI); e mudanças organizacionais nos processos de trabalho. Aumentou o envolvimento do Comércio com as telecomunicações e o sistema de crédito. Os ganhos provenientes das novas tecnologias, a circulação mais ágil de informação e a adoção da logística de

distribuição contribuíram para a consolidação do maior poder de mercado das grandes redes atacadistas e varejistas. Enquanto os atacadistas de menor porte procuraram se aproximar, através de suportes como crédito diferencial, dos micro, pequeno e médio varejistas, estes em alguns casos se associaram para aumentar seu poder de compra. Porém, grande parte destes últimos manteve-se inicialmente às margens das modernizações. Mais recentemente, o barateamento dos produtos e serviços de tele-informática vem facilitando o acesso aos comerciantes menos capitalizados.

Passando para as categorias de serviços mais tradicionais e menos dinâmicos em termos de crescimento e modernização, deve-se destacar que nem todos os inúmeros setores que compõem os serviços coletivos e pessoais passaram por processo de modernização, que nesses setores ocorreu de forma localizada e desordenada.

### **Serviços Pessoais**

Em relação aos **Serviços Pessoais**, dependentes a parte da renda das famílias, não apresentaram crescimento expressivo no período 1985-2004, embora o ramo **Alojamento e Alimentação** tenha apresentado algum crescimento a considerar. Contudo, boa parte do desempenho desse ramo está relacionada a custos das atividades empresariais (Exs: vale-refeição e turismo de negócios). Os serviços pessoais abrigam também além do ramo **Serviços domésticos**, dependente da renda das famílias quando não uma forma de contratação que reduza custos trabalhistas. O ramo **Outros Serviços Coletivos e Pessoais** envolve vários serviços, alguns deles não afetados diretamente pela renda das famílias como o prestadores de serviços ao setor público; outros mais típicos do terceiro setor (“sem fins lucrativos”) ligado em geral às ONG’s e por fim os diretamente ligados aos gastos pessoais cujo desempenho em geral foi afetado pela queda dos rendimentos médios das famílias, em especial a classe média, e afetados por efeitos negativos de sucessivas crises. Embora do ponto de vista do emprego, ele serviu de “amortecedor” das tensões por abrigar parcela importante da força de trabalho deslocada do mercado formal. Os serviços pessoais embora respondam por muitas ocupações, em 2004, não atingiram nem 4% do PIB do Brasil.

## Serviços Coletivos

Os Serviços Coletivos foram os que apresentaram as menores taxas de crescimento do VA. Esta categoria é menos suscetível à concorrência do mercado dado o majoritário peso do setor público, para o qual há uma forma específica do cálculo do valor adicionado onde preponderam os vencimentos do funcionalismo que passaram por um processo de achatamento.<sup>20</sup> Por um lado, no que tange ao ramo **Administração Pública, Defesa e Seguridade Social** (inclusive educação e saúde pública), iniciou-se na década de 1990 uma redução relativa das atividades do Estado, com crescimento insuficiente de funcionalismo público até 2003, frente à demanda por serviços públicos e aumento dos serviços prestados por terceirizados ou por empresas que não se enquadram nesse ramo. Por outro lado, houve aumento da demanda por serviços públicos concomitantemente a uma forte expansão do número de municípios. Portanto, aumentou a necessidade de serviços burocráticos e administrativos e de serviços ligados à reprodução da força de trabalho: saúde e educação e serviços de seguridade social garantidos pela Constituição de 1988. O crescimento desses últimos (serviços ligados à reprodução da força de trabalho) foi mais perceptível nos últimos anos com a entrada em vigor da legislação prevista na Constituição. Podemos enumerar alguns motivos que elevaram a demanda por serviços públicos: aumento do número de municípios; queda da renda/maior demanda por serviços públicos gratuitos; aumento da taxa de urbanização e crescimento populacional mesmo em desaceleração. No que se refere aos serviços coletivos pertencentes à administração pública, a modernização envolveu determinados segmentos e parte da enorme gama de unidades administrativas e prestadoras dos serviços públicos, de forma desigual em momentos distintos, ficando espaços à margem do processo.<sup>21</sup> No que se refere à

---

<sup>20</sup> Conforme os esclarecimentos metodológicos do IBGE, por ser um serviço fornecido gratuitamente à coletividade, o produto dos serviços públicos precisa ser medido a partir de uma metodologia específica. O Valor da Produção (não-mercantil) da administração pública é calculado pela soma dos gastos correntes realizados com a prestação dos serviços públicos. Vale dizer, no caso da administração pública, a **produção** é calculada a partir da soma dos custos de produção (material de consumo, mais gastos com pessoal ativo e inativo). Os gastos correntes que entram no cômputo da **produção** são: material de consumo utilizado pelas administrações (**Consumo Intermediário**) mais salários e encargos Coletivos dos empregados (ativos e inativos) no serviço público (**Valor Adicionado**). Assim, o **VA** desse setor consiste basicamente nos salários pagos menos os gastos de consumo.

<sup>21</sup> O sistema de arrecadação tributária foi alvo de modernização.

**Saúde e Educação não mercantis** a modernização dependeu da capacidade das empresas e incentivos, e os municípios e estados mais desenvolvidos e/ou com demanda atrativa foram os locais privilegiados.

Por fim, vale ressaltar três aspectos da evolução recente do Terciário no Brasil. Primeiro, a sua modernização foi tardia em relação às economias avançadas e esteve concentrada nos centros urbanos, guardando diferenciações em termos regionais. Segundo, a maioria dos setores, como os relacionados aos serviços pessoais ou domiciliares e ao pequeno comércio, como também alguns serviços públicos, não só não se modernizaram como permanecem exercendo um papel importante na geração de ocupações e de renda. Terceiro, entre os efeitos do processo de “modernização” até aqui sintetizado, novas formas de ocupação e contratação surgiram indicando um crescimento das ocupações no Terciário.

Depois de tratado de aspectos do crescimento e dinamismo do terciário, a tabela a seguir permite avaliar como se comportou a estrutura setorial interna do VA do Terciário.

Na Tabela 3 é possível verificar a evolução da participação dos serviços no total VA do Terciário brasileiro por categorias. Nota-se que os serviços produtivos, seguidos dos serviços coletivos, são os que mais pesam no PIB do Terciário.

**TABELA 3 - Participação Setorial no PIB do Terciário – BRASIL**  
**Anos Selecionados 1985/2004 (valores de 2004)**

	1985	1990	1995	2000	2004
<b>3. Serviços (Terciário)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>3.1 Serviços Distributivos</b>	<b>17,3</b>	<b>17,4</b>	<b>18,5</b>	<b>18,3</b>	<b>18,6</b>
<i>Com e Reparação de Veíc., Objetos Pess. e Domésticos</i>	13,9	13,9	15,0	14,2	14,4
<i>Transportes e Armazenagem</i>	3,3	3,4	3,5	4,0	4,2
<b>3.2 Serviços produtivos (complementares)</b>	<b>33,2</b>	<b>34,3</b>	<b>35,4</b>	<b>37,5</b>	<b>38,0</b>
<i>Atividade Imob., Aluguéis e Serviços prest. às empresas</i>	18,2	19,2	19,5	20,1	20,0
<i>Comunicações</i>	1,4	2,1	2,9	4,3	4,7
<i>Intermediação financeira</i>	13,6	13,0	13,0	13,1	13,3
<b>3.3 Serviços Coletivos (coletivos)</b>	<b>43,2</b>	<b>41,6</b>	<b>39,5</b>	<b>37,8</b>	<b>36,8</b>
<i>Administração Pública, Defesa e Seguridade Social</i>	38,0	36,6	34,8	33,2	32,4
<i>Saúde e Educação Mercantis</i>	5,2	5,0	4,7	4,5	4,4
<b>3.4 Serviços Pessoais</b>	<b>6,4</b>	<b>6,7</b>	<b>6,5</b>	<b>6,4</b>	<b>6,7</b>
<i>Alojamento e Alimentação</i>	2,5	2,8	2,6	2,7	2,7
<i>Outros Serviços Coletivos, Coletivos e Pessoais</i>	2,8	3,0	2,8	2,7	2,9
<i>Serviços domésticos</i>	1,1	0,9	1,1	1,1	1,0

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2000, microdados e; Silva, 2005. Elaboração própria. Obs.: Nesta tabela os valores a preços de 2004 foram calculados deflacionando os valores nominais correntes a partir do índice de Crescimento setorial do próprio IBGE. A partir dos valores nominais deflacionados calculamos as participações setoriais a valores de 2004.

Nesses vinte anos houve aumento gradual de participação dos serviços produtivos e queda sistemática do peso dos serviços coletivos.

Nos serviços produtivos destacam-se as Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados principalmente às empresas que ganharam participação entre 1985 e 2004 (principalmente o setor serviços prestados com maior peso nesse ramo segundo a PAS). Comunicações foi o setor que mais aumentou sua participação no VA do macro-setor Serviços, passando a se tornar relevante. Enquanto nos serviços coletivos o peso da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, que incluem educação e saúde, embora tenha caído, sua participação continua sendo muito expressiva, não só para o macro-setor Serviços nacional mas, como vimos, no total do VA da economia brasileira (tabela 1), evidenciando a grande importância econômica do setor público no Brasil.

Por fim, deve-se destacar que os serviços distributivos continuam tendo um peso significativo no PIB do terciário nacional e ganharam pouco de participação no período. Tanto os Transportes quanto o Comércio e Reparações de veículos, objetos pessoais e domésticos ganharam participação. Embora este último tenha seu melhor momento em meados da década de 1990, no auge do plano real.

Feitos estes registros e observações sob a ótica setorial, a seguir trataremos da estrutura do VA sob a ótica regional. Ou seja, procuraremos observar alguns efeitos das transformações recentes sobre a distribuição do produto da economia entre as macrorregiões do País, apontando as alterações mais importantes. Depois faremos o mesmo no que se refere às ocupações geradas pelos setores do Terciário nacional.

#### **4.1.2 A estrutura do VA sob a ótica regional**

As mudanças da conjuntura econômica brasileira desde a década de 1980, o reordenamento da economia, a reestruturação das atividades e transformações até aqui sinteticamente mencionadas, refletiram sobre a economia regional do País. O terciário, ao participar desse processo, teve alguns de seus setores e segmentos exercendo papel estratégico.

Partindo de dados de geração do VA das Contas Regionais do IBGE, faremos a seguir uma análise sintética da estrutura macrorregional de forma a contribuir para o entendimento desse processo. Consideramos aqui também a estrutura demográfica no que tange ao peso da população de forma a ponderar melhor a evolução da participação regional no produto.

É conhecida a elevada disparidade regional em relação ao total do VA da economia do Brasil, como mostra a Tabela 4, que considera o período recente 1985-2004.

**TABELA 4 - Participação das Macrorregiões no VA e População no Brasil - 1985/2004 (em %)**

Regiões	1985	1990	1995	2000	2004	1985 e 2004	
	VA					População	
Norte	3,61	4,66	4,56	4,61	5,23	5,58	7,92
Nordeste	13,43	12,56	12,77	13,04	13,97	29,10	27,77
Sudeste	60,36	57,00	58,27	57,53	54,96	43,10	42,61
Sul	16,60	17,12	17,87	17,64	18,35	15,53	14,67
Centro-Oeste	6,00	8,66	6,53	7,18	7,49	6,70	7,03
<b>Brasil</b>	<b>100,00</b>						

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados. (Elaboração própria)

No terciário isso também se verificava, mas a concentração se mostrou ligeiramente menos acentuada em relação ao total do VA brasileiro, como mostra a Tabela 5. O que chama a atenção é que o peso do Sudeste é muito elevado e, mesmo em declínio no período, ainda superava bastante seu peso populacional. Destaca-se o Estado de São Paulo ainda com praticamente um terço do PIB dos Serviços do Brasil, detendo, especialmente em seus maiores centros, o Terciário mais diversificado e moderno do País, particularmente o da Região Metropolitana de São Paulo.<sup>22</sup> Em geral, os estados onde se localizam as maiores e mais desenvolvidas regiões metropolitanas possuem as maiores participações do produto dos serviços, seja em nível nacional ou regional.

<sup>22</sup> Ver Cano et alli, 2007

**TABELA 5 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no VA do Terciário - Brasil - 1985-2004 (em %)**

Regiões	1985	1990	1995	2000	2004	1985 e 2004	
						População	
			<b>VA</b>				
<b>Norte</b>	3,25	4,04	3,88	4,26	4,65	5,58	7,92
<b>Nordeste</b>	13,18	13,22	13,02	13,73	14,94	29,10	27,77
<b>Sudeste</b>	59,26	54,79	59,01	57,75	55,16	43,10	42,61
<b>Sul</b>	14,88	14,13	15,66	14,96	15,63	15,53	14,67
<b>Centro-Oeste</b>	9,43	13,83	8,43	9,30	9,62	6,70	7,03
<b>Brasil</b>	<b>100,00</b>						

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados. (Elaboração própria)

Mesmo com uma melhora na distribuição espacial do PIB produzido pelo Terciário no Brasil, com a qual o Norte e Nordeste ganharam participação, ainda se mantém elevada a concentração desse macro-setor no Sudeste, e levemente no Sul e Centro-Oeste. Estas três regiões que respondiam por 64,3% da população brasileira detinham 80,4% do PIB da atividade em 2004. Embora seja preciso considerar que a localização do Distrito Federal no Centro-Oeste acentua seu peso ao responder por 52% do PIB do Terciário dessa região enquanto representava 34% do total do VA dos Serviços da região.

Por outro lado, Nordeste e Norte, com 35,7% da população brasileira, detinham apenas 19,6% do VA da atividade nesse mesmo ano. O pequeno ganho dessas regiões está relacionado a alguns fatores como: efeitos da inclusão da previdência rural (especialmente no Nordeste), aumento da urbanização e deslocamento de algumas atividades produtivas para subespaços dessas regiões. Fatores que também impactaram positivamente o Terciário do Centro-Oeste.

A Tabela 6, a seguir, agrupada por categorias de serviços e respectivos ramos, seguindo a nossa adaptação metodológica, mostra a estrutura macrorregional do VA do macro-setor Serviços no Brasil em 2004.

**TABELA 6 - Participações Regionais no VA das Atividades do Terciário segundo as categorias de serviços e distribuição populacional - Brasil e Regiões em 2004 (em %)**

Regiões	Serviços Distributivos		Serviços Produtivos			Serviços Coletivos		Serviços Pessoais			Total do Setor Terciário	Parcela da População
	C&R	T&A	AI&SE	Com	IF	Adm	SE	A&A	OS	SD's		
Norte	4,93	5,88	2,86	3,76	1,79	6,67	4,88	3,13	7,37	3,14	4,65	7,92
Nordeste	15,35	16,8	10,12	14,82	8,13	19,99	15,07	16,67	17,48	12,69	14,94	27,77
Sudeste	51,77	53,37	66,92	58,27	65,98	45,13	52,34	56,13	52,41	60,48	55,16	42,61
Sul	20,96	17	15,54	15,22	14,51	13,31	18,77	17,43	13,15	15,38	15,63	14,67
Centro-Oeste	6,99	6,94	4,56	7,93	9,59	14,9	8,95	6,64	9,58	8,3	9,62	7,03
<b>BRASIL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2000, microdados e; Silva (2005). Elaboração própria. **Obs:** **ADM** refere-se à Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; **AI&SE** à Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às empresas, **C&R** ao Comércio e reparação de veículos, de objetos pessoais e de uso doméstico, **IF** à Intermediação Financeira, **SE** à Saúde e Educação Mercantis, **T&A** à Transportes e Armazenagem, **A&A** à Alojamento e Alimentação, **OS** a Outros Serviços, **SD's** refere-se a Serviços Domésticos e Terciário ao total do setor.

Em termos de peso no VA do macro-setor Serviços: na região Norte se destaca o Pará (1,7% do PIB do Terciário nacional). No Nordeste, a Bahia e Pernambuco (4,25% e 3,29% do PIB do Terciário nacional). No Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro (31,51% e 12,17%). No Sul o Rio Grande do Sul (7,2%) e no Centro-Oeste, o Distrito Federal (5,03%). Os mesmos estados que detinham as maiores participações em 1985.

A Tabela 7 a seguir mostra as variações na estrutura dos macrorregional dos Serviços no intervalo 1985-2004.

**TABELA 7- Variação das Participações Regionais no VA dos Setores do Terciário Brasil e Regiões – 1985-2004 (em pontos percentuais)**

Regiões	Serviços Distributivos		Serviços Produtivos			Serviços Coletivos		Serviços Pessoais			Total do Setor Terciário	Parcela da População
	C&R	T&A	AI&SE	Com	IF	Adm	SE	A&A	OS	SD's		
Norte	0,38	1,56	-0,24	1,85	0,93	1,57	1,85	-0,41	1,37	1,09	1,40	2,34
Nordeste	-0,52	3,55	-4,23	5,44	1,05	2,09	0,46	-3,02	5,33	1,86	1,76	-1,33
Sudeste	-4,97	-2,64	7,47	-14,98	-0,05	-6,6	-5,22	0,21	-9,51	-2,8	-4,1	-0,49
Sul	3,38	-3,09	-1,25	5,8	2,63	-0,71	1,87	3,38	-2,65	-0,67	0,75	-0,86
Centro-Oeste	1,73	0,6	-1,75	1,89	-4,56	3,65	1,04	-0,16	5,45	0,52	0,19	0,33

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2000, microdados e; Silva (2005). Elaboração Própria. **Obs:** **ADM** refere-se à Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; **AI&SE** à Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às empresas, **C&R** ao Comércio e reparação de veículos, de objetos pessoais e de uso doméstico, **IF** à Intermediação Financeira, **SE** à Saúde e Educação Mercantis, **T&A** à Transportes e Armazenagem, **A&A** à Alojamento e Alimentação, **OS** a Outros Serviços, **SD's** refere-se a Serviços Domésticos e Terciário à variação total no setor.

É preciso reconhecer que houve uma importante desconcentração relativa do produto gerado pelo Terciário no período 1985-2004 em vários ramos. Destaca-se o recuo do Sudeste em relação às outras regiões, com variação negativa em oito dos dez ramos do macro-setor Serviços. Enquanto o Norte e Nordeste e o Centro-Oeste ganharam participação na maioria dos ramos desse macro-setor. Enquanto no Sul a evolução da estrutura setorial foi menos uniforme, essa macrorregião apresentou ganhos e perdas de participação. Já no Sudeste as perdas relativas predominaram.

Para avaliarmos melhor essa evolução da estrutura regional do VA pode-se comparar as variações do VA com a variação populacional. Tanto no Norte quanto no Centro-Oeste a variação populacional foi positiva e superior aos seus respectivos ganhos de participação no VA do Terciário. Isso aconteceu especialmente no Norte, que embora tenha obtido ganho relativo no VA de oito dos dez setores do Terciário, em nenhum desses setores esse ganho foi superior ao seu ganho populacional. Com isso atenuou-se a desconcentração do VA gerado pelos serviços nessa região. Isso não aconteceu no Centro-Oeste, pois todos os seus ganhos de participação no VA (sete ramos do Terciário) foram superiores ao seu ganho populacional.

Por outro lado, no Sul o pequeno ganho relativo no VA do macro setor serviços foi acentuado pela pequena perda populacional. Em dois dos cinco setores, nos quais essa região perdeu peso no VA, as perdas foram inferiores à sua perda populacional, o que anulou parte da desconcentração.

No *Sudeste*, como a perda populacional foi muito pequena, praticamente não se atenuou a desconcentração do VA do Terciário a partir dessa região. Dos oito setores nos quais essa macrorregião sofreu perda relativa no produto nacional, apenas a *Intermediação Financeira* apresentou perda menor que a perda populacional.

Já no *Nordeste*, seu ganho relativo no produto foi acentuado por sua perda de participação populacional. Essa região teve desempenho relativo ascendente em sete ramos do *Terciário* e em um (Comércio e Reparação) dos três ramos em que o desempenho foi declinante a perda foi inferior à sua perda populacional, aumentando assim o produto desse setor por habitante.

É possível afirmar, a redistribuição regional do VA ocorrida no macro-setor Serviços no período 1985-2004 reduziu a concentração regional em vários ramos do

Terciário, mesmo que os efeitos da variação macrorregional da população brasileira tenham em alguns casos contribuído para isso.

Essa desconcentração/redistribuição fica mais clara se considerarmos a proporção das variações de participação nos VA's dos ramos dos Serviços dentro das macrorregiões. Em regiões em que esse patamar é baixo pequenas variações em pontos percentuais representam crescimentos internos mais relevantes. Utilizando as siglas setoriais<sup>23</sup> adotadas nas tabelas 6 e 7, sintetizamos o resultado das variações da estrutura setorial no Valor adicionado dos Serviços do Brasil por categorias de serviços e respectivos ramos entre 1985 e 2004 (tabela 7) por ordem de relevância com base nos patamares setoriais das macrorregiões, nos itens a seguir:

- a)** o Norte proporcionalmente a seu patamar no Valor Adicionado dos Serviços obteve os maiores ganhos relativos de participação intrarregional em quase todos os ramos das quatro categorias de serviços. Em termos relativos se destacaram: 1º) o ramo de Com e, principalmente, IF nos *serviços produtivos*; 2º) T&A nos *serviços distributivos*; 3º) os dois ramos dos *serviços coletivos* (ADM e SE), principalmente SE e; 4º) nos *serviços pessoais* se destacou o ramo SD's seguido do ramo OS, seu ramo mais representativo em nível nacional.
- b)** No Centro-Oeste, a segunda macrorregião depois do Norte com menor peso no VA do terciário nacional, em termos de variação positiva de participação se destacaram: 1º) o ramo OS dos *serviços pessoais*; 2º) o ramo ADM dos *serviços coletivos* 3º) C&R nos *serviços distributivos*; 4º) nos *serviços produtivos* houve uma queda expressiva do ramo IF, e um ganho do ramo Com.
- c)** No Nordeste, macrorregião com peso intermediário no VA do Terciário nacional, em termos de variação positiva de participação se destacaram: 1º) os ramos OS e SD dos *serviços pessoais* e, queda do ramo A&A; 2º) o ramo de Comunicações dos *serviços produtivos* e queda do ramo AI&SE; 3º) o ramo T&A dos *serviços distributivos*. 4º) nos *serviços coletivos* houve um ganho menos expressivo do ramo ADM e leve ganho do ramo IF.
- d)** No Sul, também com peso intermediário no VA do Terciário nacional, com cerca de 1/4 da população do Nordeste, não prevaleceram os ganhos. Em termos de variação de participação se destacaram: 1º) nos *serviços distributivos* ganho do C&R e perda dos T&A. 2º) nos *serviços produtivos* ganho expressivo do ramo Com e em menor proporção do ramo IF (leve queda do ramo AI&SE); 1º) nos *serviços pessoais* ganho do ramo A&A e queda do ramo OS (leve queda do SD); 4º) nos *serviços coletivos* houve um ganho menos expressivo do ramo SE e leve perda do ramo ADM.
- e)** No Sudeste prevaleceram as perdas, mas o peso de seus ramos de serviços superava 50% no VA do Terciário nacional em 2004, exceto na ADM. Em termos de variação de

---

<sup>23</sup> Siglas: ADM refere-se à Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; AI&SE à Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às empresas, C&R ao Comércio e reparação de veículos, de objetos pessoais e de uso doméstico, IF à Intermediação Financeira, SE à Saúde e Educação Mercantis, T&A à Transportes e Armazenagem, A&A à Alojamento e Alimentação, OS a Outros Serviços, SD's refere-se a Serviços Domésticos.

participação se destacaram: 1º) nos *serviços pessoais* queda expressiva do ramo OS 2º) nos *serviços produtivos* queda expressiva do ramo Com e ganho significativo do ramo AI&SE; 3º) nos *serviços distributivos* quedas do ramo C&R e, principalmente, do ramo T&A e; 4º) nos *serviços coletivos* houve quedas significativas nos dois ramos, SE e, principalmente, ADM.

Considerando as categorias dos serviços não há diferenças conforme a peculiaridade de cada região. Mas algumas considerações podem ser feitas sobre a redistribuição do VA.

Nos ***serviços produtivos e distributivos*** as regiões NO e NE ganharam participação no VA adicionado em nível nacional em praticamente todos os ramos. Nos *serviços produtivos* todas as regiões obtiveram ganhos de participação no ramo de Comunicações, exceto pelo Sudeste. AI&SE se destacou apenas no Sudeste. Nos *serviços distributivos*, o Nordeste e o Norte se destacaram em termos de ganho de participação no VA do ramo Transportes e Armazenagem, enquanto o Centro-Oeste manteve sua participação e houve quedas relativas no Sudeste e especialmente no Sul.

Nos ***serviços coletivos e pessoais*** nas macrorregiões houve uma melhor redistribuição que favoreceu o Centro-Oeste, o Nordeste e, principalmente, o Norte. Nos *serviços coletivos* o Nordeste e, principalmente, o Norte seguido do Centro-Oeste, obtiveram ganhos de participação nos dois ramos, quase todos relevantes, especialmente no ramo ADM; no Sudeste e Sul as perdas prevaleceram, exceto no ramo SE no Sul. Nos *serviços pessoais* as variações do VA foram mais irregulares, mas, exceto pelo ramo A&A, favoreceram as mesmas regiões, destacando-se o ramo dos OS no Norte e, principalmente no Centro-Oeste seguido do Nordeste. Este ramo inclui prestadores de serviços ao setor público e organizações do chamado Terceiro setor (ver observações do Capítulo 1 e Capítulo 3, item 3.1) que prestam serviços importantes às famílias de caráter não mercantil.

As contas regionais consolidadas até 2004, não captam as taxas mais elevadas de crescimento do VA até 2008.

Na próxima seção, é feita uma análise dos rebatimentos na evolução recente das ocupações no macro-setor Serviços em termos regionais e por categoria de serviços segundo os dados da PNAD, que permite avaliar os dados de 2006.

## 4.2 Estudo do macro-setor Serviços pela ótica das ocupações da PNAD

A análise foi realizada a partir dos microdados da PNAD de forma a adequar as diferentes ocupações nos dez setores do terciário das contas regionais do IBGE e depois agrupá-los nas quatro categorias de serviços (distributivos, produtivos, coletivos e pessoais) obedecendo à adaptação de classificação metodológica aqui adotada.

Em cada categoria foi analisada a evolução regional entre 1995 e 2006 do total dos ocupados por região e do percentual de ocupados sem contribuição à previdência pública. Portanto, estes últimos, além de não possuírem registro em carteira, estariam desprotegidos pelas garantias previdenciárias.

Mas, antes de fazer a análise cabem aqui algumas observações: além das dificuldades financeiras de expandir a rede de atendimento da previdência pública, parte dos ocupados, por diferentes razões, opta por não contribuir, por exemplo, por precisarem utilizar recursos para girar seus pequenos negócios ou encontrarem dificuldades de estabelecer em serviços esporádicos vínculo formal ou, mesmo porque, já possuem alguma outra renda, previdência privada ou garantia de sobrevivência.<sup>24</sup> Isto não diminui as preocupações sociais, pois parte desses casos estão relacionados às dificuldades de estabelecer maiores níveis de remuneração de ordem monetária frente a diversos limites e especificidades setoriais e espaciais, já mencionados.

Os **Serviços Distributivos**, categoria com maior contingente de ocupados entre as quatro categorias de serviços, são compostos pelo ramo Comércio e Reparações de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico, que responde pela maioria dos empregos, e pelo ramo de Transportes e Armazenagem. Nos serviços distributivos houve um crescimento de 43,6% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006, como mostra a Tabela 8. Em termos relativos a região Norte se destacou com 82% de crescimento, sendo que a região Sudeste foi a que apresentou o crescimento percentual menor no intervalo (39,1%). Contudo, essa

---

<sup>24</sup> Podemos citar alguns exemplos típicos: os micro empreendedores e/ou conta-própria (pequenos agricultores, vendedores ambulantes, camelôs, prestadores de serviços dos mais variados segmentos etc.) e, inclusive participantes de programas sociais e beneficiários que necessitam complementar sua renda.

última região ainda concentra cerca de 46% das ocupações dessa categoria de serviços, seguida pelo Nordeste, que manteve sua participação no total dos ocupados em torno de 24%. Em termos absolutos o crescimento das ocupações foi expressivo em todas as regiões, especialmente no Sudeste.

**TABELA 8 – SERVIÇOS DISTRIBUTIVOS: total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados-1995/2006**

	1995	1995	2006	2006	2006/1995
MACRORREGIÕES	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Varição do Total (%)
<b>Norte</b>	751.667	56,1	1.367.763	58,8	82,0
<b>Nordeste</b>	3.307.123	55,3	4.642.025	63,5	40,4
<b>Sudeste</b>	6.390.210	24,1	8.888.788	32,1	39,1
<b>Sul</b>	2.167.067	27,3	3.133.740	29,3	44,6
<b>Centro-Oeste</b>	957.527	49,7	1.458.620	43,8	52,3
<b>BRASIL</b>	<b>13.573.594</b>	<b>33,9</b>	<b>19.490.936</b>	<b>41,3</b>	<b>43,6</b>

Fonte: PNAD

Chama a atenção, também, que nos dois anos analisados os ocupados sem contribuição à previdência no Brasil tinham peso menor; exceto pelo Norte e Nordeste, macrorregiões onde o percentual de ocupados não cobertos pela previdência pública aumentou.

Em relação aos **Serviços Produtivos**, compostos pelo setor Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços prestados principalmente às empresas, que responde pela maioria dos empregos dos serviços produtivos (cerca de 75%), e pelos setores de Comunicações e de Intermediação Financeira, houve um crescimento de 69,6% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006, como mostra a Tabela 9 a seguir.

**TABELA 9- SERVIÇOS PRODUTIVOS: total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados-1995/2006**

	1995	1995	2006	2006	2006/1995
MACRORREGIÕES	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Varição do Total (%)
<b>Norte</b>	122.128	35,4	276.930	36,4	126,8
<b>Nordeste</b>	571.621	27,6	1.097.112	33,8	91,9
<b>Sudeste</b>	2.446.647	21,6	3.916.034	23,7	60,1
<b>Sul</b>	634.390	24,4	1.077.892	26,3	69,9
<b>Centro-Oeste</b>	295.018	30,7	533.790	23,8	80,9
<b>BRASIL</b>	<b>4.069.804</b>	<b>24,0</b>	<b>6.901.758</b>	<b>26,2</b>	<b>69,6</b>

Fonte: PNAD

Em termos percentuais, a região Norte se destacou com 126,8% de crescimento dos ocupados nos serviços produtivos, e a região Sudeste o crescimento menos expressivo no intervalo (60,1%), mas o maior em termos absolutos (quase 1,5 milhões de ocupações). Contudo essa última região, mesmo perdendo participação (4 pontos percentuais) ainda concentra em 2006 praticamente 57% das ocupações dos Serviços Produtivos, seguida pelo Nordeste e Sul, cada qual com pouco mais de 15% do total dos ocupados.

Dentre as quatro categorias de serviços, os serviços produtivos apresentaram o segundo menor percentual de ocupados sem contribuição à previdência pública no Brasil (26,2% do total de ocupados em 2006). A proporção de ocupados sem contribuição à previdência não era das mais elevadas mesmo nas macrorregiões Nordeste (33,8%) e Norte (36,4%). Mas em todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, o percentual de ocupados sem contribuição aumentou um pouco entre 1995 e 2006, com destaque para o Nordeste onde o crescimento desse grupo foi maior.

Os **Serviços Coletivos** constituem o grupo com o terceiro maior contingente de ocupados entre as quatro categorias de serviços. É composto pelo ramo de Educação e Saúde Mercantis e pelo ramo da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (inclusive educação e saúde públicas) que respondeu pela grande maioria dos ocupados em 2006 (75% das ocupações) nesta categoria. Mas este último apresentou um crescimento (40,4%) inferior à Educação e Saúde Mercantis

(67,07%) no intervalo 1995 e 2006. Nos serviços coletivos houve um crescimento de 46,4% do total das ocupações no Brasil neste intervalo, como mostra a Tabela 10. Em termos percentuais, a região Norte novamente se destacou com 81% de crescimento, sendo que a região Nordeste foi a que teve crescimento menos elevado no intervalo (35,2%).

**TABELA 10- SERVIÇOS COLETIVOS: total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados-1995/2006**

	1995	1995	2006	2006	2006/1995
MACRORREGIÕES	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Varição do Total (%)
<b>Norte</b>	491.744	14,0	890.395	11,1	81,1
<b>Nordeste</b>	2.199.273	21,8	2.972.614	17,1	35,2
<b>Sudeste</b>	3.791.251	10,0	5.620.352	14,0	48,2
<b>Sul</b>	1.232.727	10,3	1.813.529	14,0	47,1
<b>Centro-Oeste</b>	701.031	11,7	1.024.359	10,9	46,1
<b>BRASIL</b>	<b>8.416.026</b>	<b>13,5</b>	<b>12.321.249</b>	<b>14,3</b>	<b>46,4</b>

Fonte: PNAD

Dada a sua composição, que inclui o setor público, o grupo dos serviços coletivos é o que apresenta a menor participação de ocupados sem contribuição à previdência. Em nenhuma das regiões o peso dos ocupados sem contribuição é dos mais expressivos. Contudo, enquanto o peso desse tipo de ocupação caiu no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nas regiões Sul e Sudeste ele subiu entre 1995 e 2006.

Os **Serviços Pessoais** abrigam o segundo maior contingente de ocupados entre as quatro categorias de serviços de nossa classificação. Esse grupo é composto pelos seguintes ramos: Alojamento e Alimentação, com mais de 3,2 milhões de ocupados em 2006; Outros Serviços Coletivos e Pessoais, com quase 3,8 milhões de ocupados e; pelos Serviços Domésticos, com quase 6,7 milhões de ocupados, cerca de 50% da categoria. O ramo Alojamento e Alimentação apresentou o maior crescimento percentual e absoluto, mais que dobrando o número de ocupados entre 1995 e 2006. Os Serviços Pessoais apresentaram um crescimento de 29,4% do total das ocupações no Brasil, como mostra a Tabela 11. Em termos relativos, mais uma vez a região Norte se destacou com 69,4% de crescimento, sendo que a região Sul foi a que teve o pior desempenho no intervalo

(19,8%), em torno de 49% das ocupações dessa categoria de serviços, seguida pelo Nordeste, que manteve sua participação no total dos ocupados em torno de 23%.

**TABELA 11 – SERVIÇOS PESSOAIS: total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados-1995/2006**

MACRORREGIÕES	1995	1995	2006	2006	2006/1995
	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Variação do Total (%)
<b>Norte</b>	473.911	88,9	802.931	82,0	69,4
<b>Nordeste</b>	2.476.313	86,1	3.137.894	78,8	26,7
<b>Sudeste</b>	5.210.689	64,4	6.688.220	56,9	28,4
<b>Sul</b>	1.579.103	67,3	1.892.042	58,8	19,8
<b>Centro-Oeste</b>	823.960	80,1	1.145.655	68,1	39,0
<b>BRASIL</b>	<b>10.563.976</b>	<b>72,2</b>	<b>13.666.742</b>	<b>64,6</b>	<b>29,4</b>

Fonte: PNAD

Os serviços pessoais é a categoria de serviços com o maior percentual de ocupados sem contribuição à previdência, particularidade do setor. Mas esse tipo de ocupação caiu consideravelmente em termos proporcionais a despeito de atingir 64,6% do total de ocupados em 2006 no Brasil. As macrorregiões com maior percentual de ocupados sem contribuição à previdência foram o Nordeste (82%) e o Norte (78,8%). Mas é preciso reconhecer que em todas as macrorregiões o percentual de ocupados não cobertos pela previdência diminuiu significativamente entre 1995 e 2006, com destaque para o Centro-Oeste onde essa queda foi mais expressiva. A remodelação das alternativas de contribuição oferecidas pela previdência pública e o vigor da legislação contribui para isso não só nos serviços pessoais.

De um modo geral nos quatro grupos de serviços, é preciso reconhecer que ocorreram quedas regionais significativas nas porcentagens de ocupados sem contribuição a previdência pública no macro-setor Serviços, onde esta característica se sobressai.

A seguir, fazemos uma síntese analítica da evolução das ocupações dos quatro grupos de serviços. Em primeiro lugar, é preciso registrar que cresceu consideravelmente o número de ocupados no macro-setor serviços, como é possível notar na Tabela 12.

**TABELA 12 – Total de Ocupados e crescimento percentual dos ocupados segundo os grupos de serviços – BRASIL – 1995/2006**

	1995	2006	2006/1995
Grupos(categorias)	Total de ocupados	Total de ocupados	Varição (%)
Serviços Distributivos	13.573.594	19.490.936	43,6
Serviços Produtivos	4.069.804	6.901.758	69,6
Serviços Coletivos	8.416.026	12.321.249	46,4
Serviços Pessoais	10.563.976	13.666.742	29,4
Total do macro-setor Serviços	36.623.400	52.380.685	43,0

Fonte: PNAD

Foi o grupo dos **Serviços Produtivos** que apresentou a maior taxa percentual de crescimento entre 1995 e 2006, bem acima da taxa de crescimento do total das ocupações do total do macro-setor Serviços. Esse grupo é o que possuía o menor número de ocupados porém nele foram acrescentadas mais de 2,8 milhões de ocupações. Segundo os dados de emprego da PNAD, todos os ramos apresentaram crescimento percentual importante, mas o ramo das Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados às empresas, que respondia pela maioria dos empregos no grupo em 2006 (76,4%), foi o que mais se destacou gerando 2,3 milhões de ocupações. A região que apresentou o maior crescimento foi a região Norte, com a maior taxa de crescimento entre todas as categorias de Serviços.

As categorias com maior contingente de ocupados foram os **Serviços Distributivos**, 37,2% do total de ocupados no macro-setor Serviços em 2006. Compostos pelo ramo de Comércio e Reparações de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico que respondia pela maioria dos empregos (82%) nesse grupo em 2006. Nos serviços distributivos houve um crescimento de 43,6% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006, acrescentaram-se 5,9 milhões de ocupados, o maior crescimento em termos absolutos. Neste intervalo, as ocupações no ramo *Comércio e Reparações de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico* cresceram 44,7%, acrescentando 4,9 milhões de ocupados atingindo 16 milhões em 2006; enquanto no ramo *Transportes e Armazenagem* o crescimento foi de 38,6%, com acréscimo de 0,97 milhões de ocupados, atingindo 3,5 milhões.

Já os **Serviços Pessoais**, que detêm o segundo maior contingente de ocupados (26,1% do total do macro-setor Serviços em 2006), apresentaram a taxa de crescimento menos representativa (29,4%) no intervalo 1995 a 2002, mas com acréscimo de 3,1 milhões de ocupados. Deste acréscimo, 1,59 milhões de ocupados se deram no ramo de Serviços domésticos que, em 2006, respondia por quase 50% das ocupações desse grupo. Em relação aos outros dois ramos, o ramo Outros serviços coletivos sociais e pessoais atingiu 3,8 milhões de ocupados em 2006, com acréscimo de 746 mil ocupações; e, o ramo Alojamento e Alimentação atingiu 3,2 milhões de ocupados com acréscimo um pouco maior de 766 mil ocupações, mas com crescimento mais expressivo em termos percentuais (39,6% contra 24,6 %).

Por fim, os **Serviços Coletivos** apresentaram a segunda maior taxa de crescimento entre as categorias de serviços (46,4%), com percentual muito baixo de ocupados sem contribuição à previdenciária e detinham, em 2006, uma parcela expressiva do total dos ocupados no Terciário brasileiro (23,5%). O ramo da Administração Pública, Defesa e Seguridade social respondia, em 2006, por 74,2% dos ocupados nos serviços coletivos, apresentando um crescimento de 40% de suas ocupações, com acréscimo de 2,6 milhões de ocupados no intervalo 1995 a 2006. O outro ramo dos Serviços coletivos se sobressaiu no crescimento percentual de 67,1% das ocupações e acréscimo de 1,3 milhões de ocupados no intervalo 1995 a 2006.

No computo geral é preciso destacar que foi expressivo o crescimento dos ocupados no macro-setor Terciário brasileiro entre 1995 e 2006, seja em termos absolutos (acréscimo de 15,76 milhões de ocupações), seja em termos percentuais (43%).

Quanto ao percentual de ocupados sem contribuição à previdência pública no intervalo 1995 a 2006 nas quatro categorias de serviços a situação, ao menos em termos quantitativos, não é grave como se apontava no início da década.

Exceto pela categoria de **Serviços Pessoais** onde essa característica tradicionalmente é mais marcante (esse foi o grupo de serviços com expansão menos expressiva de ocupações). Mas nesse grupo houve uma queda percentual relevante dessa condição da ocupação, como mostra a tabela 13.

**TABELA 13 – Percentual de ocupados sem contribuição à previdência e segundo os grupos de serviços – BRASIL – 1995 e 2006**

	1995	2006
Grupos(categorias)	Sem Contribuição (%)	Sem Contribuição (%)
Serviços Distributivos	33,9	41,3
Serviços Produtivos	24,0	26,2
Serviços Coletivos	13,5	14,3
Serviços Pessoais	72,2	64,6
Total do macro-setor Serviços	45,2	41,6

Fonte: PNAD

Nas outras três categorias de serviços o percentual de ocupados sem contribuição aumentou no intervalo atingindo no máximo 42% só por causa do aumento significativo dessa condição nos **Serviços Distributivos** (este grupo apresentou a maior crescimento absoluto de ocupações). Nos **Serviços Produtivos** e nos **Serviços Coletivos** os percentuais de ocupados sem contribuição cresceu muito pouco, apresentando níveis mais baixos, especialmente nos Serviços Coletivos.

A Tabela 14 permite uma visualização conjunta do crescimento dos ocupados por categorias de serviços e respectivos percentuais dos ocupados sem contribuição.

**TABELA 14 – Total de Ocupados, percentual de ocupados sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados segundo os grupos de serviços-BRASIL – 1995 e 2006**

	1995	1995	2006	2006	2006/1995
Grupos(categorias)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Varição do Total (%)
Serviços Distributivos	13.573.594	33,9	19.490.936	41,3	43,6
Serviços Produtivos	4.069.804	24,0	6.901.758	26,2	69,6
Serviços Coletivos	8.416.026	13,5	12.321.249	14,3	46,4
Serviços Pessoais	10.563.976	72,2	13.666.742	64,6	29,4
Total do macro-setor Serviços	36.623.400	45,2	52.384.080	41,6	43,1

Fonte: PNAD

Assim, os aumentos percentuais das ocupações sem contribuição em geral não foram tão expressivas em um intervalo com forte expansão das ocupações, que se prolongou até a virada para 2008, haja vista que nos períodos de forte expansão das ocupações a contribuição à previdência pode ocorrer depois de maior estabilidade na ocupação.

## 5. Considerações Finais

No desenrolar desta tese, buscamos um melhor entendimento do desenvolvimento recente do macro-setor Serviços no Brasil, enfatizando sua importância para a economia nacional dos processos de transformação ou modernização limitada observados em ramos e setores econômicos, destacando comparações regionais, seja em termos do produto gerado (VA) seja em termos de ocupações. Não se trata, agora, de retomar todos os resultados do estudo, mas destacar as constatações que reforçam nossa hipótese de que os serviços que recentemente mais se modernizaram elevaram a capacidade do macro-setor Serviços influir no crescimento econômico no Brasil em termos de geração de produto e ocupações.

1) Como mencionado, as atividades típicas dos serviços passaram por modificações que incorporaram transformações, em grande parte, facilitadas por avanços tecnológicos, que permitiram o surgimento e ou “modernização” de determinados setores dos Serviços. Deve ser destacado que a reorganização do *Terciário* afetou o mercado brasileiro como um todo, influenciando decisivamente no ambiente concorrencial ao reduzir distâncias, estabelecer novas modalidades de comercialização, impor padrões tecnológicos e organizacionais, elevar exigências de produtividade e qualidade, etc. A busca de agilidade e flexibilização no processo produtivo está entre os fatores que contribuíram para ampliar a importância e condicionar o desempenho recente do Terciário no Brasil.

Os avanços tecnológicos e ou barateamento e facilitação do acesso a serviços desses setores foi um fator que contribuiu nesse processo; fator que mais recentemente permitiu também maior acesso às médias, pequenas, micro empresas e prestadores de serviços de setores tradicionais não só do macro-setor Terciário que resistiram à crise e reestruturação e conseguiram se inserir nesse novo contexto, ou preservaram em determinados mercados formas tradicionais de atuação econômica. Ainda que se tenha avançado nesse sentido, alguns dos setores ditos modernos dos Serviços vêm prestando serviços a partir de condições de infraestrutura de energia elétrica e instalação de terminais de computadores nas

empresas ou cobertura da telefonia móvel, o que dispensou postos de trabalho, abriu outras oportunidades e formas de contratação que facilitam a terceirização e vem intensificando as exigências sobre a produtividade.

Determinados ramos de serviço de apoio à produção (serviços produtivos) e comercialização (serviços distributivos) vem exercendo papel importante nesse processo. Com destaque para as Comunicações, especialmente na telemática; para os Transportes e Armazenagem, a Intermediação Financeira e Comércio.

Se por um lado a modernização do Terciário permitiu um avanço das grandes empresas sobre a periferia, por outro lado também vem permitindo o atrelamento e desenvolvimento de espaços econômicos periféricos a centros importantes de relações industriais e comerciais. Esse novo contexto certamente influi e continuará influenciando na economia regional do país.

**2)** No que tange à geração e distribuição do produto medidas pelo Valor Adicionado (PIB), ainda que os dados por estados e macrorregiões encubram muitos efeitos do reordenamento recente da economia brasileira e da “modernização” dos serviços de apoio à produção e distribuição, no geral, foi possível notar uma desconcentração do produto que vem acompanhada por uma desconcentração populacional. Também se observou uma alteração na composição interna do grande setor Terciário. Mas, o importante a destacar é a expansão e “modernização” de serviços que vêm afetando as relações econômicas na esfera produtiva (e entre os diversos setores do próprio Terciário), assim como a reconfiguração espacial dessas atividades. Mesmo de forma heterogênea, as implicações desse processo não podem ser desprezadas.

No caso da experiência brasileira, o desenvolvimento do Terciário no contexto da reestruturação econômica teve participação importante. A economia nacional foi palco de grandes transformações, nas quais os serviços modernizados e mais dinâmicos têm desempenhado um papel decisivo. O reordenamento da economia nacional e as novas formas de inter-relacionamento setorial vêm exercendo efeitos sobre a localização de muitas atividades econômicas. Além disso, os dados disponíveis indicam que as duas macrorregiões (Sudeste e Sul) que abrigam os estados mais “desenvolvidos” (notadamente os que apresentam as

maiores estruturas industriais), embora mantenham peso expressivo no VA e no total das ocupações do terciário nacional, têm perdido participação. O que indica o desenvolvimento econômico de outras regiões e localidades.

**3)** Em termos setoriais, a análise dos dados sobre o crescimento do Terciário no Brasil nos leva a crer numa forte interdependência dos serviços com o desempenho da Indústria e da Agricultura. Mas vem ocorrendo um aumento da importância dos setores mais “modernizados” do Terciário na dinâmica de crescimento da economia brasileira. A evolução das ocupações mostra crescimento maior justamente dos serviços distributivos e produtivos, fortemente influenciados pelas atividades produtivas industriais e agroindustriais. Da mesma forma, vem aumentado a sinergia de determinados serviços e as demais atividades produtivas.

Na série das contas regionais que engloba o período 1985-2004, foi possível verificar que o consenso entre os pesquisadores de que nosso terciário foi o que mais cresceu frente aos outros dois grandes setores (Agricultura e Indústria), não se confirmou especialmente nos anos subsequentes à crise do real seguida da desvalorização cambial em 1999 e a posterior retomada do crescimento econômico. O peso dos Serviços no PIB nacional a preços de mercado de 2004, que vinha aumentando, caiu já em meados dos anos de 1990. Enquanto a Indústria, depois da desvalorização, recuperou parte da perda sofrida desde fins da década de 1980; sendo que a indústria de transformação se recupera mais nitidamente só depois de 2003. Em termos de crescimento, considerando os três macro-setores, nota-se que a Agropecuária apresentou o melhor desempenho no intervalo 1985-2004, enquanto o pior desempenho foi dos Serviços (Terciário).

Por outro lado, os setores do Terciário que apresentaram maior dinamismo em termos de crescimento do PIB (Comunicações, Transportes & Armazenagem e Alojamento e Alimentação) e nos quais o processo de modernização foi mais intenso não eram os com maior representatividade na geração do PIB da economia brasileira, embora venham ganhando representatividade e repercutindo significativamente sobre diversas atividades, exercendo uma ação articuladora e propulsora em algumas regiões. O aprofundamento de estudos sobre esses efeitos

é uma agenda de pesquisa importante, dadas as novas possibilidades de desenvolvimento regional.

Entre as quatro categorias de serviços da classificação adotada, nos **Serviços Produtivos** destacaram-se as Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados principalmente às empresas que ganharam participação entre 1985 e 2004. Comunicações foi o setor que mais aumentou sua participação e seu peso do PIB do terciário passou a se tornar relevante. Deve-se destacar também que os **Serviços Distributivos** continuam tendo um peso significativo no VA do terciário, mas ganharam pouca participação no período. Tanto os Transportes e Armazenagem quanto o Comércio e Reparações de veículos, objetos pessoais e domésticos ganharam participação. Enquanto nos **Serviços Coletivos**, o peso da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, embora tenha caído, continua sendo muito expressivo, não só para o Terciário nacional como para a economia brasileira como um todo, evidenciando a grande importância econômica do setor público no Brasil.

4) No que tange aos efeitos sobre os postos de trabalho, destaca-se o expressivo crescimento dos ocupados PNAD no setor terciário brasileiro entre 1995 e 2006, seja em termos absolutos (acréscimo de 15,76 milhões de ocupações) seja em percentuais. Por outro lado, entre as quatro categorias de serviços, exceto pelos **Serviços Coletivos**, onde o percentual de ocupados sem contribuição previdenciária não é representativo, nos demais grupos este tipo de ocupação aumentou pouco, com exceção dos **Serviços Distributivos**. Vale destacar que em todas as categorias nas regiões Norte e Nordeste houve um crescimento expressivo dos ocupados em Serviços. No Centro-Oeste esse crescimento também foi significativo.

As categorias com maior contingente de ocupados foram os **Serviços Distributivos**, compostos pelo setor Comércio e Reparações de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico, que respondem pela maioria dos empregos, e pelo setor de Transportes e Armazenagem. Nos serviços distributivos houve um crescimento de 43,6% do total das ocupações no Brasil entre 1995 e 2006. Em termos relativos, a região Norte se destacou com 82% de crescimento, e a região

Sudeste apresentou o pior desempenho no intervalo (39,1%), mas ainda concentrava aproximadamente 46% das ocupações dessa categoria de serviços em 2006, seguida pelo Nordeste com 24%.

Em relação aos **Serviços Produtivos**, compostos pela Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços prestados principalmente às empresas, que respondem pela maioria dos empregos (cerca de 75%) e pelos setores de Comunicações e de Intermediação Financeira, houve um crescimento de 69,6% do total das ocupações no Brasil, entre 1995 e 2006. Em termos relativos, o Norte se destacou com 126,8% de crescimento, sendo que a região Sudeste apresentou o menor crescimento (60,1%), mas concentrava 57% das ocupações dos Serviços Produtivos em 2006, seguida pelo Nordeste e Sul (15% cada).

Nos **Serviços Coletivos** o total das ocupações apresentou um crescimento de 46,4% entre 1995 e 2006. Este grupo é composto pelo setor de Educação e Saúde Mercantil e pela Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, que inclui educação e saúde e respondiam pela grande maioria dos empregos em 2006 (75%). Em termos relativos, o Norte se destacou com 81% de crescimento e o Nordeste teve o desempenho menos expressivo (35,2%). O Sudeste ganhou participação no número de ocupados e era a região que mais concentrava ocupados nesse grupo em 2006 (45,6% das ocupações) seguido pelo Nordeste (24,1%).

Por fim, os **Serviços Pessoais**, com o segundo maior contingente de ocupados, apresentaram a menor taxa de crescimento entre 1995 e 2006 (29,4%). É composto pelos setores de Alojamento e Alimentação e dos Outros Serviços Coletivos, Coletivos e Pessoais e, ainda, pelo setor de Serviços Domésticos, com praticamente 50% das ocupações do grupo. Nesse grupo a região Norte também se destacou com 69,4% de crescimento dos ocupados. A região Sul teve o pior desempenho (19,8%).

Em suma, a região Norte apresentou as maiores taxas de crescimento das ocupações, o que contribui para a desconcentração regional do emprego. Por outro lado, nessa região, assim como no Nordeste, as ocupações sem contribuição previdenciária pública ainda tem um peso elevado. Por outro lado embora o Sudeste, em geral, tenha apresentado baixo crescimento do número de ocupados,

em termos absolutos apresentou aumentos expressivos e as menores proporções de ocupados sem contribuição.

**5)** Quanto ao percentual de ocupados sem contribuição à previdência pública no intervalo 1995 a 2006 nas quatro categorias de serviços a situação, ao menos em termos quantitativos, não é grave como se apontava no início da década.

Exceto pela categoria de **Serviços Pessoais** onde essa característica tradicionalmente é mais marcante (esse foi o grupo de serviços com expansão menos expressiva de ocupações). Mas, nesse grupo houve uma queda percentual relevante dessa condição da ocupação.

Nas outras três categorias de serviços, o percentual de ocupados sem contribuição aumentou no intervalo, atingindo no máximo 42% só por causa do aumento significativo dessa condição nos **Serviços Distributivos** (este grupo apresentou a maior crescimento absoluto de ocupações). Nos **Serviços Produtivos** e nos **Serviços Coletivos** o percentual dos ocupados sem contribuição cresceu muito pouco, apresentando níveis mais baixos, especialmente nos Serviços Coletivos.

Assim, os aumentos percentuais das ocupações sem contribuição, em geral não foram tão expressivas em um intervalo com forte expansão das ocupações, que se prolongou até a virada para 2008; haja vista que nos períodos de forte expansão das ocupações a contribuição à previdência pode ocorrer depois de maior estabilidade na ocupação.

**6)** O crescimento expressivo das ocupações nos Serviços contribuiu para alterar a estrutura das ocupações medidas pela PNAD entre os três macro-setores da economia brasileira (tabela 19 do Anexo). Entre 1995 e 2006, o macro-setor Serviços elevou sua participação no total de ocupados de 56,9 para 60%, mas ainda está bem aquém da participação encontrada nos países da OCDE que em média ultrapassam 70% (tabela 21 do Anexo). A participação da Indústria também aumentou neste intervalo, embora em menor proporção (20,6 para 21,4%), enquanto a perda de participação da Agricultura no total de ocupados foi expressiva (22,4 para 18,6).

No que se refere à contribuição previdenciária, o nível de ocupados nos Serviços que não contribuem com a previdência caiu de 45% para 41,5%, enquanto na Indústria subiu de 38,5 para 44,4%, puxado pelo ramo da construção civil. Considerando que na agricultura o índice de não-contribuintes foi 86% em 2006, a média no terciário está bem abaixo em relação à economia em geral que era de 50,5%. Os esforços do governo para fazer valer a legislação trabalhista e, também, as alternativas de contribuição oferecidas aos autônomos, contribuíram para melhorar muito essa condição no país, visto que 56,4% dos ocupados não contribuíam para previdência em 1995.

7) Por fim, baseado nas várias frentes de análise desta tese, pôde-se constatar um aumento da participação e importância dos ramos de serviços mais “modernizados” no crescimento econômico regional e na geração de ocupações dos serviços terceirizados. Isto está em grande parte relacionado à recente reestruturação produtiva onde se destacou a terceirização concomitantemente à modernização limitada que aumentou a sinergia de setores de serviços mais envolvidos com a produção. Aumentou assim a importância do papel desses serviços produtivos e distributivos na geração de ocupações em proporção maior do que no crescimento econômico do País, ainda puxado pela Indústria e Agricultura. Por outro lado, a modernização foi limitada haja vista o peso das ocupações nos serviços pessoais e nos serviços coletivos, categorias que abrigam os serviços mais tradicionais com baixa relação capital trabalho, desmistificando a modernização do Terciário no Brasil. A modernização foi limitada aos serviços de apoio à produção e refletiu em crescimento nesses setores do terciário graças ao crescimento provocado pelo reordenamento da economia brasileira desde a virada da década de 1990 frente a intensa abertura econômica e acirramento da concorrência que estimularam a reestruturação e práticas de aumento da produtividade e redução de custo, onde a terceirização das atividades foi uma estratégia recorrente.

## Bibliografia

**ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de.** (2000) Viabilidade do Nordeste no século 21. in: Brasil, 500 Anos: futuro, presente, passado (VELLOSO, J. P. dos Reis - coord.). Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 352-405.

\_\_\_\_\_.(1997) O progresso social do Nordeste: um balanço de quase meio século. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza: BNB, v.28, n.4, p. 469 - 490, out./dez.

**ARAÚJO, Tânia Bacelar de.** (2000) Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Ed. Revan, Fase.

\_\_\_\_\_.(1998) O elogio da diversidade Regional brasileira. Entrevista concedida ao Jornal do Economista, CORECON-RJ.

\_\_\_\_\_. (1995) Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.(AFFONSO, Rui B. Álvares & SILVA, Pedro L. B. (organizadores)) São Paulo: FUNDAP: Ed. da USP, p. 125-156.

**ARAUJO, W. J.** (2007) Privatização da Telecomunicações. Campinas-SP: CESIT/IE/UNICAMP. (Monografia de Especialização)

**BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto.** Crescimento das Cidades, das Metrôpoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, Belém. Anais..., Belém, 2007, 1 cd-room.

**BATISTA JR, P. Nogueira.** (1990) Déficit e Financiamento do Setor Público Brasileiro: 1983-1988. *Revista de Economia Política*, vol. 10, n. 4 (40), p. 5-29, out/dez.

**BAUMOL, W. J.** (1967) Macroeconomics of unbalanced growth: the anatomy of urban crisis. In: American Economic Review. June.

**BAUMOL, W.J.** (1985) Productivity policy and the service sector. In Inman R P (ed) *Managing the service economy.* Cambridge University Press, Cambridge: 301-17.

**BELL, D.** (1973) The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting. New York: Basic Books.

**BELIK, Walter.** Muito Além da Porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP set.,1999 (Tese de Livre Docência)

**BELLUZO, Luiz G. de Mello & ALMEIDA, Julio G. de.** (1999) Economia Brasileira: da crise da dívida aos impasses do real. Campinas-SP. ( no prelo)

**BORGES, M. M. C.** Os Impactos da Reestruturação Produtiva sobre o Mercado de Trabalho no Setor de Telecomunicações: o caso da empresas CTBC. Uberlândia-MG: UFU, 2000. (Dissertação de Mestrado)

**BROWNIG, H. C., SINGELMANN, J.** (1978) The transformation of the US Labour Force: the interaction of industry and occupation. *Politics and Society.* Springfield: v. 8, n. 3-4, p. 481-509.

**CANO, Wilson.** (2000) Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: UNESP.

\_\_\_\_\_. (1998) Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, (coleção 30 anos de Economia, v.2).

\_\_\_\_\_. (1997) Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. Economia e Sociedade. Campinas: IE/UNICAMP, v. 8, p. 101-141, junho.

\_\_\_\_\_. (1993) Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des)Ordem Internacional. Campinas: Editora Unicamp.

**CARNEIRO, Ricardo M.** (1999A) A natureza da restrição externa. *Economia em Perspectiva*. São Paulo: CORECON/Carta de Conjuntura, n. 162, jun.

\_\_\_\_\_. (1999B) A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas. Campinas: IE/UNICAMP, Texto para Discussão n. 90, out.

\_\_\_\_\_. (1993) Crise, Ajustamento e Estagnação: a economia brasileira no período 1974-89. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP/IE, n. 2, p. 145-169, ago.

\_\_\_\_\_. (1992) A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. *in*: A luta pela sobrevivência ba moeda nacional (BELLUZO, L. G. M. & BATISTA JR, P. N. - orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. (1991) Crise, Estagnação e Hiperinflação. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. (1990) Crise e reforma monetária no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, vol.4, n. 1, p. 63-75, jan/mar.

**CARVALHO, M. S.** (2004) Absorção de mão-de-obra no setor de serviços brasileiro dos anos 90. Campinas: IE/UNICAMP, setembro. (Dissertação de Mestrado)

**CASTELLS, M.** (1999) A Sociedade em Rede. São Paulo: Editora Paz & Terra.

**CERQUEIRA, A. C.** (2005a) Transformações no Emprego no Setor Público Brasileiro nos Anos 90. *In*: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM

\_\_\_\_\_. (2005b) Ocupações e Rendimentos no Setor Público Brasileiro. *In*: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM

**CLARK, C.** Las condiciones del progreso económico. Madri: Alianza Editorial, 1967.

**COSTA FILHO, Samuel & SILVA, R. A.** (2001) Aspectos da Economia Brasileira nos Anos 90. *Informe Econômico*. Terezina - PI : UFPI/Dpto de Economia, n. 11, janeiro.

**COUTINHO, Luciano.** (1997) O desempenho da indústria sob o Real. *in*: O Brasil pós-Real. (MERCADANTE, Aloizio, org.) Campinas - SP: UNICAMP-IE.

\_\_\_\_\_. & **BELLUZO, Luiz G. de Mello.** (1996) Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP/IE, n. 7, p. 129-154, dez.

**CRUZ, Paulo D.** (1993) Endividamento Externo e Transferência de Recursos Reais ao Exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. Campinas: UNICAMP/IE, TD n. 24.

**DEDECCA, Claudio Salvadori.** (2001) Anos 90: a desigualdade com estabilidade. In: Anais do XXV Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, outubro.

\_\_\_\_\_. (1997) Racionalização Econômica, Emprego e Relações de Trabalho no Capitalismo Avançado. Campinas: IE/Unicamp, julho. (Tese de Livre-Docência)

**DEDECCA, C. & MONTAGNER, P.** (1992) Crise econômica e desempenho do terciário. in: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 6, n.3, jul / set.

**DINIZ, Clélio Campolina.** (2000a) Global-Local: Interdependências e Desigualdades ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, Estudos Temáticos/Nota Técnica 9, julho.

\_\_\_\_\_. (2000b) A nova geografia econômica do Brasil. in: Brasil, 500 Anos: futuro, presente, passado. (VELLOSO, J. P. dos Reis - coord.) Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, p. 303-351.

\_\_\_\_\_. (1995) A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Brasília: IPEA, junho.

\_\_\_\_\_. (1993) Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 31, p. 35-64, setembro.

\_\_\_\_\_. & **CROCCO, M. A.** (1996) Reestruturação Econômica e Impacto Regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.6, n.1.

\_\_\_\_\_. & **CROCCO, M. A.** (1995) O Novo Mapa da Indústria Brasileira: aglomerações industriais relevantes. VII Seminário sobre a Economia Mineira. Anais. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG.

\_\_\_\_\_. & **GONÇALVES, E.** (2000) Possibilidades e Tendências Locacionais da Indústria do Conhecimento no Brasil. XXVIII Encontro Nacional de Economia. Anais. Campinas: ANPEC.

\_\_\_\_\_. & **SANTOS, F. B. T.** (1995) Sudeste: Heterogeneidade Estrutural e Perspectivas. In: *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. AFFONSO, R. & SILVA, P. B. (orgs). São Paulo: FUNDAP/UNESP.

**EHRENREICH, B.** (2004) Miséria à americana. Rio de Janeiro: Record.

**FISCHER, A. G.** (1939) "Production, primary, secondary and tertiary". *Economic Record*, June.

**FOURASTIÉ, J.** (1971) A grande esperança do século XX. São Paulo: Perspectiva.

**FUCHS, Vitor.** (1968) *The service economy*. New York: National Bureau of Economic Research.

**FURTADO, C.** (1974) O Mito do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 117 pg.

\_\_\_\_\_ (1965) Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 3ª Edição.

**GADREY, J.** (1999) Emprego, Produtividade e Avaliação do Desempenho dos Serviços. São Paulo: USP/UNICAMP/CEBRAP, Seminário Temático Interdisciplinar: *Os Estudos do Trabalho*; dezembro.

**GERSHUNY, J.** (1978) After Industrial Society: the emerging self-service economy. London: Macmillan Press.

**GERSHUNY, J. & MILES, I.** The new service economy: the transformation of employment in industrial societies. Londres: Francis Pinter, 1983.

**GORZ, A.** (2005) O imaterial. (Tradução de Celso Azzan Junior) São Paulo: Ed. Annablune.

**GRAZIANO DA SILVA, J.** A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: IE/UNICAMP, 1996.

**GUIMARÃES NETO, Leonardo.** As Economias Regionais e o Mercado de Trabalho no Brasil dos Anos de 1990. in: *Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil*. Kon, Anita (org.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

**GUSMÃO, P. P.** (1996) Sistemas municipais de governo e desenvolvimento sustentável na região do semi-árido brasileiro. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: IPEA, n.14, p. 157-231, dezembro.

**HEUSER, Sheila.** (2003) A situação do trabalhador bancário num contexto de reestruturação econômica. Campinas: IE/UNICAMP. (Relatório preliminar de iniciação científica)

**IKEDA, Cleber M.** (2005) Terceirização e Sindicalismo: o Setor de Segurança no Estado de São Paulo. In: *Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro*. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM

**KAGEYAMA, A. et alli.** O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIS. In: DELGADO, G. et alli (org.). Agricultura e Políticas Públicas. IPEA. 127. P. 113-223, 1990.

**KON, A.** (2004) Economia de Serviços. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1ª Edição.

\_\_\_\_\_. (2002) Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil. Kon, Anita (org.). São Paulo: Editora Perspectiva.

\_\_\_\_\_. (2001) Atividades Terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico? In: *Seminário em Comemoração do Centenário de Nascimento de Raul Prebisch*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. (mimeo).

\_\_\_\_\_. (1999) Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. *Revista de Economia Política*, vol. 19, n. 2, p. 64-83, abr/jun.

\_\_\_\_\_. (1992) A produção terciária: o caso paulista. São Paulo: Nobel.

**MACEDO E SILVA, A. C.** (1990) “Serviços e Desenvolvimento: algumas considerações”. Relatório de Pesquisa, Convênio Finep/IE-Neit/Fecamp, IE-Unicamp, mimeo, Campinas.

**MALTHUS, Thomas Robert.** (1983) Princípios de Economia política e considerações sobre sua aplicação prática. São Paulo: Abril Cultural.

**MARX, Karl.** (1983) O Capital. São Paulo: Abril Cultural.

**MELO, H. P. et alli.** (1998) O setor de serviços no Brasil: uma visão global (1985-1995). Rio de Janeiro: IPEA, TD n. 549.

**MEIRELLES, D. S.** (2003) O setor de serviços e os serviços de infra-estrutura econômica. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, agosto. (Tese de Doutorado)

**MENDONÇA DE BARROS, Luiz C.** (1993) A Moeda Indexada: uma experiência brasileira. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP/IE, n. 2, p. 3-24, ago.

**MILL, John Stuart.** (1983) Princípios de Economia política. São Paulo: Abril Cultural.

**MOREIRA, Maurício M. & CORREA, Paulo G.** (1996) Abertura Comercial e Indústria. Rio de Janeiro: BNDES/DEPEC, Texto para Discussão n. 49, out.

**OLIVEIRA, Hipólita Siqueira de.** (2005a) A Introdução de Inovações Tecnológicas e Organizacionais nas Grandes Redes de Comércio Varejista e Atacadista e nos Serviços de Telecomunicações dos Grandes Aglomerados Urbanos do Brasil. *In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT*. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM

\_\_\_\_\_. (2002) O Recente Processo de Desconcentração/Reconcentração Produtiva no Brasil dos Anos 90. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado)

**OLIVEIRA, M. F.** (2005b) Análise dos impactos da modernização tecnológica no sindicalismo, nas relações de trabalho e nas negociações coletivas do subsetor bancário na década de 90. *In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro*. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM

**OLIVEIRA, F.** (1979) O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. *In: Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, n. 24, p. 137-168.

**PACHECO, C. A.** (1999) Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores da Produção e do Investimento Industrial. Brasília: IPEA, TD 633.

\_\_\_\_\_. (1998) Fragmentação da Nação. Campinas: UNICAMP/IE.

**POCHMANN, Márcio.** A década dos mitos. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

**PRONI, Marcelo W.; SILVA, Ricardo A. & OLIVEIRA, Hipólita S.** (2005) A modernização econômica no setor terciário no Brasil. *In: O trabalho no setor terciário*. São Paulo: Dieese. Campinas: IE/CESIT/UNICAMP.

**PUGA, Fernando P.** (1999) Sistema Financeiro Brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. Rio de Janeiro: BNDES, mar.

**QUEIROZ, E. A.** (2005) Reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro e impactos na atuação sindical: o estudo de caso da empresa Telemar. In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro (Projeto de pesquisa e formação técnica DIEESE/CESIT/CNPq). Campinas: UNICAMP/IE/CESIT. (CD-ROOM)

**RICARDO, D.** (1988) Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Abril Cultural, coleção *Os Economistas*.

**RIDDLE, D.** (1986) Service-Led Growth. The Role of the Service Sector in World Development. Nova York: Praeger Publishers.

**SANTOS, V. M.** (2002) O Setor de Serviços: Notas relacionadas ao Desenvolvimento Econômico e à Dinâmica Espacial. II Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos – ABER. São Paulo: FGV-SP, 20-22/outubro.

**SAY, Jean-Batiste (1983)** Tratado de Economia política. São Paulo: Abril Cultural.

**SCHUMPETER, J.** (1984) Capitalismo, socialismo e democracia. (tradução de Sérgio G. de Paula) Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_ (1982) Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, coleção *Os Economistas*.

**SILVA, Ana L Gonçalves da & LAPLANE, Mariano F.** (1994) Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP/IE, n. 3, p. 81-97, dez.

**SILVA, R. A.** (2005a) Perfil e Reordenamento das Atividades Terciárias na Década de 1990 no Brasil. In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT. São Paulo, DIEESE – Campinas, CESIT. CD-ROOM (entregue para publicação em abril de 2004)

\_\_\_\_\_ (2005b) Crescimento Econômico, Desenvolvimento Social e Regional: o caso do Ceará no contexto da Região Nordeste. Revista Redes. Santa Cruz do Sul-RS: UNISC/CEPEDER, vol 10 nº 2, mai/ago.

\_\_\_\_\_ (2002b) Reconfiguração das Atividades Produtivas na Década de 1990. In: DIEESE & CESIT (org.) *Emprego e desenvolvimento tecnológico: estudos Dieese/Cesit*. São Paulo: Dieese; Campinas: Cesit. CD-ROOM

\_\_\_\_\_ (2001a) Aspectos da Privatização no Brasil. *Informe Econômico*. Terezina - PI : UFPI/Dpto de Economia, n. 12, abril.

**SINGER, P.** (1979) Economia dos Serviços. In: Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, n. 24, p. 127-136.

**SMITH, A.** (1983) A Riqueza das Nações. São Paulo: Abril Cultural. (coleção *Os Economistas*).

**SUZIGAN, Wilson.** (1992) A Industrialização Brasileira após uma Década de Estagnação: questões para Política Industrial. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, p. 89-109, ago.

**VENCO, S. B.** (2006) Tempos moderníssimos nas engrenagens do telemarketing. Campinas: Unicamp. (Tese de Doutorado).

**WALRAS, Marie-Espirit León.** (1983) Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo: Abril Cultural.

**WERNER, A. & SEGRE, L. M.** (2002) Uma Análise do Segmento de Supermercados: estratégias, tecnologias e emprego. Rio de Janeiro: Senac, Boletim Técnico, vol. 28, n. 1, jan/abril.

**ZAIA, André G.** (2004) A transformação da economia brasileira nos anos 90 e a reestruturação do sistema financeiro nacional. Campinas: IE/Unicamp. (Monografia de Graduação)

## **ANEXO**

**TABELA 1 - Evolução do PIB por Grandes Setores 1985-2004 - BRASIL (1985=100)**

SETORES	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>PIB TOTAL</b>	100	106,4	110,9	111,6	114,5	111,0	111,7	111,4	117,6	123,7	127,4	131,5	136,5	138,1	140,6	146,5	149,3	152,7	155,3	163,0
<b>AGROPECUÁRIA</b>	100	91,6	113,5	111,4	113,9	110,8	115,0	122,1	122,0	128,7	131,0	138,3	140,8	143,2	153,9	161,3	170,5	182,3	195,8	201,6
<b>INDÚSTRIA TOTAL</b>	100	110,9	112,1	111,4	114,1	107,9	107,1	104,7	112,6	119,8	122,3	126,5	134,2	134,5	135,2	143,2	144,3	147,6	149,4	159,4
Indústria extrativa mineral	100	104,6	104,2	104,9	109,0	113,8	112,1	111,5	115,1	121,6	126,6	137,1	147,1	164,3	176,5	200,4	207,6	231,9	237,6	238,8
Indústria de transformação	100	109,7	110,7	109,0	112,1	102,2	100,7	98,2	106,8	116,0	117,6	119,5	126,3	123,9	123,2	130,8	132,8	135,3	137,9	150,4
Eletricidade, gás e água	100	115,7	117,7	123,4	128,1	132,5	134,9	137,7	145,7	153,0	158,9	167,0	175,7	186,6	187,8	194,7	182,8	186,5	192,5	201,0
Construção	100	116,7	119,1	119,5	119,4	119,8	121,5	116,6	123,2	122,2	126,3	136,1	146,5	147,0	148,4	152,0	151,5	149,6	144,6	148,4
<b>TERCIÁRIO</b>	<b>100</b>	<b>104,7</b>	<b>107,5</b>	<b>110,2</b>	<b>113,2</b>	<b>114,0</b>	<b>115,6</b>	<b>116,4</b>	<b>120,7</b>	<b>125,0</b>	<b>129,6</b>	<b>133,0</b>	<b>136,4</b>	<b>138,7</b>	<b>141,4</b>	<b>145,8</b>	<b>149,0</b>	<b>151,7</b>	<b>153,2</b>	<b>159,0</b>
Comércio e reparação de veículos e de obj. pessoais e de uso doméstico	100	108,2	105,6	111,3	113,2	114,0	114,6	114,1	126,2	133,0	139,6	144,2	147,2	142,0	142,7	148,8	152,6	154,1	155,3	164,2
Alojamento e alimentação	100	105,7	109,6	117,0	122,0	128,1	127,4	129,6	129,0	135,1	137,8	141,5	143,5	150,2	152,4	157,8	161,5	167,3	167,0	175,2
Transportes e armazenagem	100	108,8	114,4	115,4	117,4	117,7	122,0	116,9	123,1	127,4	137,3	149,6	157,6	166,3	170,3	176,3	183,2	187,5	186,3	199,9
Comunicações	100	121,0	130,5	142,0	159,1	168,4	183,8	191,2	207,8	218,9	265,5	290,4	305,0	344,3	401,1	445,9	494,1	523,3	527,5	532,7
Intermediação financeira	100	107,3	110,1	110,6	113,0	109,4	109,9	108,9	114,7	120,3	124,0	127,3	132,6	133,5	135,2	140,4	142,9	145,5	146,9	155,2
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	100	104,6	111,0	114,3	119,7	120,3	121,6	122,8	125,7	132,4	138,9	143,2	147,3	153,2	156,0	161,3	163,7	165,4	166,8	174,6
Administração pública, defesa e seguridade social	100	102,0	104,0	106,0	107,9	109,8	111,7	113,6	115,3	117,0	118,8	120,4	122,2	123,9	125,7	127,4	129,2	131,2	133,3	135,3
Saúde e educação mercantis	100	102,0	103,9	105,8	107,6	109,4	111,2	112,9	114,7	116,4	118,1	119,8	121,5	124,9	126,6	128,3	130,0	132,0	134,0	136,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	100	107,1	114,6	118,6	122,2	123,8	122,1	120,7	120,9	125,8	130,1	130,1	133,8	135,6	138,3	141,5	145,5	151,7	153,7	164,5
Serviços domésticos	100	100,2	104,8	102,1	101,5	98,9	105,6	113,0	117,6	125,0	133,0	128,8	134,9	131,8	136,5	141,6	145,6	147,8	149,3	152,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 2 - PIB por Setor de Atividade a preços básicos – BRASIL – R\$ bilhões (a valores nominais de 2004)**

SETORES	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>PIB TOTAL</b>	1015	1080	1126	1133	1162	1127	1134	1131	1193	1255	1293	1335	1386	1402	1427	1487	1515	1550	1576	1655
<b>AGROPECUÁRIA</b>	78	71	89	87	89	86	90	95	95	100	102	108	110	112	120	126	133	142	153	157
<b>INDÚSTRIA TOTAL</b>	456	505	510	507	520	491	488	477	513	546	557	576	611	613	616	652	657	672	681	726
Indústria extrativa mineral	32	33	33	33	34	36	35	35	36	38	40	43	46	52	56	63	66	73	75	75
Indústria de transformação	320	351	354	348	358	327	322	314	342	371	376	382	404	396	394	418	425	433	441	481
Eletricidade, gás e água	29	34	34	36	37	39	39	40	42	45	46	49	51	54	55	57	53	54	56	58
Construção	75	88	89	90	90	90	91	88	93	92	95	102	110	110	111	114	114	112	109	111
<b>TERCIÁRIO</b>	485	508	522	535	549	553	561	565	585	606	629	645	662	673	686	707	723	736	743	771
Comércio e Rep. de veíc. e de obj. pessoais e de uso domést.	68	73	71	75	77	77	77	77	85	90	94	98	100	96	97	101	103	104	105	111
Alojamento e alimentação	12	13	13	14	15	15	15	15	15	16	16	17	17	18	18	19	19	20	20	21
Transportes e armazenagem	16	18	18	19	19	19	20	19	20	21	22	24	25	27	27	28	30	30	30	32
Comunicações	7	8	9	10	11	12	13	13	14	15	18	20	21	24	27	31	34	36	36	36
Intermediação financeira	66	71	73	73	75	72	73	72	76	79	82	84	88	88	89	93	94	96	97	102
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	88	92	98	101	106	106	107	108	111	117	122	126	130	135	138	142	144	146	147	154
Administração pública, defesa e seguridade social	184	188	192	195	199	203	206	209	213	216	219	222	225	229	232	235	238	242	246	250
Saúde e educação mercantis	25	26	26	27	27	27	28	28	29	29	30	30	30	31	32	32	33	33	34	34
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	14	15	16	16	17	17	17	16	16	17	18	18	18	18	19	19	20	21	21	22
Serviços domésticos	5	5	6	5	5	5	6	6	6	7	7	7	7	7	7	7	8	8	8	8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 3 - Participação Setorial no Valor Adicionado Total – BRASIL – 1985-2004 (a preços correntes)**

SETORES	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>PIB TOTAL</b>	<b>100,0</b>																			
<b>AGROPECUÁRIA</b>	<b>11,23</b>	<b>11,52</b>	<b>9,92</b>	<b>9,54</b>	<b>9,14</b>	<b>7,97</b>	<b>7,30</b>	<b>6,59</b>	<b>6,64</b>	<b>9,74</b>	<b>8,53</b>	<b>8,12</b>	<b>7,68</b>	<b>7,93</b>	<b>7,86</b>	<b>7,49</b>	<b>8,32</b>	<b>9,61</b>	<b>10,37</b>	<b>9,51</b>
<b>INDÚSTRIA TOTAL</b>	<b>43,79</b>	<b>45,85</b>	<b>42,95</b>	<b>44,35</b>	<b>40,62</b>	<b>40,10</b>	<b>38,18</b>	<b>38,06</b>	<b>36,98</b>	<b>38,89</b>	<b>37,20</b>	<b>37,50</b>	<b>37,81</b>	<b>36,73</b>	<b>38,04</b>	<b>40,26</b>	<b>40,21</b>	<b>40,06</b>	<b>42,23</b>	<b>43,88</b>
Indústria extrativa mineral	3,27	2,72	1,68	1,42	1,06	1,04	1,36	1,24	1,38	1,27	1,02	0,98	1,04	0,77	1,82	3,00	3,21	3,88	4,10	4,56
Indústria de transformação	32,33	33,15	32,28	34,08	30,85	30,15	28,09	27,84	26,70	26,59	24,51	24,09	23,48	22,55	23,81	25,21	25,49	25,40	27,84	29,05
Eletricidade, gás e água	2,63	2,60	3,01	2,74	2,41	2,79	2,77	3,17	2,98	3,18	3,00	3,43	3,52	3,58	3,55	3,34	3,55	3,43	3,47	3,53
Construção	5,56	7,37	5,98	6,11	6,30	6,12	5,95	5,82	5,92	7,84	8,66	9,00	9,76	9,83	8,86	8,71	7,96	7,34	6,82	6,74
<b>TERCIÁRIO</b>	<b>44,98</b>	<b>42,64</b>	<b>47,13</b>	<b>46,11</b>	<b>50,24</b>	<b>51,92</b>	<b>54,53</b>	<b>55,35</b>	<b>56,38</b>	<b>51,38</b>	<b>54,27</b>	<b>54,38</b>	<b>54,51</b>	<b>55,34</b>	<b>54,10</b>	<b>52,25</b>	<b>51,47</b>	<b>50,33</b>	<b>47,40</b>	<b>46,61</b>
Comércio e reparação de veículos e de obj. pessoais e de uso doméstico	8,94	9,55	8,55	8,53	7,41	9,08	9,07	8,18	7,74	8,31	9,60	8,35	7,87	7,48	7,46	7,52	7,40	6,92	6,98	6,71
Alojamento e alimentação	1,63	1,68	1,58	1,49	1,57	1,83	1,93	1,82	1,67	1,80	1,98	1,96	1,80	1,87	1,69	1,58	1,54	1,40	1,29	1,26
Transportes e armazenagem	2,83	2,91	2,26	2,42	2,21	2,11	2,45	2,12	1,95	2,20	1,75	1,95	2,03	2,10	1,97	2,10	2,06	2,10	1,97	1,95
Comunicações	0,96	0,93	0,97	1,08	1,03	1,09	1,10	1,33	1,51	1,50	1,56	2,02	2,01	2,28	2,82	2,63	2,52	2,46	2,33	2,20
Intermediação financeira	13,15	8,03	14,15	13,80	19,54	13,97	11,69	19,67	23,62	13,74	7,60	6,14	6,43	6,34	5,94	5,23	6,13	7,09	6,48	6,19
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	5,30	5,67	6,11	5,74	5,41	6,51	11,05	7,91	5,84	6,70	11,63	13,30	14,30	14,90	14,14	12,87	12,16	11,11	9,74	9,30
Administração pública, defesa e seguridade social	9,06	10,59	10,01	9,69	9,82	13,72	12,91	10,17	10,43	13,03	15,46	15,57	14,89	15,34	15,29	15,66	15,15	15,07	14,65	15,09
Saúde e educação mercantis	1,67	1,78	2,18	2,10	2,05	2,12	2,59	2,59	2,26	2,66	2,95	3,30	3,26	3,09	2,87	2,67	2,49	2,20	2,07	2,06
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,90	0,96	0,93	0,87	0,85	1,18	1,40	1,22	1,02	1,06	1,30	1,35	1,48	1,49	1,45	1,53	1,53	1,47	1,38	1,35
Serviços domésticos	0,54	0,53	0,41	0,40	0,36	0,31	0,34	0,35	0,35	0,39	0,44	0,43	0,44	0,45	0,46	0,46	0,50	0,49	0,50	0,49

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

Obs: o IBGE calcula as participações setoriais a partir de **preços correntes**, o que permite observar melhor as alterações de participação. Caso tivéssemos deflacionado para preços de 2004, algumas alterações não seriam perceptíveis. Isto ocorre porque para cada setor é utilizado um deflator específico e nesse período esses deflatores, por eliminarem o efeito inflacionário, reduzem as alterações de participação setorial, o que prejudicaria a análise.

**TABELA 4 - Participação Setorial no PIB do Terciário – BRASIL – 1985-2004 (a preços correntes)**

SETORES	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>TERCIÁRIO</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Comércio e reparação de veículos e de obj. pessoais e de uso doméstico	19,89	22,39	18,14	18,51	14,74	17,50	16,63	14,77	13,73	16,18	17,69	15,36	14,44	13,53	13,80	14,40	14,37	13,75	14,73	14,40
Alojamento e alimentação	3,63	3,94	3,35	3,22	3,12	3,52	3,54	3,29	2,95	3,50	3,64	3,60	3,31	3,37	3,13	3,03	2,99	2,79	2,73	2,71
Transportes e armazenagem	6,29	6,81	4,79	5,24	4,39	4,07	4,49	3,83	3,46	4,28	3,22	3,59	3,72	3,80	3,64	4,03	4,01	4,18	4,15	4,18
Comunicações	2,14	2,19	2,06	2,33	2,05	2,10	2,02	2,40	2,67	2,91	2,88	3,72	3,69	4,12	5,21	5,03	4,89	4,89	4,92	4,73
Intermediação financeira	29,23	18,84	30,02	29,94	38,89	26,91	21,44	35,53	41,89	26,74	14,01	11,29	11,80	11,46	10,99	10,00	11,91	14,09	13,67	13,28
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	11,78	13,31	12,96	12,46	10,77	12,54	20,27	14,29	10,36	13,05	21,43	24,45	26,23	26,93	26,13	24,63	23,62	22,08	20,56	19,96
Administração pública, defesa e seguridade social	20,15	24,85	21,23	21,01	19,55	26,42	23,68	18,37	18,50	25,35	28,48	28,64	27,31	27,73	28,27	29,97	29,44	29,95	30,92	32,37
Saúde e educação mercantis	3,71	4,19	4,62	4,56	4,07	4,08	4,75	4,69	4,01	5,18	5,43	6,07	5,98	5,57	5,30	5,11	4,83	4,38	4,37	4,42
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,99	2,24	1,98	1,88	1,69	2,26	2,56	2,20	1,80	2,07	2,40	2,49	2,71	2,69	2,68	2,93	2,97	2,92	2,90	2,90
Serviços domésticos	1,20	1,23	0,86	0,86	0,72	0,59	0,62	0,64	0,62	0,75	0,81	0,80	0,81	0,81	0,85	0,88	0,97	0,97	1,05	1,05

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

Obs: o IBGE calcula as participações setoriais a partir de **preços correntes**, o que permite observar melhor as alterações de participação. Caso tivéssemos deflacionado para preços de 2004, algumas alterações não seriam perceptíveis. Isto ocorre porque para cada setor é utilizado um deflator específico e nesse período esses deflatores, por eliminarem o efeito inflacionário, reduzem as alterações de participação setorial, o que prejudicaria a análise.

**TABELA 5 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no PIB do Brasil - 1985-2004 (em %)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>3,61</b>	<b>4,34</b>	<b>4,09</b>	<b>4,06</b>	<b>4,27</b>	<b>4,66</b>	<b>4,52</b>	<b>3,87</b>	<b>4,49</b>	<b>4,83</b>	<b>4,56</b>	<b>4,59</b>	<b>4,34</b>	<b>4,47</b>	<b>4,47</b>	<b>4,61</b>	<b>4,73</b>	<b>4,95</b>	<b>4,88</b>	<b>5,23</b>
Rondônia	0,45	0,57	0,49	0,44	0,45	0,45	0,40	0,34	0,37	0,41	0,46	0,48	0,49	0,50	0,51	0,50	0,50	0,53	0,53	0,53
Acre	0,13	0,14	0,13	0,13	0,12	0,14	0,14	0,15	0,14	0,15	0,16	0,15	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,17	0,17	0,18
Amazonas	1,40	1,71	1,64	1,68	1,54	1,74	1,58	1,39	1,58	1,55	1,60	1,70	1,53	1,62	1,57	1,70	1,69	1,80	1,75	2,00
Roraima	0,07	0,08	0,08	0,08	0,09	0,11	0,09	0,08	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,08	0,08	0,10	0,10	0,11	0,11	0,10
Pará	1,44	1,72	1,64	1,58	1,79	1,93	1,98	1,62	2,04	2,29	1,89	1,82	1,72	1,73	1,76	1,76	1,83	1,88	1,86	1,94
Amapá	0,12	0,12	0,12	0,14	0,15	0,15	0,16	0,16	0,15	0,18	0,20	0,18	0,18	0,17	0,17	0,18	0,19	0,20	0,20	0,21
Tocantins	..	..	..	..	0,12	0,14	0,17	0,15	0,15	0,18	0,19	0,19	0,20	0,21	0,21	0,22	0,25	0,26	0,25	0,26
<b>NORDESTE</b>	<b>13,43</b>	<b>13,83</b>	<b>12,45</b>	<b>12,27</b>	<b>11,26</b>	<b>12,56</b>	<b>13,12</b>	<b>12,15</b>	<b>11,57</b>	<b>12,44</b>	<b>12,77</b>	<b>13,18</b>	<b>13,08</b>	<b>13,05</b>	<b>13,06</b>	<b>13,04</b>	<b>13,02</b>	<b>13,36</b>	<b>13,63</b>	<b>13,97</b>
Maranhão	0,74	0,82	0,72	0,77	0,73	0,81	0,81	0,75	0,69	0,78	0,78	0,88	0,85	0,80	0,82	0,84	0,86	0,84	0,89	0,94
Piauí	0,37	0,42	0,37	0,35	0,34	0,43	0,43	0,36	0,38	0,43	0,49	0,50	0,48	0,49	0,48	0,49	0,47	0,46	0,47	0,48
Ceará	1,79	1,82	1,67	1,69	1,60	1,71	1,85	1,81	1,74	1,84	1,94	2,03	2,03	2,07	2,00	1,87	1,78	1,78	1,81	1,88
Rio Grande do Norte	0,77	0,75	0,70	0,66	0,68	0,68	0,75	0,68	0,67	0,71	0,73	0,75	0,77	0,75	0,78	0,84	0,81	0,85	0,86	0,89
Paraíba	0,69	0,76	0,69	0,65	0,60	0,79	0,80	0,65	0,64	0,77	0,82	0,83	0,80	0,78	0,80	0,84	0,85	0,86	0,87	0,84
Pernambuco	2,42	2,70	2,55	2,43	2,30	2,65	2,83	2,48	2,34	2,50	2,71	2,73	2,67	2,70	2,65	2,65	2,64	2,68	2,69	2,68
Alagoas	0,69	0,66	0,67	0,56	0,51	0,67	0,70	0,68	0,58	0,65	0,62	0,65	0,67	0,68	0,66	0,64	0,64	0,64	0,66	0,65
Sergipe	0,88	0,86	0,63	0,59	0,47	0,55	0,62	0,57	0,56	0,55	0,54	0,55	0,55	0,55	0,55	0,54	0,69	0,71	0,75	0,75
Bahia	5,07	5,04	4,45	4,58	4,03	4,27	4,33	4,17	3,98	4,19	4,14	4,26	4,27	4,23	4,32	4,35	4,29	4,53	4,62	4,86
<b>SUDESTE</b>	<b>60,36</b>	<b>58,24</b>	<b>60,32</b>	<b>60,25</b>	<b>59,54</b>	<b>57,00</b>	<b>57,91</b>	<b>59,27</b>	<b>59,89</b>	<b>57,66</b>	<b>58,27</b>	<b>57,51</b>	<b>58,08</b>	<b>57,74</b>	<b>57,81</b>	<b>57,53</b>	<b>57,17</b>	<b>56,36</b>	<b>55,42</b>	<b>54,96</b>
Minas Gerais	9,27	9,29	9,39	9,29	8,86	8,88	9,26	9,00	8,95	9,86	9,68	10,07	10,01	9,76	9,60	9,68	9,40	9,25	9,24	9,44
Espírito Santo	1,63	1,76	1,40	1,46	1,41	1,39	1,55	1,47	1,37	1,59	1,68	1,76	1,71	1,72	1,76	1,80	1,70	1,70	1,71	1,78
Rio de Janeiro	13,35	11,98	11,93	11,85	11,65	11,39	12,24	12,29	12,13	11,24	11,37	10,95	11,02	10,98	11,77	12,71	12,47	12,82	12,36	12,65
São Paulo	36,10	35,21	37,60	37,65	37,62	35,33	34,86	36,52	37,45	34,97	35,53	34,74	35,34	35,29	34,68	33,34	33,60	32,59	32,11	31,09
<b>SUL</b>	<b>16,60</b>	<b>17,46</b>	<b>16,83</b>	<b>17,03</b>	<b>17,13</b>	<b>17,12</b>	<b>16,68</b>	<b>17,05</b>	<b>16,24</b>	<b>17,99</b>	<b>17,87</b>	<b>18,09</b>	<b>17,70</b>	<b>17,62</b>	<b>17,85</b>	<b>17,64</b>	<b>17,80</b>	<b>17,76</b>	<b>18,59</b>	<b>18,35</b>
Paraná	5,96	6,02	6,00	5,97	5,98	6,01	5,85	5,73	5,39	6,04	5,96	6,19	6,13	6,30	6,39	5,99	6,05	6,08	6,40	6,19
Santa Catarina	3,17	3,47	3,25	3,35	3,62	3,37	3,35	3,48	3,08	3,40	3,56	3,73	3,61	3,55	3,64	3,84	3,88	3,85	3,96	3,97
Rio Grande do Sul	7,48	7,97	7,58	7,71	7,53	7,74	7,49	7,84	7,77	8,56	8,35	8,17	7,97	7,78	7,83	7,81	7,87	7,84	8,23	8,19
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>6,00</b>	<b>6,13</b>	<b>6,30</b>	<b>6,39</b>	<b>7,81</b>	<b>8,66</b>	<b>7,77</b>	<b>7,66</b>	<b>7,81</b>	<b>7,09</b>	<b>6,53</b>	<b>6,63</b>	<b>6,80</b>	<b>7,11</b>	<b>6,80</b>	<b>7,18</b>	<b>7,28</b>	<b>7,57</b>	<b>7,49</b>	<b>7,49</b>
Mato Grosso do Sul	0,90	1,07	0,94	0,92	0,83	0,91	0,93	0,84	0,85	1,05	1,08	1,08	1,08	1,11	1,12	1,07	1,14	1,12	1,19	1,10
Mato Grosso	0,67	0,78	0,75	0,83	0,74	0,77	0,88	0,86	0,93	1,04	0,98	1,00	1,03	1,10	1,17	1,20	1,18	1,30	1,41	1,54
Goiás	1,78	1,98	1,74	1,74	1,31	1,61	1,76	1,54	1,58	1,81	1,81	1,85	1,80	1,88	1,79	1,93	2,04	2,28	2,31	2,30
Distrito Federal	2,66	2,30	2,87	2,90	4,94	5,37	4,19	4,42	4,45	3,18	2,65	2,71	2,89	3,01	2,73	2,97	2,92	2,86	2,58	2,54
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 6 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no PIB do Terciário - Brasil - 1985-2004 (em %)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>3,25</b>	<b>3,69</b>	<b>3,33</b>	<b>3,34</b>	<b>3,18</b>	<b>4,04</b>	<b>4,05</b>	<b>3,39</b>	<b>3,20</b>	<b>4,30</b>	<b>3,88</b>	<b>4,10</b>	<b>4,10</b>	<b>4,13</b>	<b>4,15</b>	<b>4,26</b>	<b>4,10</b>	<b>4,21</b>	<b>4,38</b>	<b>4,65</b>
Rondônia	0,50	0,59	0,50	0,50	0,49	0,59	0,47	0,38	0,39	0,46	0,52	0,52	0,54	0,56	0,57	0,56	0,55	0,57	0,57	0,62
Acre	0,17	0,19	0,18	0,18	0,17	0,21	0,20	0,20	0,18	0,22	0,21	0,21	0,22	0,22	0,23	0,23	0,22	0,23	0,24	0,26
Amazonas	0,95	1,10	0,99	0,99	0,88	1,14	1,12	0,96	0,94	1,02	1,12	1,23	1,21	1,19	1,17	1,18	1,04	1,03	1,07	1,14
Roraima	0,11	0,13	0,12	0,12	0,16	0,18	0,14	0,11	0,08	0,09	0,10	0,10	0,10	0,12	0,12	0,17	0,17	0,19	0,20	0,20
Pará	1,34	1,49	1,35	1,30	1,06	1,47	1,63	1,30	1,19	1,98	1,37	1,51	1,48	1,49	1,51	1,55	1,54	1,56	1,62	1,70
Amapá	0,19	0,19	0,21	0,24	0,25	0,25	0,25	0,24	0,23	0,28	0,30	0,26	0,28	0,27	0,26	0,30	0,32	0,34	0,37	0,40
Tocantins	---	---	---	---	0,16	0,21	0,24	0,19	0,20	0,24	0,25	0,28	0,27	0,29	0,28	0,27	0,27	0,29	0,31	0,33
<b>NORDESTE</b>	<b>13,18</b>	<b>13,96</b>	<b>12,76</b>	<b>12,78</b>	<b>11,05</b>	<b>13,22</b>	<b>13,81</b>	<b>12,35</b>	<b>11,69</b>	<b>12,73</b>	<b>13,02</b>	<b>13,67</b>	<b>13,35</b>	<b>13,32</b>	<b>13,39</b>	<b>13,73</b>	<b>13,67</b>	<b>13,97</b>	<b>14,32</b>	<b>14,94</b>
Maranhão	0,90	0,96	0,90	0,97	0,82	0,95	0,94	0,82	0,76	0,84	0,84	0,90	0,88	0,88	0,89	0,96	0,99	0,95	1,01	1,09
Piauí	0,51	0,57	0,50	0,46	0,41	0,55	0,54	0,43	0,44	0,50	0,56	0,57	0,57	0,56	0,56	0,59	0,57	0,58	0,60	0,63
Ceará	2,02	2,04	1,90	1,84	1,65	1,78	1,86	1,84	1,77	1,88	2,00	2,11	2,07	2,03	2,03	2,00	2,00	2,03	2,14	2,29
Rio Grande do Norte	0,69	0,70	0,69	0,70	0,59	0,74	0,78	0,69	0,68	0,77	0,79	0,81	0,81	0,80	0,82	0,90	0,85	0,87	0,91	0,96
Paraíba	0,78	0,89	0,80	0,75	0,59	0,90	0,91	0,69	0,69	0,81	0,82	0,85	0,82	0,85	0,84	0,91	0,91	0,95	0,97	1,02
Pernambuco	2,72	2,95	2,68	2,69	2,31	2,90	3,09	2,62	2,50	2,71	2,89	2,98	2,83	2,90	2,89	3,06	3,05	3,19	3,29	3,29
Alagoas	0,70	0,74	0,67	0,61	0,53	0,68	0,77	0,70	0,61	0,67	0,68	0,77	0,77	0,75	0,74	0,75	0,74	0,75	0,77	0,78
Sergipe	0,47	0,53	0,46	0,46	0,40	0,47	0,57	0,50	0,45	0,49	0,54	0,57	0,55	0,55	0,54	0,57	0,56	0,59	0,60	0,63
Bahia	4,40	4,57	4,14	4,30	3,74	4,24	4,35	4,07	3,78	4,06	3,91	4,12	4,06	4,00	4,07	4,01	3,99	4,05	4,03	4,25
<b>SUDESTE</b>	<b>59,26</b>	<b>57,48</b>	<b>59,32</b>	<b>59,26</b>	<b>59,37</b>	<b>54,79</b>	<b>56,75</b>	<b>58,99</b>	<b>61,28</b>	<b>58,68</b>	<b>59,01</b>	<b>57,91</b>	<b>58,58</b>	<b>58,21</b>	<b>58,54</b>	<b>57,75</b>	<b>58,02</b>	<b>57,09</b>	<b>56,50</b>	<b>55,16</b>
Minas Gerais	7,93	8,20	8,27	8,40	7,62	8,15	8,55	8,33	8,21	8,95	9,10	9,39	9,15	8,91	8,73	8,93	9,29	9,23	9,52	9,54
Espírito Santo	1,50	1,57	1,37	1,39	1,15	1,33	1,51	1,28	1,20	1,54	1,64	1,71	1,71	1,74	1,79	1,87	1,86	1,85	1,88	1,94
Rio de Janeiro	16,48	15,21	15,42	15,16	14,51	13,94	14,53	14,49	14,52	13,68	13,77	12,58	12,67	12,62	12,52	13,00	12,78	12,69	12,23	12,17
São Paulo	33,35	32,50	34,26	34,32	36,10	31,37	32,16	34,89	37,35	34,51	34,50	34,23	35,05	34,94	35,50	33,95	34,09	33,32	32,86	31,51
<b>SUL</b>	<b>14,88</b>	<b>15,67</b>	<b>14,72</b>	<b>14,59</b>	<b>13,58</b>	<b>14,13</b>	<b>14,00</b>	<b>14,06</b>	<b>12,68</b>	<b>14,46</b>	<b>15,66</b>	<b>15,69</b>	<b>15,14</b>	<b>15,21</b>	<b>15,23</b>	<b>14,96</b>	<b>14,84</b>	<b>15,13</b>	<b>15,41</b>	<b>15,63</b>
Paraná	5,39	5,55	5,59	5,58	5,15	4,91	4,77	5,02	4,53	5,16	5,46	5,45	5,38	5,52	5,46	5,16	5,08	5,19	5,45	5,53
Santa Catarina	2,50	2,65	2,95	2,60	2,29	2,67	2,62	2,45	2,15	2,44	2,65	2,79	2,73	2,68	2,66	2,76	2,80	2,84	2,84	2,89
Rio Grande do Sul	6,99	7,48	6,18	6,40	6,14	6,54	6,60	6,59	6,00	6,86	7,55	7,46	7,03	7,01	7,12	7,04	6,96	7,09	7,12	7,20
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>9,43</b>	<b>9,19</b>	<b>9,86</b>	<b>10,03</b>	<b>12,82</b>	<b>13,83</b>	<b>11,39</b>	<b>11,21</b>	<b>11,14</b>	<b>9,82</b>	<b>8,43</b>	<b>8,62</b>	<b>8,83</b>	<b>9,14</b>	<b>8,69</b>	<b>9,30</b>	<b>9,37</b>	<b>9,60</b>	<b>9,39</b>	<b>9,62</b>
Mato Grosso do Sul	0,88	1,01	0,95	1,00	0,82	0,95	0,95	0,82	0,80	0,97	0,97	0,98	1,00	1,03	1,02	0,98	1,00	1,02	1,04	1,09
Mato Grosso	0,89	0,97	1,00	1,01	0,91	1,02	1,14	1,08	1,20	1,24	1,09	1,11	1,13	1,22	1,25	1,19	1,22	1,27	1,27	1,33
Goiás	2,13	2,28	2,17	2,17	1,57	1,89	1,98	1,64	1,59	1,87	1,87	1,95	1,80	1,87	1,79	1,86	1,88	2,03	2,09	2,16
Distrito Federal	5,54	4,93	5,74	5,86	9,52	9,97	7,33	7,67	7,55	5,75	4,50	4,58	4,89	5,02	4,63	5,27	5,27	5,28	5,00	5,03
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 7 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação na População - Brasil - 1985-2004 (em %)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	5,58	5,70	5,81	5,91	6,77	6,86	6,94	7,04	7,12	7,20	7,27	7,35	7,42	7,48	7,57	7,64	7,71	7,78	7,85	7,92
Rondônia	0,59	0,63	0,66	0,69	0,75	0,78	0,80	0,79	0,79	0,79	0,79	0,80	0,80	0,81	0,81	0,81	0,82	0,82	0,83	0,86
Acre	0,27	0,27	0,27	0,28	0,28	0,29	0,29	0,30	0,30	0,31	0,31	0,31	0,32	0,32	0,33	0,34	0,34	0,35	0,35	0,35
Amazonas	1,32	1,34	1,36	1,38	1,42	1,44	1,45	1,49	1,52	1,54	1,56	1,58	1,60	1,62	1,64	1,66	1,68	1,70	1,72	1,73
Roraima	0,11	0,12	0,12	0,13	0,14	0,15	0,16	0,16	0,16	0,17	0,17	0,18	0,18	0,18	0,19	0,19	0,20	0,20	0,21	0,21
Pará	3,12	3,17	3,21	3,25	3,35	3,38	3,42	3,43	3,47	3,50	3,53	3,56	3,58	3,60	3,64	3,66	3,69	3,71	3,74	3,77
Amapá	0,17	0,18	0,18	0,19	0,19	0,20	0,20	0,22	0,23	0,24	0,24	0,25	0,26	0,27	0,28	0,29	0,29	0,30	0,31	0,30
Tocantins	---	---	---	---	0,63	0,63	0,63	0,64	0,65	0,65	0,66	0,66	0,67	0,67	0,68	0,68	0,69	0,69	0,70	0,70
<b>NORDESTE</b>	29,10	29,07	29,04	29,02	28,96	28,94	28,92	28,73	28,64	28,56	28,47	28,40	28,32	28,25	28,15	28,07	27,99	27,92	27,84	27,77
Maranhão	3,36	3,36	3,36	3,36	3,36	3,36	3,36	3,35	3,35	3,34	3,34	3,34	3,33	3,33	3,33	3,33	3,32	3,32	3,32	3,32
Piauí	1,78	1,77	1,77	1,77	1,76	1,76	1,76	1,74	1,73	1,72	1,71	1,70	1,70	1,69	1,68	1,67	1,66	1,65	1,65	1,64
Ceará	4,39	4,38	4,37	4,36	4,34	4,33	4,33	4,35	4,35	4,35	4,36	4,36	4,37	4,37	4,37	4,38	4,38	4,39	4,39	4,39
Rio Grande do Norte	1,62	1,63	1,63	1,63	1,64	1,65	1,65	1,64	1,64	1,64	1,64	1,64	1,64	1,64	1,64	1,63	1,63	1,63	1,63	1,63
Paraíba	2,25	2,24	2,23	2,21	2,19	2,18	2,17	2,14	2,12	2,11	2,09	2,08	2,06	2,05	2,03	2,02	2,01	1,99	1,98	1,97
Pernambuco	5,01	4,98	4,95	4,93	4,87	4,85	4,83	4,80	4,78	4,77	4,75	4,73	4,71	4,69	4,67	4,65	4,64	4,62	4,60	4,58
Alagoas	1,69	1,69	1,70	1,70	1,71	1,71	1,72	1,70	1,69	1,69	1,68	1,68	1,67	1,67	1,66	1,66	1,65	1,65	1,65	1,64
Sergipe	0,99	0,99	1,00	1,00	1,01	1,02	1,02	1,03	1,03	1,03	1,04	1,04	1,04	1,05	1,05	1,05	1,06	1,06	1,06	1,07
Bahia	8,01	8,03	8,04	8,05	8,08	8,09	8,10	7,98	7,94	7,90	7,87	7,83	7,80	7,76	7,71	7,67	7,64	7,60	7,57	7,53
<b>SUDESTE</b>	43,10	43,03	42,96	42,90	42,77	42,71	42,67	42,70	42,69	42,68	42,67	42,66	42,65	42,66	42,65	42,64	42,63	42,63	42,62	42,61
Minas Gerais	10,98	10,93	10,89	10,84	10,75	10,71	10,68	10,67	10,65	10,63	10,62	10,60	10,58	10,57	10,54	10,53	10,51	10,49	10,48	10,46
Espírito Santo	1,74	1,74	1,75	1,75	1,77	1,77	1,78	1,79	1,79	1,80	1,80	1,81	1,81	1,82	1,82	1,83	1,83	1,84	1,84	1,85
Rio de Janeiro	9,10	9,03	8,96	8,90	8,76	8,71	8,66	8,66	8,63	8,60	8,58	8,56	8,53	8,51	8,49	8,46	8,44	8,42	8,39	8,37
São Paulo	21,28	21,32	21,37	21,41	21,49	21,53	21,56	21,59	21,62	21,65	21,68	21,70	21,73	21,76	21,80	21,83	21,85	21,88	21,91	21,93
<b>SUL</b>	15,53	15,44	15,36	15,29	15,12	15,05	14,99	15,00	14,97	14,94	14,91	14,89	14,86	14,83	14,80	14,77	14,74	14,72	14,69	14,67
Paraná	6,08	6,02	5,96	5,91	5,79	5,74	5,70	5,72	5,71	5,70	5,69	5,68	5,66	5,65	5,64	5,63	5,61	5,60	5,59	5,58
Santa Catarina	3,07	3,08	3,08	3,08	3,09	3,09	3,10	3,11	3,12	3,12	3,13	3,13	3,14	3,14	3,15	3,16	3,16	3,17	3,17	3,18
Rio Grande do Sul	6,38	6,35	6,32	6,30	6,24	6,22	6,20	6,17	6,14	6,12	6,10	6,08	6,06	6,04	6,01	5,99	5,97	5,95	5,93	5,91
<b>CENTRO-OESTE</b>	6,70	6,76	6,83	6,88	6,39	6,44	6,48	6,53	6,58	6,62	6,67	6,71	6,75	6,78	6,84	6,88	6,92	6,96	7,00	7,03
Mato Grosso do Sul	1,18	1,19	1,19	1,20	1,21	1,21	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	1,22	1,23	1,23	1,23	1,23
Mato Grosso	1,17	1,21	1,25	1,28	1,36	1,39	1,42	1,41	1,42	1,43	1,43	1,44	1,45	1,46	1,47	1,48	1,49	1,50	1,51	1,51
Goiás	3,30	3,32	3,33	3,34	2,73	2,74	2,75	2,79	2,81	2,84	2,86	2,88	2,90	2,91	2,94	2,96	2,98	3,00	3,02	3,03
Distrito Federal	1,04	1,05	1,06	1,07	1,09	1,09	1,10	1,12	1,13	1,14	1,16	1,17	1,18	1,19	1,20	1,21	1,23	1,24	1,25	1,26
<b>BRASIL</b>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 8 - População das Grandes Regiões e Unidades da Federação - Brasil - 1985-2004 (em mil habitantes)**

Regiões e UFs	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	7.347	7.648	7.944	8.235	8.832	10.125	10.411	10.710	10.997	11.282	11.564	11.844	12.124	12.387	12.771	13.086	13.404	13.725	14.049	14.373
Rondônia	782	842	901	959	1.095	1.150	1.204	1.210	1.215	1.240	1.264	1.288	1.312	1.336	1.369	1.396	1.423	1.451	1.479	1.562
Acre	354	365	376	386	411	421	431	451	465	479	492	506	520	533	560	576	593	609	626	630
Amazonas	1.736	1.798	1.860	1.921	2.064	2.122	2.178	2.272	2.343	2.413	2.483	2.553	2.622	2.686	2.772	2.849	2.926	3.005	3.084	3.139
Roraima	142	155	168	180	210	221	233	243	254	264	275	285	296	305	320	331	343	355	367	382
Pará	4.106	4.250	4.392	4.531	4.860	4.993	5.122	5.225	5.369	5.492	5.614	5.735	5.856	5.970	6.136	6.273	6.410	6.549	6.689	6.850
Amapá	227	238	248	258	283	293	302	334	352	371	389	408	426	443	469	489	510	531	552	547
Tocantins	---	---	---	---	909	925	940	976	1.000	1.023	1.046	1.069	1.092	1.115	1.146	1.172	1.199	1.225	1.252	1.263
<b>NORDESTE</b>	38.303	39.018	39.723	40.413	42.050	42.710	43.354	43.730	44.252	44.768	45.280	45.789	46.296	46.803	47.499	48.076	48.655	49.241	49.833	50.427
Maranhão	4.421	4.507	4.593	4.677	4.876	4.956	5.034	5.099	5.171	5.242	5.312	5.382	5.451	5.522	5.619	5.698	5.778	5.859	5.940	6.022
Piauí	2.340	2.382	2.422	2.462	2.556	2.594	2.632	2.644	2.670	2.695	2.721	2.746	2.772	2.797	2.831	2.860	2.889	2.918	2.948	2.977
Ceará	5.778	5.878	5.977	6.074	6.304	6.396	6.487	6.616	6.722	6.826	6.930	7.033	7.136	7.240	7.382	7.499	7.617	7.736	7.856	7.977
Rio Grande do Norte	2.133	2.181	2.229	2.275	2.385	2.430	2.473	2.500	2.536	2.571	2.606	2.641	2.676	2.712	2.760	2.800	2.840	2.881	2.921	2.962
Paraíba	2.966	3.006	3.046	3.084	3.176	3.213	3.249	3.258	3.282	3.305	3.329	3.352	3.375	3.400	3.433	3.460	3.486	3.514	3.541	3.568
Pernambuco	6.590	6.682	6.772	6.861	7.071	7.155	7.238	7.314	7.393	7.471	7.548	7.625	7.701	7.777	7.883	7.969	8.057	8.145	8.235	8.324
Alagoas	2.224	2.273	2.322	2.370	2.483	2.529	2.573	2.586	2.617	2.647	2.677	2.707	2.737	2.767	2.809	2.843	2.877	2.911	2.946	2.981
Sergipe	1.300	1.333	1.365	1.396	1.471	1.502	1.531	1.561	1.590	1.619	1.647	1.675	1.704	1.732	1.771	1.803	1.836	1.869	1.902	1.935
Bahia	10.551	10.775	10.997	11.213	11.728	11.935	12.137	12.152	12.273	12.392	12.510	12.627	12.745	12.855	13.011	13.143	13.275	13.409	13.544	13.682
<b>SUDESTE</b>	56.733	57.757	58.767	59.756	62.100	63.044	63.967	65.008	65.968	66.917	67.858	68.795	69.728	70.681	71.974	73.038	74.108	75.190	76.283	77.375
Minas Gerais	14.453	14.673	14.889	15.102	15.606	15.808	16.007	16.247	16.460	16.671	16.880	17.088	17.296	17.507	17.794	18.030	18.268	18.509	18.751	18.994
Espírito Santo	2.286	2.339	2.392	2.444	2.567	2.617	2.665	2.718	2.767	2.816	2.865	2.913	2.962	3.008	3.075	3.129	3.184	3.240	3.296	3.352
Rio de Janeiro	11.980	12.121	12.260	12.397	12.720	12.850	12.977	13.178	13.334	13.489	13.643	13.796	13.948	14.108	14.320	14.494	14.669	14.846	15.025	15.204
São Paulo	28.015	28.624	29.225	29.813	31.208	31.770	32.319	32.866	33.406	33.941	34.470	34.997	35.523	36.058	36.786	37.385	37.987	38.596	39.211	39.825
<b>SUL</b>	20.438	20.727	21.011	21.289	21.949	22.215	22.475	22.832	23.129	23.423	23.715	24.005	24.294	24.575	24.973	25.300	25.630	25.963	26.299	26.636
Paraná	8.002	8.078	8.153	8.227	8.401	8.471	8.540	8.712	8.823	8.934	9.043	9.152	9.260	9.364	9.513	9.636	9.759	9.884	10.010	10.135
Santa Catarina	4.043	4.128	4.212	4.294	4.489	4.567	4.644	4.734	4.815	4.895	4.974	5.054	5.132	5.211	5.319	5.409	5.499	5.590	5.682	5.774
Rio Grande do Sul	8.394	8.521	8.646	8.769	9.059	9.176	9.291	9.386	9.491	9.595	9.697	9.799	9.901	10.000	10.140	10.256	10.372	10.489	10.608	10.726
<b>CENTRO-OESTE</b>	8.818	9.079	9.336	9.587	9.275	9.500	9.720	9.947	10.167	10.384	10.600	10.814	11.028	11.241	11.537	11.780	12.024	12.271	12.521	12.770
Mato Grosso do Sul	1.556	1.594	1.632	1.669	1.756	1.792	1.826	1.850	1.880	1.909	1.938	1.967	1.996	2.025	2.065	2.097	2.130	2.163	2.197	2.231
Mato Grosso	1.542	1.625	1.706	1.786	1.976	2.052	2.126	2.140	2.188	2.235	2.282	2.328	2.375	2.419	2.483	2.535	2.588	2.641	2.695	2.749
Goiás	4.350	4.450	4.549	4.646	3.967	4.044	4.119	4.251	4.349	4.446	4.542	4.638	4.734	4.827	4.959	5.067	5.176	5.286	5.397	5.508
Distrito Federal	1.370	1.409	1.448	1.486	1.576	1.613	1.648	1.706	1.750	1.794	1.838	1.881	1.924	1.971	2.031	2.080	2.130	2.180	2.231	2.282
<b>BRASIL</b>	131.639	134.228	136.781	139.280	145.207	147.594	149.926	152.227	154.513	156.775	159.016	161.247	163.471	165.688	168.754	171.280	173.822	176.391	178.985	181.581

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 9 - Participação das Regiões e Unidades da Federação nos Serviços Públicos- Brasil - 1985-2004 (em %)**

Regiões e Unidades da Federação	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>5,10</b>	<b>5,38</b>	<b>5,21</b>	<b>5,23</b>	<b>5,90</b>	<b>6,36</b>	<b>5,52</b>	<b>5,24</b>	<b>5,32</b>	<b>7,94</b>	<b>5,67</b>	<b>5,65</b>	<b>5,81</b>	<b>6,01</b>	<b>6,02</b>	<b>5,69</b>	<b>5,73</b>	<b>6,22</b>	<b>6,28</b>	<b>6,67</b>
Rondônia	1,11	1,09	1,08	1,12	1,21	1,22	0,73	0,67	0,82	0,77	0,89	0,84	0,91	0,93	0,93	0,86	0,85	0,91	0,90	0,99
Acre	0,42	0,48	0,45	0,44	0,46	0,48	0,45	0,59	0,53	0,56	0,49	0,44	0,50	0,52	0,52	0,44	0,45	0,48	0,49	0,52
Amazonas	1,37	1,48	1,34	1,33	1,35	1,53	1,18	1,06	1,26	1,12	1,20	1,32	1,30	1,36	1,36	1,16	1,20	1,27	1,27	1,34
Roraima	0,18	0,26	0,28	0,29	0,50	0,45	0,29	0,27	0,12	0,12	0,13	0,11	0,13	0,21	0,21	0,34	0,34	0,40	0,41	0,40
Pará	1,77	1,77	1,77	1,73	1,70	2,02	2,20	2,08	2,04	4,51	2,01	2,08	2,08	2,08	2,09	2,01	2,03	2,21	2,23	2,31
Amapá	0,24	0,29	0,29	0,31	0,42	0,40	0,34	0,28	0,16	0,44	0,53	0,38	0,40	0,39	0,39	0,48	0,48	0,51	0,54	0,63
Tocantins	..	..	..	..	0,26	0,26	0,33	0,29	0,39	0,41	0,41	0,47	0,48	0,52	0,52	0,39	0,38	0,43	0,44	0,47
<b>NORDESTE</b>	<b>17,90</b>	<b>16,46</b>	<b>16,14</b>	<b>16,32</b>	<b>15,22</b>	<b>16,56</b>	<b>15,98</b>	<b>15,72</b>	<b>17,24</b>	<b>16,45</b>	<b>16,89</b>	<b>17,10</b>	<b>16,66</b>	<b>16,88</b>	<b>16,89</b>	<b>17,57</b>	<b>17,60</b>	<b>17,98</b>	<b>18,74</b>	<b>19,99</b>
Maranhão	1,21	0,96	1,09	1,00	1,12	1,30	1,07	1,14	1,21	1,27	1,28	1,36	1,35	1,30	1,30	1,32	1,44	1,29	1,40	1,58
Piauí	0,94	0,95	0,92	0,84	0,88	1,08	0,89	0,78	0,99	0,91	1,06	0,98	1,01	0,97	0,97	0,93	0,95	0,98	0,99	1,03
Ceará	2,62	2,45	2,35	2,23	2,06	2,22	2,24	2,32	2,49	2,55	2,71	2,75	2,74	2,78	2,78	2,65	2,62	2,52	2,73	3,05
Rio Grande do Norte	1,25	1,16	1,27	1,31	1,11	1,29	1,20	1,15	1,33	1,29	1,32	1,23	1,25	1,25	1,25	1,46	1,37	1,38	1,49	1,58
Paraíba	1,48	1,56	1,59	1,43	1,23	1,80	1,55	1,33	1,56	1,53	1,52	1,46	1,34	1,39	1,39	1,54	1,53	1,62	1,69	1,82
Pernambuco	3,55	3,19	2,95	3,21	2,79	3,18	3,31	3,28	3,43	3,17	3,31	3,32	3,16	3,39	3,40	3,75	3,74	3,96	4,13	4,06
Alagoas	1,32	1,25	1,22	1,02	0,94	1,03	1,00	1,00	1,13	0,97	0,97	1,22	1,20	1,20	1,20	1,11	1,15	1,17	1,18	1,17
Sergipe	0,82	0,85	0,79	0,76	0,79	0,76	0,87	0,93	0,86	0,81	0,96	0,93	0,88	0,90	0,90	0,87	0,87	0,91	0,93	0,98
Bahia	4,72	4,08	3,97	4,53	4,30	3,90	3,86	3,78	4,24	3,94	3,76	3,84	3,71	3,70	3,70	3,93	3,93	4,14	4,20	4,73
<b>SUDESTE</b>	<b>51,73</b>	<b>51,33</b>	<b>53,09</b>	<b>51,93</b>	<b>51,29</b>	<b>51,26</b>	<b>52,56</b>	<b>51,92</b>	<b>51,72</b>	<b>50,52</b>	<b>51,62</b>	<b>50,78</b>	<b>52,04</b>	<b>50,96</b>	<b>51,01</b>	<b>47,80</b>	<b>47,44</b>	<b>47,08</b>	<b>46,98</b>	<b>45,13</b>
Minas Gerais	7,29	7,00	7,38	8,18	8,50	8,30	9,02	8,23	8,37	8,67	9,19	9,34	8,51	8,82	8,83	9,35	9,38	9,14	9,42	8,90
Espírito Santo	1,30	1,39	1,34	1,38	1,36	1,41	1,61	1,49	1,53	1,82	1,84	1,89	1,81	1,81	1,81	1,69	1,68	1,67	1,73	1,87
Rio de Janeiro	19,84	17,05	18,43	16,82	13,22	16,42	17,37	16,89	17,01	17,36	17,79	14,80	15,34	12,85	12,86	15,29	15,46	14,57	13,90	14,35
São Paulo	23,30	25,89	25,94	25,54	28,21	25,13	24,57	25,31	24,81	22,68	22,80	24,74	26,39	27,48	27,51	21,47	20,92	21,70	21,93	20,01
<b>SUL</b>	<b>14,02</b>	<b>14,71</b>	<b>13,75</b>	<b>14,09</b>	<b>14,44</b>	<b>14,20</b>	<b>13,59</b>	<b>15,48</b>	<b>14,97</b>	<b>14,81</b>	<b>15,00</b>	<b>14,98</b>	<b>13,85</b>	<b>13,84</b>	<b>13,85</b>	<b>13,32</b>	<b>13,04</b>	<b>12,85</b>	<b>13,02</b>	<b>13,31</b>
Paraná	4,08	3,90	4,10	4,21	4,19	3,84	4,36	4,62	4,38	4,26	4,41	4,62	4,49	4,58	4,59	3,97	4,07	4,07	4,14	4,18
Santa Catarina	2,64	2,90	4,56	2,98	3,44	3,03	2,55	2,79	2,72	2,89	2,98	2,94	2,68	2,70	2,70	2,72	2,62	2,54	2,61	2,74
Rio Grande do Sul	7,30	7,92	5,09	6,90	6,81	7,32	6,68	8,07	7,87	7,66	7,61	7,42	6,68	6,56	6,56	6,62	6,35	6,23	6,27	6,39
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>11,25</b>	<b>12,12</b>	<b>11,81</b>	<b>12,44</b>	<b>13,15</b>	<b>11,62</b>	<b>12,34</b>	<b>11,64</b>	<b>10,75</b>	<b>10,28</b>	<b>10,82</b>	<b>11,50</b>	<b>11,65</b>	<b>12,31</b>	<b>12,23</b>	<b>15,62</b>	<b>16,19</b>	<b>15,87</b>	<b>14,98</b>	<b>14,90</b>
Mato Grosso do Sul	1,19	1,41	1,39	1,39	1,43	1,34	1,07	1,14	1,14	1,28	1,23	1,18	1,22	1,27	1,27	1,05	1,09	1,02	1,02	1,17
Mato Grosso	1,21	1,28	1,24	1,17	1,36	1,35	1,28	1,09	1,26	1,08	1,34	1,48	1,56	1,79	1,80	1,40	1,39	1,34	1,30	1,39
Goiás	1,98	2,02	2,12	2,22	1,85	2,13	2,12	1,93	2,08	2,30	2,08	2,12	1,77	1,94	1,94	1,97	1,98	2,21	2,25	2,36
Distrito Federal	6,87	7,41	7,06	7,66	8,50	6,79	7,87	7,48	6,28	5,62	6,17	6,71	7,10	7,30	7,22	11,20	11,73	11,30	10,41	9,98
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 10 – Participação das Regiões e UFs no PIB da Atividade Imobiliária, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas - Brasil - 1985-2004**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>3,10</b>	<b>3,07</b>	<b>3,68</b>	<b>3,04</b>	<b>2,85</b>	<b>4,01</b>	<b>4,00</b>	<b>2,94</b>	<b>2,94</b>	<b>3,02</b>	<b>2,56</b>	<b>3,32</b>	<b>3,15</b>	<b>2,89</b>	<b>2,97</b>	<b>3,12</b>	<b>2,62</b>	<b>2,72</b>	<b>2,76</b>	<b>2,86</b>
Rondônia	0,49	0,49	0,54	0,44	0,37	0,46	0,43	0,34	0,36	0,37	0,31	0,39	0,37	0,35	0,35	0,37	0,37	0,39	0,39	0,41
Acre	0,15	0,12	0,15	0,11	0,07	0,11	0,12	0,09	0,08	0,08	0,07	0,09	0,09	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08	0,08
Amazonas	0,81	0,88	1,08	0,95	0,90	1,25	1,27	0,95	0,95	1,00	0,88	1,20	1,10	0,96	1,04	1,11	0,57	0,62	0,64	0,69
Roraima	0,07	0,07	0,09	0,07	0,06	0,09	0,09	0,07	0,07	0,07	0,06	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,08
Pará	1,49	1,43	1,72	1,39	1,24	1,77	1,73	1,25	1,23	1,25	1,05	1,33	1,29	1,23	1,22	1,27	1,27	1,28	1,29	1,32
Amapá	0,10	0,09	0,11	0,08	0,07	0,11	0,13	0,10	0,09	0,10	0,08	0,10	0,11	0,09	0,09	0,11	0,15	0,17	0,18	0,17
Tocantins	..	..	..	..	0,13	0,22	0,24	0,15	0,14	0,15	0,12	0,14	0,13	0,12	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11
<b>NORDESTE</b>	<b>14,35</b>	<b>13,55</b>	<b>13,42</b>	<b>12,67</b>	<b>10,29</b>	<b>11,08</b>	<b>13,90</b>	<b>12,70</b>	<b>11,65</b>	<b>11,03</b>	<b>9,09</b>	<b>10,76</b>	<b>10,53</b>	<b>9,81</b>	<b>10,10</b>	<b>10,10</b>	<b>9,98</b>	<b>9,96</b>	<b>10,07</b>	<b>10,12</b>
Maranhão	0,83	0,74	0,68	0,63	0,53	0,55	0,76	0,64	0,54	0,49	0,40	0,51	0,51	0,49	0,51	0,50	0,48	0,48	0,48	0,49
Piauí	0,54	0,51	0,55	0,47	0,40	0,41	0,56	0,46	0,47	0,43	0,34	0,42	0,42	0,40	0,42	0,43	0,33	0,31	0,32	0,31
Ceará	1,79	1,72	1,71	1,37	1,12	1,40	1,66	1,65	1,46	1,43	1,39	1,57	1,52	1,42	1,40	1,39	1,37	1,34	1,37	1,38
Rio Grande do Norte	0,63	0,53	0,64	0,60	0,47	0,56	0,82	0,74	0,66	0,67	0,55	0,67	0,67	0,65	0,67	0,69	0,68	0,67	0,68	0,66
Paraíba	0,83	0,69	0,78	0,68	0,64	0,68	0,92	0,70	0,61	0,55	0,46	0,59	0,60	0,57	0,60	0,58	0,57	0,57	0,59	0,55
Pernambuco	2,65	2,68	2,70	2,80	2,21	2,29	3,03	2,54	2,47	2,20	1,76	2,17	2,09	2,04	2,02	2,01	1,97	1,99	1,98	1,97
Alagoas	0,62	0,55	0,59	0,54	0,45	0,52	0,72	0,66	0,62	0,56	0,45	0,56	0,56	0,52	0,55	0,54	0,50	0,49	0,48	0,48
Sergipe	0,41	0,36	0,39	0,40	0,26	0,32	0,49	0,41	0,36	0,33	0,29	0,37	0,38	0,34	0,35	0,35	0,34	0,33	0,34	0,33
Bahia	6,05	5,78	5,38	5,19	4,20	4,36	4,94	4,90	4,45	4,37	3,44	3,91	3,78	3,37	3,58	3,61	3,75	3,77	3,84	3,95
<b>SUDESTE</b>	<b>59,45</b>	<b>60,50</b>	<b>60,55</b>	<b>63,82</b>	<b>68,04</b>	<b>60,80</b>	<b>61,50</b>	<b>63,20</b>	<b>64,72</b>	<b>65,76</b>	<b>67,51</b>	<b>64,28</b>	<b>65,49</b>	<b>66,88</b>	<b>66,94</b>	<b>66,55</b>	<b>67,73</b>	<b>67,47</b>	<b>67,16</b>	<b>66,92</b>
Minas Gerais	7,32	7,54	9,29	8,45	6,69	8,87	8,93	9,34	8,74	8,94	8,43	9,39	9,11	8,73	8,42	8,12	9,65	9,60	9,63	9,63
Espírito Santo	1,48	1,16	1,24	1,14	0,82	0,93	1,41	1,46	1,39	1,32	1,15	1,32	1,42	1,49	1,55	1,57	1,78	1,75	1,78	1,76
Rio de Janeiro	16,08	15,60	11,86	13,72	16,06	10,68	12,15	12,91	14,36	13,58	12,87	12,41	12,25	13,51	13,37	13,46	13,24	13,44	13,43	13,05
São Paulo	34,58	36,21	38,16	40,50	44,48	40,32	39,01	39,50	40,23	41,93	45,05	41,16	42,71	43,15	43,60	43,40	43,06	42,67	42,32	42,47
<b>SUL</b>	<b>16,79</b>	<b>16,33</b>	<b>15,20</b>	<b>13,94</b>	<b>13,93</b>	<b>17,29</b>	<b>14,43</b>	<b>16,65</b>	<b>16,14</b>	<b>15,32</b>	<b>16,75</b>	<b>17,17</b>	<b>16,41</b>	<b>16,14</b>	<b>15,75</b>	<b>15,98</b>	<b>15,48</b>	<b>15,49</b>	<b>15,50</b>	<b>15,54</b>
Paraná	4,75	6,02	5,79	5,39	6,66	7,20	4,92	5,37	6,23	4,92	6,70	6,33	6,17	6,29	6,08	6,25	5,53	5,61	5,63	5,68
Santa Catarina	2,90	2,43	2,90	2,33	1,99	3,27	2,76	2,87	2,55	2,66	2,64	2,98	2,87	2,57	2,55	2,52	2,78	2,74	2,71	2,74
Rio Grande do Sul	9,14	7,88	6,50	6,23	5,28	6,82	6,75	8,41	7,35	7,74	7,40	7,87	7,38	7,29	7,12	7,21	7,17	7,14	7,16	7,11
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>6,31</b>	<b>6,55</b>	<b>7,15</b>	<b>6,53</b>	<b>4,89</b>	<b>6,81</b>	<b>6,17</b>	<b>4,51</b>	<b>4,55</b>	<b>4,86</b>	<b>4,10</b>	<b>4,47</b>	<b>4,41</b>	<b>4,27</b>	<b>4,25</b>	<b>4,25</b>	<b>4,19</b>	<b>4,36</b>	<b>4,52</b>	<b>4,56</b>
Mato Grosso do Sul	0,89	0,80	1,13	1,06	0,73	1,00	0,99	0,66	0,57	0,60	0,48	0,54	0,52	0,53	0,51	0,50	0,54	0,57	0,60	0,59
Mato Grosso	1,15	1,03	1,38	1,10	0,73	1,03	0,95	0,62	0,62	0,67	0,48	0,53	0,51	0,51	0,52	0,52	0,57	0,61	0,64	0,69
Goiás	2,10	2,38	2,71	2,43	1,55	2,05	2,03	1,37	1,38	1,47	1,17	1,33	1,30	1,23	1,19	1,16	1,16	1,20	1,26	1,30
Distrito Federal	2,17	2,34	1,93	1,93	1,88	2,73	2,20	1,86	1,99	2,11	1,97	2,08	2,09	2,01	2,03	2,06	1,93	1,98	2,01	1,99
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 11 - Participação das Regiões e UFs no PIB do Comércio e Reparação de veículos e obj. pessoais e de uso doméstico - Brasil (1985-2004)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>4,55</b>	<b>4,48</b>	<b>4,44</b>	<b>4,70</b>	<b>5,11</b>	<b>5,06</b>	<b>5,29</b>	<b>5,73</b>	<b>5,63</b>	<b>4,91</b>	<b>4,39</b>	<b>4,26</b>	<b>4,41</b>	<b>4,48</b>	<b>4,40</b>	<b>4,34</b>	<b>4,40</b>	<b>4,48</b>	<b>4,60</b>	<b>4,93</b>
Rondônia	0,59	0,66	0,51	0,57	0,75	0,57	0,58	0,64	0,59	0,56	0,51	0,48	0,52	0,54	0,60	0,60	0,57	0,53	0,53	0,54
Acre	0,15	0,10	0,14	0,22	0,27	0,18	0,20	0,24	0,23	0,16	0,12	0,12	0,13	0,14	0,14	0,14	0,14	0,15	0,16	0,16
Amazonas	1,29	1,28	1,36	1,36	1,34	1,50	1,55	1,77	1,57	1,44	1,46	1,39	1,43	1,41	1,26	1,29	1,27	1,25	1,31	1,44
Roraima	0,23	0,16	0,17	0,18	0,22	0,20	0,17	0,18	0,17	0,17	0,16	0,16	0,15	0,16	0,14	0,14	0,14	0,16	0,15	0,15
Pará	1,89	1,99	1,80	1,77	1,63	1,94	1,99	1,90	1,92	1,77	1,44	1,42	1,41	1,49	1,51	1,44	1,49	1,54	1,53	1,71
Amapá	0,41	0,29	0,46	0,60	0,69	0,44	0,55	0,75	0,88	0,58	0,48	0,48	0,54	0,50	0,50	0,49	0,54	0,61	0,67	0,67
Tocantins	..	..	..	..	0,22	0,24	0,24	0,25	0,25	0,23	0,21	0,22	0,22	0,24	0,24	0,25	0,24	0,25	0,25	0,26
<b>NORDESTE</b>	<b>15,87</b>	<b>16,40</b>	<b>15,70</b>	<b>16,04</b>	<b>15,97</b>	<b>15,85</b>	<b>15,81</b>	<b>15,85</b>	<b>15,92</b>	<b>15,19</b>	<b>14,08</b>	<b>14,41</b>	<b>14,66</b>	<b>14,43</b>	<b>14,59</b>	<b>14,82</b>	<b>15,06</b>	<b>15,12</b>	<b>15,28</b>	<b>15,35</b>
Maranhão	1,11	1,12	0,93	1,13	1,09	1,11	1,12	1,08	1,09	0,98	0,75	0,78	0,79	0,83	0,87	0,92	0,92	0,97	1,05	1,05
Piauí	0,59	0,58	0,59	0,49	0,50	0,55	0,55	0,57	0,54	0,49	0,39	0,39	0,40	0,43	0,41	0,40	0,42	0,42	0,46	0,44
Ceará	2,10	2,16	1,82	1,95	1,73	1,85	1,91	2,02	2,07	1,94	2,03	2,07	2,14	1,93	1,87	1,94	1,93	2,04	2,15	2,27
Rio Grande do Norte	0,68	0,59	0,62	0,58	0,59	0,66	0,68	0,69	0,68	0,59	0,56	0,58	0,60	0,49	0,53	0,52	0,50	0,52	0,55	0,57
Paraíba	0,89	0,88	0,84	0,86	0,78	0,85	0,89	0,95	0,99	0,86	0,61	0,64	0,65	0,69	0,70	0,67	0,65	0,63	0,59	0,56
Pernambuco	3,83	4,03	4,20	3,93	4,26	4,01	3,95	3,80	3,95	4,00	4,12	4,29	4,11	4,07	4,12	4,22	4,45	4,72	4,84	4,85
Alagoas	0,84	0,74	0,81	0,71	0,83	0,86	0,92	0,99	0,96	0,86	0,68	0,68	0,70	0,70	0,70	0,72	0,72	0,76	0,79	0,77
Sergipe	0,57	0,59	0,56	0,53	0,56	0,55	0,58	0,67	0,69	0,63	0,48	0,50	0,51	0,50	0,50	0,52	0,52	0,55	0,57	0,59
Bahia	5,27	5,71	5,34	5,85	5,63	5,41	5,21	5,06	4,95	4,84	4,45	4,48	4,77	4,79	4,90	4,90	4,94	4,51	4,28	4,26
<b>SUDESTE</b>	<b>56,74</b>	<b>55,31</b>	<b>56,42</b>	<b>55,61</b>	<b>54,99</b>	<b>55,04</b>	<b>55,32</b>	<b>53,56</b>	<b>52,35</b>	<b>54,84</b>	<b>57,52</b>	<b>57,13</b>	<b>56,11</b>	<b>55,86</b>	<b>55,65</b>	<b>55,58</b>	<b>54,26</b>	<b>53,56</b>	<b>52,02</b>	<b>51,77</b>
Minas Gerais	9,48	9,38	10,02	9,61	10,51	10,02	10,05	11,24	10,06	9,88	10,40	9,79	9,86	9,79	10,07	10,09	10,56	10,81	11,44	11,66
Espírito Santo	2,04	2,19	1,98	2,10	1,81	1,93	2,07	2,12	2,13	2,24	2,09	2,10	2,10	2,15	2,20	2,28	2,04	2,24	2,14	2,16
Rio de Janeiro	9,17	8,57	8,80	8,68	7,15	10,55	11,66	10,13	9,66	8,92	9,15	7,61	8,04	8,23	8,17	9,38	9,19	9,27	8,88	8,72
São Paulo	36,06	35,16	35,62	35,22	35,52	32,53	31,54	30,07	30,50	33,81	35,87	37,62	36,12	35,69	35,21	33,83	32,48	31,24	29,55	29,24
<b>SUL</b>	<b>17,58</b>	<b>18,28</b>	<b>18,15</b>	<b>17,93</b>	<b>18,37</b>	<b>17,53</b>	<b>17,43</b>	<b>18,56</b>	<b>19,23</b>	<b>18,36</b>	<b>18,32</b>	<b>18,62</b>	<b>18,99</b>	<b>19,10</b>	<b>19,16</b>	<b>18,62</b>	<b>19,23</b>	<b>19,62</b>	<b>21,00</b>	<b>20,96</b>
Paraná	5,91	5,78	5,90	6,01	5,08	5,09	4,94	5,37	6,30	6,06	5,29	5,50	5,70	5,81	5,70	5,83	6,23	6,57	7,40	7,47
Santa Catarina	2,81	2,83	2,91	3,06	2,93	3,12	3,22	3,51	2,65	2,57	2,64	2,87	3,07	3,26	3,22	2,96	2,96	2,92	2,81	2,63
Rio Grande do Sul	8,87	9,66	9,34	8,86	10,36	9,32	9,27	9,69	10,29	9,72	10,39	10,25	10,22	10,03	10,24	9,84	10,05	10,14	10,80	10,87
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>5,26</b>	<b>5,54</b>	<b>5,29</b>	<b>5,73</b>	<b>5,56</b>	<b>6,52</b>	<b>6,15</b>	<b>6,29</b>	<b>6,86</b>	<b>6,70</b>	<b>5,69</b>	<b>5,58</b>	<b>5,82</b>	<b>6,13</b>	<b>6,20</b>	<b>6,63</b>	<b>7,04</b>	<b>7,21</b>	<b>7,10</b>	<b>6,99</b>
Mato Grosso do Sul	0,95	0,96	0,91	1,13	1,00	0,90	0,89	0,94	1,07	1,13	1,16	1,24	1,34	1,40	1,33	1,28	1,29	1,31	1,28	1,24
Mato Grosso	0,94	0,97	1,11	1,28	1,44	1,18	1,40	2,25	2,63	2,46	1,60	1,54	1,56	1,76	1,92	1,92	2,05	2,12	2,04	2,03
Goiás	2,74	2,77	2,48	2,52	2,27	2,28	2,34	2,47	2,47	2,21	1,98	2,00	2,04	2,13	2,10	2,10	2,34	2,39	2,42	2,36
Distrito Federal	0,64	0,84	0,79	0,80	0,85	2,15	1,52	0,63	0,70	0,91	0,95	0,80	0,88	0,84	0,85	1,33	1,37	1,38	1,35	1,36
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 12 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no PIB da Intermediação Financeira - Brasil - 1985-2004 – (em %)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>0,86</b>	<b>0,86</b>	<b>0,86</b>	<b>0,86</b>	<b>0,69</b>	<b>0,81</b>	<b>1,08</b>	<b>1,04</b>	<b>0,95</b>	<b>0,88</b>	<b>0,94</b>	<b>1,49</b>	<b>1,46</b>	<b>1,55</b>	<b>1,56</b>	<b>1,86</b>	<b>1,66</b>	<b>1,64</b>	<b>1,71</b>	<b>1,79</b>
Rondônia	0,08	0,08	0,08	0,08	0,05	0,06	0,08	0,07	0,09	0,08	0,08	0,08	0,11	0,11	0,11	0,16	0,17	0,21	0,20	0,23
Acre	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,04	0,03	0,04	0,05	0,04	0,04	0,05	0,04	0,05	0,04	0,06	0,07	0,08	0,08	0,08
Amazonas	0,19	0,19	0,19	0,19	0,18	0,18	0,19	0,24	0,23	0,22	0,27	0,35	0,39	0,40	0,41	0,45	0,39	0,42	0,37	0,41
Roraima	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,04	0,04	0,05	0,08	0,05
Pará	0,48	0,48	0,48	0,48	0,31	0,42	0,65	0,57	0,46	0,41	0,40	0,87	0,77	0,83	0,85	0,91	0,78	0,60	0,73	0,77
Amapá	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,05	0,06	0,06	0,06	0,07	0,06	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,07	0,06	0,06
Tocantins	..	..	..	..	0,03	0,05	0,06	0,06	0,06	0,07	0,07	0,07	0,08	0,09	0,09	0,19	0,17	0,20	0,19	0,19
<b>NORDESTE</b>	<b>7,08</b>	<b>7,08</b>	<b>7,08</b>	<b>7,07</b>	<b>5,86</b>	<b>7,64</b>	<b>7,90</b>	<b>7,36</b>	<b>6,40</b>	<b>6,68</b>	<b>7,08</b>	<b>7,24</b>	<b>6,84</b>	<b>7,33</b>	<b>7,01</b>	<b>7,79</b>	<b>7,87</b>	<b>9,12</b>	<b>7,86</b>	<b>8,13</b>
Maranhão	0,48	0,48	0,48	0,48	0,39	0,45	0,49	0,38	0,30	0,24	0,21	0,22	0,29	0,29	0,27	0,51	0,53	0,49	0,47	0,52
Piauí	0,12	0,12	0,12	0,12	0,10	0,10	0,11	0,10	0,10	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,11	0,29	0,32	0,37	0,29	0,33
Ceará	1,70	1,70	1,70	1,70	1,54	1,43	1,57	1,51	1,32	1,26	1,39	1,64	1,34	1,43	1,39	1,26	1,54	1,78	1,69	1,66
Rio Grande do Norte	0,30	0,30	0,30	0,29	0,28	0,26	0,30	0,32	0,31	0,35	0,38	0,38	0,39	0,43	0,50	0,41	0,41	0,52	0,43	0,47
Paraíba	0,22	0,22	0,22	0,22	0,13	0,16	0,20	0,16	0,17	0,18	0,18	0,17	0,22	0,23	0,22	0,43	0,53	0,57	0,46	0,49
Pernambuco	1,34	1,34	1,34	1,34	1,08	1,82	1,74	1,47	1,35	1,40	1,75	1,39	1,18	1,22	1,16	1,57	1,48	1,67	1,47	1,49
Alagoas	0,21	0,21	0,21	0,21	0,18	0,24	0,36	0,34	0,21	0,21	0,21	0,25	0,29	0,32	0,30	0,39	0,37	0,42	0,38	0,40
Sergipe	0,13	0,13	0,13	0,13	0,09	0,12	0,20	0,16	0,15	0,13	0,15	0,16	0,16	0,17	0,16	0,39	0,38	0,46	0,39	0,40
Bahia	2,59	2,59	2,59	2,59	2,07	3,06	2,92	2,92	2,51	2,79	2,71	2,92	2,87	3,13	2,89	2,54	2,32	2,84	2,27	2,37
<b>SUDESTE</b>	<b>66,03</b>	<b>66,03</b>	<b>66,03</b>	<b>66,04</b>	<b>63,61</b>	<b>54,80</b>	<b>59,23</b>	<b>64,97</b>	<b>70,26</b>	<b>67,60</b>	<b>66,59</b>	<b>65,38</b>	<b>65,10</b>	<b>61,58</b>	<b>64,12</b>	<b>66,07</b>	<b>69,01</b>	<b>64,96</b>	<b>68,00</b>	<b>65,98</b>
Minas Gerais	6,47	6,47	6,47	6,47	5,34	5,37	5,16	5,92	6,77	7,55	5,02	5,42	5,81	5,36	5,97	6,04	6,00	6,32	6,43	7,43
Espírito Santo	0,81	0,81	0,81	0,81	0,50	0,57	0,54	0,45	0,41	0,48	0,51	0,53	0,47	0,50	0,47	1,19	0,98	0,92	1,01	1,12
Rio de Janeiro	17,44	17,44	17,44	17,44	16,79	13,17	14,30	14,45	14,55	11,92	11,43	10,50	9,95	9,99	10,83	10,88	10,02	10,74	10,27	9,31
São Paulo	41,32	41,32	41,32	41,32	40,98	35,69	39,23	44,15	48,52	47,65	49,64	48,93	48,88	45,74	46,84	47,96	52,00	46,97	50,28	48,12
<b>SUL</b>	<b>11,88</b>	<b>11,88</b>	<b>11,88</b>	<b>11,88</b>	<b>9,93</b>	<b>8,89</b>	<b>9,57</b>	<b>9,43</b>	<b>7,40</b>	<b>10,23</b>	<b>11,39</b>	<b>10,54</b>	<b>9,97</b>	<b>11,62</b>	<b>12,11</b>	<b>13,19</b>	<b>12,44</b>	<b>14,73</b>	<b>13,62</b>	<b>14,51</b>
Paraná	5,78	5,78	5,78	5,78	4,76	3,92	3,87	4,53	2,98	4,81	4,36	4,01	3,90	4,86	4,99	5,28	5,10	5,26	5,51	5,74
Santa Catarina	1,70	1,70	1,70	1,70	1,15	1,41	1,57	1,28	1,21	1,19	1,19	1,10	1,09	1,14	1,09	2,04	1,98	2,59	2,18	2,45
Rio Grande do Sul	4,39	4,39	4,39	4,39	4,02	3,56	4,13	3,62	3,21	4,23	5,84	5,42	4,98	5,62	6,03	5,87	5,36	6,88	5,93	6,31
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>14,15</b>	<b>14,15</b>	<b>14,15</b>	<b>14,15</b>	<b>19,90</b>	<b>27,86</b>	<b>22,22</b>	<b>17,21</b>	<b>14,99</b>	<b>14,61</b>	<b>13,99</b>	<b>15,35</b>	<b>16,62</b>	<b>17,92</b>	<b>15,20</b>	<b>11,09</b>	<b>9,02</b>	<b>9,56</b>	<b>8,80</b>	<b>9,59</b>
Mato Grosso do Sul	0,47	0,47	0,47	0,47	0,31	0,40	0,53	0,46	0,44	0,53	0,42	0,46	0,55	0,59	0,57	0,59	0,57	0,78	0,69	0,76
Mato Grosso	0,54	0,54	0,54	0,54	0,29	0,37	0,55	0,43	0,43	0,60	0,50	0,49	0,46	0,51	0,48	0,78	0,75	0,96	0,94	1,03
Goiás	1,54	1,54	1,54	1,54	0,80	0,72	0,78	0,70	0,69	0,83	1,18	1,26	0,92	0,98	0,93	1,38	1,28	1,50	1,50	1,65
Distrito Federal	11,60	11,60	11,60	11,61	18,51	26,37	20,36	15,62	13,42	12,65	11,90	13,14	14,70	15,84	13,22	8,34	6,42	6,33	5,66	6,16
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 13 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no PIB das Comunicações - Brasil - 1985-2004 – (em %)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>1,91</b>	<b>2,25</b>	<b>2,02</b>	<b>1,96</b>	<b>1,63</b>	<b>1,95</b>	<b>1,74</b>	<b>1,68</b>	<b>1,71</b>	<b>1,90</b>	<b>2,25</b>	<b>2,18</b>	<b>2,15</b>	<b>2,27</b>	<b>1,84</b>	<b>3,20</b>	<b>3,25</b>	<b>3,09</b>	<b>3,91</b>	<b>3,76</b>
Rondônia	0,40	0,34	0,35	0,38	0,30	0,31	0,23	0,22	0,28	0,32	0,30	0,27	0,30	0,37	0,32	0,47	0,42	0,50	0,43	0,39
Acre	0,02	0,03	0,03	0,03	0,06	0,10	0,06	0,04	0,03	0,04	0,04	0,03	0,04	0,04	0,04	0,18	0,10	0,12	0,18	0,17
Amazonas	0,54	0,61	0,58	0,49	0,42	0,56	0,57	0,50	0,49	0,60	0,71	0,77	0,72	0,91	0,56	0,80	0,87	0,82	1,03	0,99
Roraima	0,03	0,03	0,03	0,02	0,05	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,09	0,11	0,11	0,11	0,13	0,12
Pará	0,90	1,22	0,99	1,02	0,76	0,86	0,83	0,85	0,86	0,87	1,13	1,05	1,03	0,85	0,75	1,27	1,35	1,20	1,60	1,46
Amapá	0,03	0,03	0,04	0,02	0,05	0,09	0,02	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,05	0,07	0,14	0,14	0,13	0,17	0,16
Tocantins	..	..	..	..	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,22	0,25	0,22	0,38	0,47
<b>NORDESTE</b>	<b>9,38</b>	<b>9,47</b>	<b>9,47</b>	<b>9,28</b>	<b>8,98</b>	<b>9,85</b>	<b>10,16</b>	<b>9,92</b>	<b>10,20</b>	<b>10,71</b>	<b>11,60</b>	<b>13,26</b>	<b>13,14</b>	<b>13,23</b>	<b>13,17</b>	<b>12,62</b>	<b>13,05</b>	<b>14,43</b>	<b>15,05</b>	<b>14,82</b>
Maranhão	0,67	0,59	0,52	0,51	0,48	0,62	0,75	0,55	0,54	0,59	0,65	0,62	0,59	0,65	0,58	0,91	0,91	1,09	1,15	1,17
Piauí	0,49	0,41	0,39	0,37	0,34	0,36	0,34	0,43	0,38	0,37	0,46	0,47	0,44	0,43	0,36	0,63	0,61	0,65	0,67	0,63
Ceará	1,09	1,08	1,10	1,13	1,18	1,21	0,79	1,02	1,39	1,71	1,47	2,01	2,12	1,99	2,04	2,10	2,01	2,21	2,28	2,19
Rio Grande do Norte	0,40	0,47	0,45	0,43	0,36	0,47	0,46	0,47	0,43	0,49	0,53	0,57	0,62	0,60	0,57	0,81	0,86	1,00	1,03	1,04
Paraíba	0,50	0,68	0,65	0,48	0,42	0,57	0,62	0,54	0,49	0,49	0,59	0,67	0,63	0,70	0,41	0,90	0,97	1,02	1,01	0,99
Pernambuco	1,39	1,44	1,42	1,76	1,28	1,69	1,54	1,41	1,58	1,45	1,49	2,25	2,61	2,67	3,27	2,48	2,53	2,87	2,92	2,85
Alagoas	0,33	0,38	0,34	0,35	0,28	0,33	0,33	0,35	0,34	0,41	0,55	0,47	0,47	0,53	0,47	0,77	0,73	0,78	0,85	1,05
Sergipe	0,30	0,38	0,34	0,31	0,27	0,28	0,32	0,14	0,29	0,29	0,34	0,39	0,36	0,46	0,46	0,43	0,53	0,62	0,64	0,65
Bahia	4,21	4,04	4,26	3,94	4,37	4,32	5,03	5,01	4,75	4,93	5,52	5,81	5,30	5,20	5,02	3,60	3,91	4,19	4,51	4,25
<b>SUDESTE</b>	<b>73,25</b>	<b>71,85</b>	<b>71,93</b>	<b>71,67</b>	<b>71,84</b>	<b>70,24</b>	<b>69,30</b>	<b>69,47</b>	<b>64,85</b>	<b>67,01</b>	<b>65,49</b>	<b>64,15</b>	<b>64,81</b>	<b>65,04</b>	<b>65,06</b>	<b>66,08</b>	<b>62,00</b>	<b>59,68</b>	<b>58,78</b>	<b>58,27</b>
Minas Gerais	8,05	8,75	8,75	8,50	9,30	8,78	9,78	9,17	9,60	9,41	9,24	10,37	10,44	7,59	6,44	8,85	9,26	9,98	10,67	10,21
Espírito Santo	0,74	0,61	0,78	0,78	1,10	0,81	0,83	0,79	0,76	0,99	0,96	1,12	1,17	1,24	1,33	1,59	1,72	2,03	2,16	1,98
Rio de Janeiro	28,30	31,11	29,26	24,87	25,85	27,26	23,06	28,24	22,73	21,24	19,71	16,35	16,98	18,34	18,26	11,86	10,25	11,73	10,39	10,85
São Paulo	36,17	31,38	33,14	37,51	35,59	33,38	35,63	31,27	31,76	35,37	35,58	36,32	36,21	37,86	39,04	43,78	40,76	35,94	35,56	35,24
<b>SUL</b>	<b>9,42</b>	<b>9,46</b>	<b>9,20</b>	<b>10,50</b>	<b>10,94</b>	<b>11,18</b>	<b>11,75</b>	<b>11,99</b>	<b>12,11</b>	<b>11,43</b>	<b>10,71</b>	<b>11,67</b>	<b>10,99</b>	<b>10,65</b>	<b>12,58</b>	<b>11,98</b>	<b>14,35</b>	<b>14,89</b>	<b>14,58</b>	<b>15,22</b>
Paraná	4,63	4,82	4,13	4,66	4,85	5,40	5,89	6,02	6,15	5,83	6,12	5,82	5,57	4,96	6,15	4,33	4,86	4,99	5,20	5,45
Santa Catarina	1,14	1,05	1,31	1,64	1,60	1,62	1,14	1,49	1,63	1,56	1,61	2,27	2,27	2,22	1,74	2,67	3,23	3,50	3,63	3,70
Rio Grande do Sul	3,66	3,58	3,76	4,21	4,49	4,16	4,72	4,47	4,33	4,04	2,98	3,58	3,15	3,46	4,70	4,98	6,26	6,40	5,75	6,07
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>6,04</b>	<b>6,97</b>	<b>7,38</b>	<b>6,58</b>	<b>6,61</b>	<b>6,78</b>	<b>7,05</b>	<b>6,95</b>	<b>11,13</b>	<b>8,94</b>	<b>9,95</b>	<b>8,74</b>	<b>8,92</b>	<b>8,82</b>	<b>7,34</b>	<b>6,11</b>	<b>7,35</b>	<b>7,91</b>	<b>7,69</b>	<b>7,93</b>
Mato Grosso do Sul	0,91	1,05	0,93	1,07	1,01	0,95	1,03	0,93	0,92	0,89	0,86	0,90	0,84	0,95	0,81	1,04	1,14	1,17	1,24	1,29
Mato Grosso	0,62	1,23	1,54	0,86	0,79	0,76	0,83	0,79	0,84	0,83	0,78	0,89	1,04	1,05	1,08	0,86	1,10	1,30	1,50	1,62
Goiás	1,27	1,57	1,35	1,29	0,96	1,51	1,05	1,37	1,59	1,09	1,82	1,64	1,78	2,03	1,69	2,17	2,53	3,01	2,86	2,84
Distrito Federal	3,24	3,13	3,56	3,37	3,85	3,56	4,15	3,85	7,78	6,12	6,49	5,32	5,26	4,79	3,76	2,04	2,58	2,42	2,10	2,17
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 14 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no PIB da Saúde e Educação mercantis-Brasil - 1985-2004 (em %)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>3,03</b>	<b>3,26</b>	<b>3,23</b>	<b>2,99</b>	<b>3,61</b>	<b>4,28</b>	<b>3,87</b>	<b>3,50</b>	<b>4,00</b>	<b>3,86</b>	<b>3,72</b>	<b>3,69</b>	<b>3,80</b>	<b>3,79</b>	<b>3,88</b>	<b>4,46</b>	<b>4,46</b>	<b>4,57</b>	<b>4,50</b>	<b>4,88</b>
Rondônia	0,48	0,51	0,47	0,44	0,45	0,46	0,48	0,51	0,51	0,55	0,58	0,51	0,57	0,66	0,64	0,50	0,50	0,57	0,54	0,65
Acre	0,15	0,14	0,14	0,15	0,11	0,12	0,16	0,19	0,20	0,20	0,20	0,22	0,22	0,19	0,24	0,24	0,24	0,22	0,22	0,23
Amazonas	0,88	0,94	1,04	0,90	1,07	1,46	1,16	0,85	0,89	0,92	0,95	1,00	1,01	0,86	0,84	1,05	1,05	1,00	1,05	1,13
Roraima	0,07	0,10	0,08	0,09	0,11	0,14	0,14	0,14	0,17	0,15	0,14	0,15	0,11	0,13	0,14	0,14	0,14	0,12	0,14	0,12
Pará	1,38	1,48	1,44	1,32	1,47	1,67	1,50	1,34	1,59	1,44	1,30	1,25	1,30	1,36	1,40	1,80	1,80	1,94	1,77	2,05
Amapá	0,07	0,08	0,06	0,07	0,06	0,08	0,11	0,13	0,21	0,21	0,20	0,19	0,18	0,17	0,18	0,24	0,24	0,24	0,26	0,21
Tocantins	..	..	..	..	0,35	0,35	0,33	0,35	0,42	0,39	0,36	0,37	0,39	0,42	0,43	0,49	0,49	0,48	0,52	0,49
<b>NORDESTE</b>	<b>14,61</b>	<b>14,76</b>	<b>14,78</b>	<b>14,08</b>	<b>13,56</b>	<b>14,86</b>	<b>14,54</b>	<b>14,22</b>	<b>14,83</b>	<b>14,25</b>	<b>13,67</b>	<b>14,05</b>	<b>14,15</b>	<b>14,49</b>	<b>14,89</b>	<b>14,49</b>	<b>14,49</b>	<b>14,50</b>	<b>14,62</b>	<b>15,07</b>
Maranhão	1,20	1,32	1,11	1,37	1,15	1,35	1,19	1,03	1,35	1,27	1,18	1,35	1,22	1,31	1,43	1,51	1,51	1,50	1,59	1,70
Piauí	0,52	0,61	0,58	0,50	0,51	0,65	0,64	0,62	0,67	0,62	0,57	0,58	0,59	0,65	0,67	0,65	0,65	0,71	0,75	0,78
Ceará	2,02	2,23	2,02	1,92	1,61	1,87	1,94	2,00	2,21	2,13	2,06	2,00	2,08	2,07	2,11	2,19	2,19	2,20	2,23	2,29
Rio Grande do Norte	0,72	0,76	0,86	0,85	0,66	0,80	0,84	0,89	0,88	0,88	0,87	0,92	0,89	0,93	0,94	1,03	1,03	1,00	0,90	0,96
Paraíba	0,96	0,89	0,98	0,87	0,76	1,03	0,99	0,94	1,07	1,04	1,02	0,98	1,09	1,20	1,35	0,88	0,88	1,04	1,03	1,04
Pernambuco	2,84	2,80	2,99	2,84	2,64	2,96	2,80	2,64	2,58	2,51	2,43	2,51	2,49	2,58	2,53	2,63	2,63	2,57	2,40	2,71
Alagoas	0,83	0,83	0,83	0,76	0,71	0,79	0,91	1,02	0,86	0,89	0,93	0,90	0,96	0,85	0,79	0,72	0,72	0,71	0,79	0,67
Sergipe	0,51	0,55	0,55	0,52	0,51	0,53	0,57	0,60	0,67	0,59	0,51	0,60	0,60	0,64	0,59	0,59	0,59	0,64	0,69	0,76
Bahia	5,01	4,76	4,86	4,46	5,02	4,88	4,68	4,47	4,54	4,32	4,10	4,21	4,25	4,26	4,49	4,27	4,27	4,12	4,24	4,15
<b>SUDESTE</b>	<b>57,56</b>	<b>57,97</b>	<b>57,64</b>	<b>59,62</b>	<b>59,37</b>	<b>56,78</b>	<b>57,08</b>	<b>57,02</b>	<b>55,60</b>	<b>56,66</b>	<b>57,72</b>	<b>57,61</b>	<b>57,02</b>	<b>56,37</b>	<b>55,84</b>	<b>55,77</b>	<b>55,77</b>	<b>54,96</b>	<b>54,12</b>	<b>52,34</b>
Minas Gerais	9,57	9,54	9,03	9,27	8,84	8,79	9,37	9,95	9,05	9,27	9,48	9,17	9,62	9,04	8,92	9,02	9,02	9,37	9,33	9,66
Espírito Santo	1,76	1,93	1,63	1,50	1,44	1,67	1,53	1,40	1,48	1,58	1,68	1,64	1,60	1,57	1,78	1,74	1,74	1,81	1,78	1,89
Rio de Janeiro	12,27	11,34	11,84	12,41	11,15	11,63	11,53	11,42	10,39	10,67	10,95	11,58	10,58	11,00	11,11	10,86	10,86	10,59	10,48	10,17
São Paulo	33,95	35,16	35,15	36,44	37,93	34,69	34,65	34,26	34,68	35,15	35,62	35,23	35,22	34,75	34,03	34,15	34,15	33,20	32,53	30,62
<b>SUL</b>	<b>16,90</b>	<b>15,79</b>	<b>16,40</b>	<b>15,23</b>	<b>15,80</b>	<b>16,28</b>	<b>16,92</b>	<b>17,57</b>	<b>17,68</b>	<b>17,64</b>	<b>17,60</b>	<b>17,01</b>	<b>16,88</b>	<b>17,31</b>	<b>17,67</b>	<b>17,18</b>	<b>17,18</b>	<b>17,33</b>	<b>18,29</b>	<b>18,77</b>
Paraná	6,00	5,90	6,15	5,77	6,05	5,90	5,71	5,52	6,36	6,36	6,35	6,34	6,18	6,23	6,49	6,28	6,28	6,44	6,73	7,25
Santa Catarina	3,11	3,12	3,41	3,03	3,11	3,49	3,76	4,02	3,65	3,85	4,05	3,63	3,78	3,73	3,81	3,97	3,97	3,93	4,36	4,14
Rio Grande do Sul	7,79	6,76	6,85	6,43	6,64	6,89	7,46	8,03	7,67	7,43	7,20	7,04	6,92	7,35	7,37	6,92	6,92	6,96	7,20	7,37
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>7,91</b>	<b>8,23</b>	<b>7,94</b>	<b>8,09</b>	<b>7,66</b>	<b>7,79</b>	<b>7,58</b>	<b>7,68</b>	<b>7,88</b>	<b>7,58</b>	<b>7,28</b>	<b>7,64</b>	<b>8,15</b>	<b>8,04</b>	<b>7,72</b>	<b>8,10</b>	<b>8,10</b>	<b>8,64</b>	<b>8,47</b>	<b>8,95</b>
Mato Grosso do Sul	1,33	1,27	1,30	1,31	1,08	1,18	1,24	1,30	1,19	1,19	1,20	1,24	1,24	1,19	1,20	1,28	1,28	1,36	1,33	1,30
Mato Grosso	1,16	1,31	1,32	1,26	1,08	1,09	1,20	1,31	1,55	1,45	1,35	1,39	1,72	1,56	1,44	1,65	1,65	1,75	1,57	1,79
Goiás	3,18	3,55	3,12	3,10	3,06	3,04	2,88	3,03	2,83	2,64	2,46	2,80	2,73	2,94	2,75	2,88	2,88	2,96	3,04	3,31
Distrito Federal	2,24	2,11	2,20	2,42	2,43	2,49	2,26	2,04	2,31	2,29	2,26	2,20	2,46	2,36	2,33	2,29	2,29	2,57	2,53	2,55
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 15 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no PIB dos Transportes e Armazenagem-Brasil-1985-2004 (em %)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>4,32</b>	<b>4,83</b>	<b>5,24</b>	<b>5,31</b>	<b>5,21</b>	<b>5,37</b>	<b>5,47</b>	<b>5,83</b>	<b>5,37</b>	<b>5,39</b>	<b>5,13</b>	<b>4,84</b>	<b>5,13</b>	<b>5,87</b>	<b>5,74</b>	<b>5,52</b>	<b>5,72</b>	<b>4,99</b>	<b>5,62</b>	<b>5,88</b>
Rondônia	0,37	0,44	0,49	0,53	0,59	0,55	0,42	0,39	0,41	0,41	0,41	0,43	0,40	0,43	0,49	0,43	0,48	0,43	0,52	0,54
Acre	0,15	0,16	0,16	0,14	0,12	0,14	0,17	0,20	0,20	0,24	0,22	0,25	0,25	0,25	0,24	0,24	0,26	0,23	0,23	0,23
Amazonas	1,49	1,81	1,91	1,76	1,47	1,71	1,70	2,03	1,90	1,75	1,74	1,65	1,68	1,94	1,87	2,08	2,07	1,45	1,60	1,69
Roraima	0,06	0,08	0,08	0,12	0,13	0,10	0,11	0,12	0,11	0,13	0,10	0,11	0,08	0,06	0,05	0,03	0,02	0,03	0,03	0,03
Pará	2,05	2,13	2,34	2,45	2,11	2,06	2,25	2,20	1,78	1,89	1,76	1,57	1,72	2,02	2,02	1,77	1,84	1,75	2,04	2,10
Amapá	0,19	0,22	0,26	0,31	0,26	0,27	0,31	0,38	0,42	0,44	0,36	0,27	0,43	0,49	0,48	0,45	0,48	0,49	0,52	0,54
Tocantins	..	..	..	..	0,53	0,54	0,52	0,51	0,54	0,52	0,54	0,56	0,58	0,68	0,59	0,52	0,57	0,61	0,68	0,76
<b>NORDESTE</b>	<b>13,25</b>	<b>15,05</b>	<b>16,41</b>	<b>17,34</b>	<b>16,11</b>	<b>15,98</b>	<b>15,90</b>	<b>16,91</b>	<b>16,33</b>	<b>15,47</b>	<b>15,95</b>	<b>15,76</b>	<b>15,41</b>	<b>16,70</b>	<b>17,51</b>	<b>15,44</b>	<b>15,52</b>	<b>14,88</b>	<b>16,55</b>	<b>16,80</b>
Maranhão	0,99	2,03	2,90	3,77	2,77	2,37	2,39	2,69	2,53	2,15	2,49	2,17	2,13	2,39	2,53	2,37	2,51	2,21	2,29	2,33
Piauí	0,43	0,54	0,44	0,55	0,62	0,60	0,59	0,63	0,59	0,55	0,63	0,66	0,68	0,74	0,82	0,73	0,69	0,67	0,76	0,81
Ceará	1,83	1,89	1,77	1,66	1,54	1,87	1,98	2,07	2,05	2,21	2,23	2,37	2,30	2,43	2,55	2,05	2,04	1,90	2,33	2,66
Rio Grande do Norte	0,73	0,73	0,87	1,09	1,18	1,09	1,11	1,29	1,36	1,16	1,06	0,96	0,94	0,92	1,19	1,10	1,11	1,00	1,11	1,04
Paraíba	0,86	1,03	0,87	0,98	0,99	1,05	1,04	1,07	1,06	0,98	1,10	1,04	1,09	1,21	1,17	1,06	1,19	1,15	1,18	1,26
Pernambuco	2,70	2,97	3,04	2,71	2,65	2,71	2,84	2,81	2,56	2,58	2,61	2,81	2,67	2,91	3,05	3,24	3,40	3,19	3,47	3,24
Alagoas	0,62	0,66	0,69	0,72	0,67	0,65	0,73	0,79	0,74	0,86	0,78	0,66	0,61	0,67	0,62	0,52	0,50	0,50	0,56	0,56
Sergipe	0,77	0,73	0,89	1,02	1,05	0,92	0,91	0,94	0,88	0,73	0,73	0,74	0,74	0,81	0,75	0,64	0,58	0,45	0,49	0,49
Bahia	4,31	4,48	4,93	4,85	4,62	4,72	4,31	4,63	4,55	4,24	4,33	4,35	4,23	4,62	4,84	3,73	3,48	3,80	4,36	4,41
<b>SUDESTE</b>	<b>56,01</b>	<b>52,72</b>	<b>51,55</b>	<b>49,73</b>	<b>49,61</b>	<b>50,44</b>	<b>51,42</b>	<b>50,04</b>	<b>50,42</b>	<b>51,98</b>	<b>51,48</b>	<b>53,09</b>	<b>53,31</b>	<b>51,86</b>	<b>50,84</b>	<b>57,68</b>	<b>57,49</b>	<b>58,17</b>	<b>53,97</b>	<b>53,37</b>
Minas Gerais	10,03	10,49	9,65	10,16	10,43	10,85	10,79	10,26	11,02	10,52	12,08	11,54	12,43	12,47	13,33	12,16	11,43	11,00	11,62	12,03
Espírito Santo	4,08	3,51	3,19	3,11	3,60	3,98	4,08	3,85	3,95	4,59	5,65	5,23	5,68	5,65	5,57	5,37	5,65	4,97	4,94	4,84
Rio de Janeiro	15,91	12,66	13,46	12,54	11,28	11,71	11,58	12,37	11,80	11,92	10,41	10,61	10,28	10,46	11,28	10,05	10,21	10,85	12,19	11,48
São Paulo	25,99	26,06	25,26	23,91	24,30	23,90	24,98	23,56	23,66	24,95	23,34	25,71	24,92	23,28	20,67	30,10	30,19	31,34	25,22	25,02
<b>SUL</b>	<b>20,09</b>	<b>20,42</b>	<b>19,92</b>	<b>20,60</b>	<b>21,92</b>	<b>20,82</b>	<b>19,55</b>	<b>19,42</b>	<b>20,12</b>	<b>19,07</b>	<b>19,29</b>	<b>17,99</b>	<b>18,20</b>	<b>17,59</b>	<b>18,20</b>	<b>14,88</b>	<b>15,02</b>	<b>15,78</b>	<b>16,94</b>	<b>17,00</b>
Paraná	7,55	7,51	7,49	7,54	7,80	7,60	7,43	7,17	7,51	7,65	7,80	7,56	7,69	7,20	7,32	5,88	5,84	6,50	6,91	7,14
Santa Catarina	3,87	4,02	3,88	4,10	4,33	4,11	3,86	3,60	4,14	3,74	3,89	3,57	3,58	3,52	3,62	3,04	3,00	3,24	3,35	3,38
Rio Grande do Sul	8,67	8,89	8,55	8,96	9,79	9,11	8,27	8,64	8,48	7,68	7,60	6,85	6,93	6,87	7,26	5,96	6,19	6,04	6,67	6,48
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>6,34</b>	<b>6,98</b>	<b>6,88</b>	<b>7,02</b>	<b>7,14</b>	<b>7,40</b>	<b>7,65</b>	<b>7,80</b>	<b>7,76</b>	<b>8,09</b>	<b>8,16</b>	<b>8,32</b>	<b>7,95</b>	<b>7,98</b>	<b>7,70</b>	<b>6,48</b>	<b>6,26</b>	<b>6,17</b>	<b>6,92</b>	<b>6,94</b>
Mato Grosso do Sul	1,31	1,52	1,38	1,53	1,76	1,70	1,66	1,57	1,52	1,43	1,58	1,38	1,40	1,42	1,51	1,48	1,56	1,41	1,48	1,42
Mato Grosso	0,95	1,18	1,16	1,26	1,36	1,36	1,25	1,25	1,32	1,42	1,53	1,28	1,24	1,27	1,30	1,22	1,20	1,23	1,16	1,15
Goiás	2,26	2,41	2,33	2,33	2,51	2,57	2,55	2,45	2,59	2,53	2,69	2,69	2,70	2,75	2,34	1,70	1,38	1,67	1,77	1,78
Distrito Federal	1,81	1,87	2,01	1,90	1,51	1,77	2,19	2,53	2,32	2,72	2,36	2,98	2,62	2,55	2,56	2,08	2,12	1,86	2,52	2,59
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 16 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no PIB dos Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - Brasil - 1985-2004 - (%)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>6,00</b>	<b>5,79</b>	<b>6,18</b>	<b>6,98</b>	<b>7,25</b>	<b>7,57</b>	<b>7,82</b>	<b>8,98</b>	<b>9,85</b>	<b>11,08</b>	<b>10,05</b>	<b>9,56</b>	<b>9,48</b>	<b>9,37</b>	<b>9,15</b>	<b>8,21</b>	<b>7,95</b>	<b>7,63</b>	<b>7,50</b>	<b>7,37</b>
Rondônia	0,59	0,58	0,70	0,77	0,81	0,95	1,07	1,20	1,21	1,28	1,18	1,14	1,08	1,06	1,04	0,97	0,93	0,91	0,91	0,89
Acre	0,19	0,18	0,21	0,22	0,23	0,26	0,29	0,33	0,34	0,36	0,34	0,33	0,32	0,31	0,31	0,28	0,27	0,26	0,26	0,27
Amazonas	3,23	3,13	3,02	3,55	3,36	3,08	2,83	3,35	4,10	4,98	4,35	4,02	4,23	4,15	4,06	3,62	3,51	3,42	3,40	3,35
Roraima	0,13	0,13	0,16	0,18	0,20	0,24	0,27	0,30	0,31	0,33	0,31	0,30	0,29	0,29	0,28	0,26	0,25	0,24	0,25	0,25
Pará	1,70	1,62	1,91	2,05	2,14	2,46	2,72	3,06	3,12	3,30	3,08	2,99	2,83	2,82	2,71	2,42	2,33	2,16	2,02	1,98
Amapá	0,16	0,16	0,19	0,20	0,21	0,25	0,27	0,32	0,34	0,37	0,36	0,36	0,35	0,35	0,36	0,32	0,32	0,31	0,32	0,31
Tocantins	..	..	..	..	0,30	0,34	0,37	0,42	0,43	0,45	0,42	0,41	0,39	0,39	0,39	0,34	0,33	0,32	0,34	0,33
<b>NORDESTE</b>	<b>12,15</b>	<b>12,56</b>	<b>11,86</b>	<b>12,50</b>	<b>14,50</b>	<b>17,61</b>	<b>19,62</b>	<b>20,72</b>	<b>18,26</b>	<b>17,84</b>	<b>17,17</b>	<b>17,75</b>	<b>17,63</b>	<b>17,54</b>	<b>17,46</b>	<b>15,86</b>	<b>15,38</b>	<b>16,08</b>	<b>16,74</b>	<b>17,48</b>
Maranhão	0,95	0,93	0,87	0,85	0,73	0,71	0,73	0,87	0,94	0,91	0,78	0,77	0,76	0,75	0,74	0,63	0,61	0,60	0,60	0,59
Piauí	0,49	0,47	0,44	0,43	0,37	0,36	0,36	0,43	0,46	0,44	0,38	0,37	0,36	0,35	0,34	0,31	0,30	0,30	0,29	0,39
Ceará	1,56	1,57	1,54	1,22	1,18	1,25	1,45	1,86	1,99	1,68	1,57	1,71	1,65	1,66	1,62	1,48	1,43	1,46	1,55	1,55
Rio Grande do Norte	0,21	0,20	0,14	0,17	0,15	0,16	0,16	0,20	0,14	0,23	0,19	0,19	0,24	0,23	0,23	0,21	0,20	0,22	0,23	0,23
Paraíba	0,44	0,44	0,46	0,53	0,51	0,71	0,97	0,93	0,84	0,80	0,69	0,66	0,63	0,61	0,61	0,55	0,53	0,53	0,52	0,52
Pernambuco	3,29	4,27	3,70	3,78	4,99	5,01	5,98	5,71	5,01	5,02	5,12	4,92	4,89	4,81	4,89	4,44	4,32	4,57	5,02	5,13
Alagoas	0,47	0,47	0,51	0,59	0,57	0,80	1,10	1,06	0,96	0,91	0,79	0,77	0,72	0,71	0,71	0,63	0,61	0,66	0,69	0,70
Sergipe	0,28	0,28	0,31	0,36	0,35	0,49	0,67	0,65	0,60	0,57	0,50	0,49	0,46	0,42	0,43	0,39	0,37	0,38	0,38	0,38
Bahia	4,45	3,93	3,89	4,58	5,66	8,12	8,20	9,02	7,32	7,27	7,15	7,87	7,92	8,00	7,90	7,21	7,01	7,37	7,47	8,00
<b>SUDESTE</b>	<b>61,92</b>	<b>63,44</b>	<b>61,88</b>	<b>61,45</b>	<b>58,83</b>	<b>53,83</b>	<b>52,18</b>	<b>50,70</b>	<b>49,21</b>	<b>48,55</b>	<b>51,64</b>	<b>51,53</b>	<b>51,84</b>	<b>52,02</b>	<b>52,32</b>	<b>56,63</b>	<b>57,16</b>	<b>56,60</b>	<b>54,03</b>	<b>52,41</b>
Minas Gerais	6,34	9,06	9,30	8,43	10,27	7,59	6,87	6,58	6,17	5,79	10,51	11,10	10,66	10,83	10,72	9,70	9,72	9,87	9,90	10,31
Espírito Santo	1,06	0,91	1,10	1,00	1,47	1,68	1,84	1,98	2,28	2,35	2,27	2,60	2,50	2,66	2,74	2,45	2,74	2,68	2,70	2,80
Rio de Janeiro	31,43	31,80	27,38	26,31	25,56	23,39	21,67	19,14	18,62	19,27	19,47	19,79	20,20	20,29	19,84	18,43	18,85	18,25	16,74	15,77
São Paulo	23,09	21,67	24,10	25,72	21,54	21,18	21,80	23,00	22,13	21,14	19,39	18,04	18,48	18,24	19,02	26,05	25,85	25,79	24,70	23,53
<b>SUL</b>	<b>15,80</b>	<b>13,88</b>	<b>15,89</b>	<b>14,31</b>	<b>14,67</b>	<b>13,73</b>	<b>12,63</b>	<b>11,60</b>	<b>13,27</b>	<b>12,24</b>	<b>12,19</b>	<b>12,03</b>	<b>11,99</b>	<b>12,03</b>	<b>11,78</b>	<b>10,65</b>	<b>11,02</b>	<b>10,91</b>	<b>12,46</b>	<b>13,15</b>
Paraná	4,46	4,82	5,62	5,02	5,09	4,11	4,05	3,43	4,32	3,90	3,60	3,76	3,78	3,88	3,79	3,25	3,35	3,49	4,10	4,77
Santa Catarina	2,41	1,94	2,96	3,98	3,77	2,81	2,78	2,80	3,31	2,37	1,85	1,78	1,83	1,79	1,85	1,66	1,64	1,67	2,25	2,29
Rio Grande do Sul	8,93	7,12	7,32	5,31	5,81	6,80	5,80	5,38	5,63	5,97	6,74	6,49	6,39	6,36	6,14	5,73	6,03	5,74	6,11	6,09
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>4,13</b>	<b>4,33</b>	<b>4,19</b>	<b>4,75</b>	<b>4,75</b>	<b>7,26</b>	<b>7,76</b>	<b>8,00</b>	<b>9,42</b>	<b>10,29</b>	<b>8,96</b>	<b>9,12</b>	<b>9,05</b>	<b>9,04</b>	<b>9,29</b>	<b>8,66</b>	<b>8,49</b>	<b>8,79</b>	<b>9,27</b>	<b>9,58</b>
Mato Grosso do Sul	0,76	0,81	0,78	0,90	0,98	1,56	1,69	1,73	2,04	2,17	1,89	1,92	1,89	1,88	1,89	1,78	1,83	1,94	2,14	2,24
Mato Grosso	0,58	0,63	0,62	0,72	0,79	1,26	1,38	1,43	1,68	1,79	1,56	1,59	1,57	1,58	1,62	1,50	1,45	1,43	1,45	1,42
Goiás	2,43	2,53	2,44	2,78	2,67	4,14	4,45	4,60	5,43	5,80	5,09	5,19	5,16	5,15	5,33	4,98	4,81	5,03	5,30	5,57
Distrito Federal	0,36	0,36	0,35	0,35	0,31	0,30	0,24	0,24	0,27	0,54	0,42	0,42	0,43	0,43	0,44	0,40	0,39	0,38	0,37	0,35
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 17 - Participação das Regiões e Unidades da Federação no PIB do Alojamento e alimentação - Brasil - 1985-2004 - (%)**

Regiões e Unidades da Federação	Anos																			
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>NORTE</b>	<b>3,54</b>	<b>2,87</b>	<b>3,09</b>	<b>3,82</b>	<b>4,65</b>	<b>3,71</b>	<b>3,76</b>	<b>4,44</b>	<b>5,29</b>	<b>3,56</b>	<b>3,06</b>	<b>2,98</b>	<b>3,12</b>	<b>2,95</b>	<b>3,49</b>	<b>3,34</b>	<b>3,28</b>	<b>3,21</b>	<b>3,24</b>	<b>3,13</b>
Rondônia	0,31	0,41	0,38	0,34	0,54	0,58	0,51	0,48	0,37	0,41	0,46	0,50	0,51	0,48	0,47	0,41	0,39	0,36	0,28	0,25
Acre	0,18	0,16	0,14	0,12	0,11	0,12	0,11	0,09	0,08	0,08	0,10	0,11	0,10	0,09	0,18	0,17	0,18	0,15	0,14	0,15
Amazonas	1,57	1,04	1,35	2,03	2,37	1,62	1,89	2,50	3,49	1,86	1,46	1,34	1,35	1,27	1,37	1,35	1,32	1,32	1,40	1,35
Roraima	0,05	0,03	0,04	0,07	0,08	0,06	0,07	0,09	0,13	0,07	0,05	0,05	0,05	0,04	0,11	0,10	0,10	0,10	0,11	0,10
Pará	1,22	1,11	0,96	0,86	0,73	0,72	0,54	0,53	0,46	0,52	0,48	0,35	0,28	0,25	0,77	0,74	0,72	0,69	0,70	0,68
Amapá	0,21	0,12	0,22	0,40	0,54	0,31	0,33	0,43	0,48	0,31	0,21	0,33	0,53	0,52	0,39	0,39	0,38	0,37	0,39	0,38
Tocantins	..	..	..	..	0,27	0,30	0,30	0,31	0,29	0,31	0,29	0,29	0,29	0,29	0,20	0,19	0,19	0,21	0,23	0,23
<b>NORDESTE</b>	<b>19,69</b>	<b>19,84</b>	<b>18,48</b>	<b>17,84</b>	<b>17,54</b>	<b>19,28</b>	<b>19,45</b>	<b>18,23</b>	<b>19,73</b>	<b>20,01</b>	<b>18,30</b>	<b>18,35</b>	<b>18,90</b>	<b>19,00</b>	<b>16,07</b>	<b>16,31</b>	<b>16,38</b>	<b>16,64</b>	<b>16,36</b>	<b>16,67</b>
Maranhão	1,30	1,19	1,16	1,13	0,98	1,05	1,05	1,08	1,02	1,00	0,90	0,88	0,90	0,87	0,60	0,56	0,56	0,59	0,58	0,54
Piauí	0,86	0,79	0,77	0,75	0,65	0,69	0,69	0,71	0,66	0,65	0,58	0,57	0,58	0,55	0,37	0,35	0,32	0,30	0,29	0,28
Ceará	2,69	2,49	2,88	2,84	2,66	2,65	2,68	2,64	2,57	2,66	2,59	2,62	3,11	3,02	3,15	3,12	3,24	3,49	3,53	3,57
Rio Grande do Norte	1,29	1,19	1,21	1,23	1,12	1,32	1,45	1,38	1,25	1,21	1,11	1,11	1,15	1,14	0,81	0,76	0,73	0,79	0,63	0,65
Paraíba	0,85	0,78	0,78	0,79	0,71	0,84	0,92	0,87	0,78	0,75	0,68	0,68	0,70	0,68	0,45	0,42	0,39	0,37	0,35	0,32
Pernambuco	3,97	4,31	4,11	3,99	3,93	5,17	5,43	4,84	5,48	5,41	5,21	5,61	5,71	5,88	4,31	4,24	4,32	4,65	4,50	4,61
Alagoas	1,04	0,95	0,97	0,99	0,89	1,06	1,17	1,11	1,00	0,96	0,88	0,88	0,91	0,88	0,57	0,54	0,50	0,49	0,46	0,42
Sergipe	0,72	0,66	0,67	0,69	0,62	0,74	0,81	0,78	0,71	0,69	0,63	0,64	0,67	0,60	0,40	0,38	0,36	0,35	0,33	0,30
Bahia	6,96	7,48	5,91	5,44	5,98	5,75	5,26	4,84	6,25	6,67	5,72	5,36	5,19	5,38	5,41	5,95	5,96	5,61	5,69	5,98
<b>SUDESTE</b>	<b>55,92</b>	<b>52,30</b>	<b>53,65</b>	<b>52,22</b>	<b>54,07</b>	<b>51,97</b>	<b>51,38</b>	<b>51,35</b>	<b>48,27</b>	<b>51,23</b>	<b>53,13</b>	<b>54,30</b>	<b>52,67</b>	<b>53,31</b>	<b>57,68</b>	<b>57,44</b>	<b>57,83</b>	<b>56,95</b>	<b>55,37</b>	<b>56,13</b>
Minas Gerais	11,63	12,98	12,57	16,10	11,58	12,14	13,09	13,11	12,29	16,48	17,47	16,47	16,38	15,23	10,38	10,08	9,46	8,95	9,23	9,23
Espírito Santo	1,36	1,49	1,38	1,39	1,80	1,65	1,51	1,24	1,26	1,41	1,52	1,63	1,61	1,51	1,96	1,76	1,54	1,74	1,66	1,77
Rio de Janeiro	21,50	19,21	19,43	19,99	18,97	20,62	21,68	21,66	20,40	19,74	17,83	18,15	19,18	21,83	15,12	14,59	15,40	14,85	13,11	14,29
São Paulo	21,42	18,63	20,27	14,73	21,73	17,56	15,10	15,34	14,31	13,61	16,30	18,04	15,49	14,75	30,22	31,01	31,43	31,40	31,37	30,84
<b>SUL</b>	<b>14,05</b>	<b>19,02</b>	<b>18,20</b>	<b>18,17</b>	<b>15,47</b>	<b>16,81</b>	<b>15,75</b>	<b>15,81</b>	<b>14,36</b>	<b>15,88</b>	<b>17,75</b>	<b>16,80</b>	<b>17,34</b>	<b>16,93</b>	<b>16,23</b>	<b>16,41</b>	<b>15,97</b>	<b>16,49</b>	<b>18,12</b>	<b>17,43</b>
Paraná	5,11	9,14	8,17	8,58	6,15	7,33	6,45	6,30	5,75	6,27	8,59	7,34	7,02	6,82	4,80	4,58	4,60	4,80	5,55	4,88
Santa Catarina	3,12	3,60	3,45	3,81	3,00	3,21	3,56	3,51	3,47	4,36	3,96	4,31	4,93	4,81	5,24	5,52	5,48	5,74	6,21	6,12
Rio Grande do Sul	5,82	6,29	6,58	5,79	6,32	6,27	5,73	6,00	5,15	5,24	5,20	5,15	5,39	5,30	6,20	6,30	5,88	5,94	6,36	6,42
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>6,80</b>	<b>5,97</b>	<b>6,59</b>	<b>7,94</b>	<b>8,27</b>	<b>8,23</b>	<b>9,67</b>	<b>10,17</b>	<b>12,34</b>	<b>9,32</b>	<b>7,75</b>	<b>7,57</b>	<b>7,97</b>	<b>7,81</b>	<b>6,53</b>	<b>6,50</b>	<b>6,54</b>	<b>6,72</b>	<b>6,90</b>	<b>6,64</b>
Mato Grosso do Sul	0,72	0,72	0,72	0,89	0,75	0,65	0,70	0,70	0,79	1,06	1,44	1,34	1,49	1,46	1,58	1,69	1,71	1,75	1,84	1,82
Mato Grosso	0,70	0,31	0,89	1,87	3,05	2,07	3,49	4,15	6,46	3,17	1,68	1,55	1,55	1,62	1,68	1,65	1,79	2,00	2,17	2,11
Goiás	3,12	2,85	2,87	2,99	2,45	3,01	2,98	2,90	2,81	2,84	2,57	2,58	2,71	2,63	1,79	1,71	1,67	1,64	1,57	1,48
Distrito Federal	2,26	2,08	2,10	2,20	2,02	2,50	2,49	2,42	2,28	2,25	2,06	2,10	2,22	2,10	1,48	1,44	1,37	1,34	1,32	1,23
<b>BRASIL</b>	<b>100,00</b>																			

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil 1985-2004, microdados.

**TABELA 18 - Ocupados segundo setor, percentual sem contribuição à previdência e crescimento percentual dos ocupados - BRASIL – 1995 e 2006**

	1995	1995	2006	2006	2006/1995
SETOR	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Total de ocupados	Sem Contribuição (%)	Varição do Total (%)
<b>Agricultura</b>	14.436.382	88,9	16283803	86,4	12,8
<b>Indústria</b>	13.283.891	38,5	18714564	44,4	40,9
<b>Serviços</b>	36.623.400	45,2	52394080	41,6	43,1
<b>Total</b>	64.343.673	53,6	87392447	50,5	27,1

Fonte: PNAD

**TABELA 19 - Ocupados segundo setor, percentagem setorial - BRASIL – 1995 e 2006**

	1995	1995	2006	2006
SETOR	Total de ocupados	(%)	Total de ocupados	(%)
<b>Agricultura</b>	14.436.382	22,4	16.283.803	18,6
<b>Indústria</b>	13.283.891	20,6	18.714.564	21,4
<b>Serviços</b>	36.623.400	56,9	52.394.080	60,0
<b>Total</b>	64.343.673	100,0	87.392.447	100,0

Fonte: PNAD

**TABELA 20 - Distribuição do Produto Nacional nos Três Setores Principais da Economia,  
Países Desenvolvidos (1950 a final da década de 90)**

País	Participação (%)																	
	Agricultura						Indústria						Serviços					
	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996
Alemanha	4	3	2	2	2	2	26	34	37	34	31	27	55	51	51	57	62	67
Dinamarca	10	9	5	5	6	6	19	19	19	20	17	17	62	63	64	67	68	67
Espanha	17	13	8	6	5	5	12	13	20	26	25	22	66	67	64	60	62	67
Estados Unidos	6	4	3	2	3	3	22	21	22	22	21	23	57	59	62	66	68	70
França	9	8	6	4	4	4	18	20	25	25	22	21	62	61	58	62	66	68
Itália	11	9	7	5	4	4	12	14	17	22	23	22	66	62	61	62	64	65
Holanda	3	3	2	3	3	3	14	19	21	19	20	19	68	64	61	66	67	70
Suécia	7	5	4	3	3	3	19	20	25	22	21	23	63	65	62	67	68	68
Japão	16	15	5	3	2	2	12	15	22	24	27	26	60	58	59	62	61	62
Reino Unido	2	2	2	2	2	2	27	30	30	26	25	23	58	56	58	60	63	64

Fonte: Banco Mundial – World Development Indicators (extraído de Meirelles, 2003: 63)

\* Para alguns países os dados disponíveis vão até 1994 (Espanha e Suécia), até 1995 (Dinamarca), e para outros os dados se estendem até 1997 (Alemanha) ou até 1998 (Estados Unidos e Holanda).

**TABELA 21 - Distribuição da Força de Trabalho nos Três Setores Principais da Economia,  
Países Desenvolvidos (1950 a final da década de 90)**

País	Participação (%)																	
	Agricultura						Indústria						Serviços					
	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996	1950	1960	1970	1980	1990	1996
Alemanha	24	14	9	5	3	3	32	37	38	34	31	26	34	39	43	52	58	64
Dinamarca	26	20	11	8	5	5	24	26	24	20	20	19	42	46	54	64	68	69
Espanha	47	40	28	17	11	8	16	19	23	26	22	20	31	33	40	47	58	63
Estados Unidos	11	7	4	3	3	3	25	24	23	19	15	14	57	63	67	71	76	78
França	24	21	13	8	6	4	25	25	26	25	20	18	42	44	50	57	66	71
Itália	45	33	19	14	10	8	18	20	24	24	20	18	29	36	44	51	62	65
Holanda	14	10	5	5	5	4	28	29	28	21	18	15	49	51	56	64	70	75
Suécia	23	15	8	5	4	4	29	29	28	24	21	19	40	46	54	63	69	72
Japão	43	33	20	13	9	8	18	22	27	24	23	21	32	37	45	53	58	60
Reino Unido	6	5	3	3	2	2	34	35	34	28	20	19	50	51	55	62	70	74

Fonte: Banco Mundial – *World Development Indicators* (extraída de Meirelles, 2003: 66)

\* Para alguns países os dados disponíveis vão até 1994 (Espanha e Suécia), até 1995 (Dinamarca), e para outros os dados se estendem até 1997 (Alemanha) ou até 1998 (Estados Unidos e Holanda).